

**EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO DE
AQUICULTURA E PESCA
DO BRASIL**

Quinta Edição Atualizada

GLAUCIO GONÇALVES TIAGO

São Paulo

2014

E-Book

ISBN n° 978-85-906936-8-0

Todos os direitos reservados ao autor.

Proibida a reprodução sem a devida autorização.

Registrado na Biblioteca Nacional/Agência Brasileira do International Standard Book Number.

Produto do Projeto de Inovação “Estudos Ambientais Interdisciplinares” - FUNDEPAG -

CPDPO Instituto de Pesca – APTA – SAA/SP

Dr. Glauco Gonçalves Tiago

GLAUCIO GONÇALVES TIAGO

**EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO DE
AQUICULTURA E PESCA
DO BRASIL**

QUINTA EDIÇÃO ATUALIZADA

São Paulo

GLAUCIO GONÇALVES TIAGO

Editor

2014

Tiago, Glaucio Gonçalves

Ementário da Legislação de Aquicultura e Pesca do Brasil – Quinta Edição
Atualizada - 2014 / Glaucio Gonçalves Tiago - São Paulo: Glaucio Gonçalves Tiago
(Editor), 2014.

182 p.

ISBN 978-85-906936-8-0

1. Legislação – Pesca - Aquicultura – Sustentabilidade Ambiental – Governança.
2. Direito – Meio Ambiente – Gestão Ambiental. I Glaucio Gonçalves Tiago

CDD – 340

Equipe Técnica Científica

Glaucio Gonçalves Tiago, Elaine Fender de Andrade, Carlos Massatoshi Ishikawa e

Harry Vermulm Jr

Coordenação editorial, preparação de originais e editoração eletrônica

Glaucio Gonçalves Tiago e João Pedro Prieto Tiago

Revisão do Texto

Márcia Navarro Cipolli

Assessoria Jurídica

Dra. Mirene Prieto Afonso

5ª edição: fevereiro de 2014

© Glaucio Gonçalves Tiago

Rua. Professor Lourival Gomes Machado, 285,

Santana . 02021-050 . São Paulo/SP . Brasil

Fone/Fax. 0 xx 55 11 2973-0193

<http://www.almalivre.org>

glaucio@uol.com.br

Aos trabalhadores das águas do Brasil.

Homens e mulheres detentores da importante e ancestral cultura haliêutica que, com saber tradicional sobre os ofícios da água e indômita dedicação laboral, são os únicos que podem se tornar os verdadeiros guardiões dos recursos aquáticos brasileiros.

**À Minha Avó Dona Anita:
Parteira e Benzedeira
do Chora Menino,
São Paulo, SP.
*In memoriam***

Agradeço a todos que de alguma forma colaboraram na construção deste trabalho, em especial, o Pesquisador Científico Harry Vermulm Junior, através do seu diligente acompanhamento da emissão de normas jurídicas relativas à pesca e à aquicultura brasileiras.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
LEGISLAÇÃO GERAL DE PESCA E AQUICULTURA.....	9
Portarias do Comitê Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – CNCMB e demais normas de controle higiênico sanitário de moluscos bivalves.....	20
LEGISLAÇÃO GERAL DE AQUICULTURA.....	30
Legislação Exclusiva de Maricultura.....	39
LEGISLAÇÃO GERAL DE PEIXES ORNAMENTAIS.....	42
LEGISLAÇÃO GERAL DE PESCA.....	45
Legislação Exclusiva de Pesca Marítima e/ou Estuarino Lagunar.....	70
Legislação Exclusiva de Pesca Continental.....	113
LEGISLAÇÃO DE MEIO AMBIENTE	124
Legislação Ambiental sobre Área de Preservação Permanente / APP.....	143
LEGISLAÇÃO DE GESTÃO DO RECURSO ÁGUA.....	144
LEGISLAÇÃO DE DEFESA E SANIDADE DOS PRODUTOS PESQUEIROS.....	161
LEGISLAÇÃO DE OUTROS RAMOS DO DIREITO.....	166
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	175

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a legislação geral e específica de Pesca e Aquicultura incidente no Brasil, subdividida cronologicamente em conjuntos normativos que disciplinam as atividades gerais das cadeias produtivas da Aquicultura, da Pesca e de Peixes Ornamentais, sob a forma de título e ementa. Apresenta ainda, de maneira exclusiva, normas jurídicas da Maricultura, da Pesca Marítima e Estuarino Lagunar e da Pesca Continental.

No que diz respeito à vigência e à validade, as normas jurídicas aqui elencadas e apresentadas, dispõem-se entre as vigentes e as que, mesmo sem vigor, apresentam importância histórica retrospectiva. Cabe ao leitor confirmar estes aspectos jurídicos no próprio conjunto textual, e junto às instituições e organizações competentes para a emissão e controle do repertório legislativo, vinculado à pesca e aquicultura.

Para a maior compreensão possível da abrangência jurídico legislativa do universo haliêutico e aquícola brasileiro, consideramos aqui, também, a legislação de ramos do Direito que incidem correlativamente sobre as atividades aquícolas e pesqueiras como: Meio Ambiente; Área de Preservação Permanente/APP; Recurso Água; Defesa e Sanidade dos Produtos Pesqueiros; e de outros ramos do Direito.

Este ementário, congregando centenas de diplomas legais brasileiros, emitidos através da miríade de instituições e de instâncias executivas e legislativas que possuem competência para legislar sobre pesca e aquicultura, é um projeto em construção contínua e permanente. Assim, face à complexidade do levantamento, pesquisa e análise do mosaico legislativo relativo ao tema, esta obra apresentará constante ampliação de seus limites legislativos repertoriais positivos em caráter temporal cíclico. Em tempo, alertamos que esta terceira edição da obra poderá apresentar, ainda, excepcionais lacunas repertoriais e expositivas, que serão devidamente sanadas a partir do nosso constante levantamento, pesquisa e análise do elenco de diplomas legais brasileiros relativos às importantes cadeias produtivas e atividades da Pesca e da Aquicultura, e à cultura haliêutica.

Para a construção e consolidação deste extenso trabalho, foram utilizadas informações jurídicas oriundas de bancos de dados e de coleções legislativas governamentais, institucionais, organizacionais e particulares, no sentido da maior abrangência possível da amplitude e qualidade do conhecimento legislativo positivo formal do conjunto de legislação de pesca e aquicultura do Brasil.

A organização eletrônica deste livro, atualizado até as emissões legislativas de janeiro de 2014, permite que as informações de interesse do leitor sejam facilmente encontradas no texto e concentradas através dos sistemas de busca e de organização de informação, contidos no próprio programa de computador utilizado para a leitura do texto.

LEGISLAÇÃO GERAL DE PESCA E AQUICULTURA

DECRETO LEI nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Pesca

-Dispõe sobre a Proteção e Estímulos à Pesca e dá outras providências.

DECRETO nº 1.694, de 13 de novembro de 1995

-Cria o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura - SINPESQ.

LEI ESTADUAL (Goiás) nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997

-Dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL (Tocantins) nº 13, de 18 de julho de 1997

-Dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Amapá) nº 0611, de 11 de julho de 2001

-Cria a Agência de Pesca do Amapá – PESCAP e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Amazonas) nº 2.713, de 28 de dezembro de 2001

-Dispõe sobre a política de proteção a fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aquicultura sustentável.

LEI ESTADUAL (Minas Gerais) nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002

-Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Rondônia) nº 1.038, de 22 de janeiro de 2002

-Estabelece diretrizes para a proteção à Pesca e estímulos à Aquicultura do Estado de Rondônia e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 11.165, de 27 de junho de 2002

-Código de Aquicultura e Pesca do Estado de São Paulo.

LEI ESTADUAL (Maranhão) nº 8.089, de 25 de fevereiro de 2004

-Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, e dá outras providências.

DECRETO nº 5.069, de 05 de maio de 2004

-Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE, e dá outras providências.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 12 de maio de 2004

-Dispõe sobre a operacionalização do Registro Geral da Pesca/RGP no âmbito da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência República - SEAP/PR.

LEI ESTADUAL (Ceará) nº 13.497, de 06 de julho de 2004

-Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará, cria o Sistema Estadual da Pesca e da Aquicultura - SEPAQ e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 57, de 13 de dezembro de 2004

-Dispõe sobre produtos e subprodutos perecíveis, e não perecíveis da fauna, da flora e recursos pesqueiros.

DECRETO nº 5.564, de 19 de outubro de 2005

-Institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – CNCMB e dá outras providências.

Portaria SEAP/PR nº 148, de 12 de abril de 2006

-Aprova sugestão da 1ª Plenária Extraordinária do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE, realizada no dia 13 de março de 2006, sobre constituição de Comissão Eleitoral interna a este Conselho.

Portaria SEAP/PR nº 122, de 04 de julho de 2007

-Aprova o Regimento Interno do Comitê Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves - CNCMB.

LEI ESTADUAL (Pará) nº 7.019, de 24 de julho de 2007

-Cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – SEPAq e dá outras providências.

Portaria ICMBio nº 10, de 15 de agosto de 2007

-Cria o Comitê Editorial do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPSUL, com o objetivo de divulgar os trabalhos de pesquisa e as observações inéditas relacionadas à pesca, aquicultura e ecologia aquática.

Portaria SEAP/PR nº 111, de 13 de maio de 2008

-Instituir o Comitê Temático do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE.

Portaria SEAP/PR nº 295, de 01 de dezembro de 2008

-Prorroga o período de execução do projeto de Apoio a Implementação do Laboratório de Diagnóstico de Enfermidades em Organismos Aquáticos até 30 de novembro de 2009.

Portaria IBAMA nº 01, de 08 de dezembro de 2008

-Proíbe a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização de quaisquer indivíduos de Caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*).

Portaria SEAP/PR nº 317, de 19 de dezembro de 2008

-Aprova a descentralização de recursos consignados: Programa de Trabalho / Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aquícola e Pesqueira / Unidade de Beneficiamento de Pescado na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

DECRETO de 20 de janeiro de 2009

-Convoca a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e dá outras providências.

Portaria SEAP/PR nº 10, de 04 de fevereiro de 2009

-Aprova o Regimento da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

LEI nº 11.958, de 26 de junho de 2009

-Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências.

LEI nº 11.959, de 29 de junho de 2009

-Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

DECRETO nº 6.981, de 13 de outubro de 2009

-Regulamenta o art. 27, § 6º, inciso I, da Lei nº 10.683, de maio de 2003, dispondo sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros. Institui a Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros – CTGP.

LEI nº 12.068, de 29 de outubro de 2009

-Institui o Dia do Pescador Amador.

Portaria Interministerial MPA MMA nº 02, de 13 de novembro de 2009

-Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Portaria MDA nº 17, de 23 de março de 2010

-Estabelece condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Instrução normativa MPA nº 06, de 16 de abril de 2010

-Estabelece normas e procedimentos para a inscrição de pessoas físicas no RGP.

Portaria MPA nº 211, de 04 de maio de 2010

-Cria a Comissão Técnica de Ordenamento da Pesca Amadora - CTOPA, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, de caráter permanente, com objetivo da Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca propor ações que possibilitem ordenar a pesca amadora no Brasil.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 14.149, de 21 de junho de 2010

-Altera a Lei n/ 7.964, de 16 de julho de 1992, para o fim de disciplinar o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar. Incluindo agricultores, pecuaristas e pescadores artesanais, e respectivas cooperativas e associações, envolvidos em programas de interesse da economia estadual, financiados pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO) ou por instituições oficiais de crédito.

Portaria MPA nº 333, de 29 de junho de 2010

-Prorroga o prazo para a deliberação do Regimento Interno do Grupo Permanente de Trabalho de Tecnologia da Informação - GTTI, conforme disposto no art. 5º da Portaria MPA nº 204, de 27 de abril de 2010.

Portaria MPA nº 334, de 29 de junho de 2010

-Determina que as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, elaboradas com base nos melhores dados científicos e existentes, devem ser editados por meio de ato conjunto dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente. O exame e a proposição de medidas e ações inerentes às competências de que trata o caput será realizada pela Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP, na forma do Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009. Cabe a Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura a edição de atos normativos complementares referentes aos procedimentos para concessão das Autorizações de Pesca do Registro Geral da Pesca, observando o disposto nas normas de ordenamento editadas na forma do art.1º desta Portaria. A coordenação da expedição das Autorizações de Pesca é de competência da Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Instrução Normativa MPA nº 10, de 12 de julho de 2010

-Estabelece os critérios e procedimentos para concessão de permissão para o arrendamento de embarcação estrangeira de pesca por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, assim como os princípios e condições para a realização de suas operações de pesca e revoga a Instrução Normativa nº 17, de 06 de julho de 2007. Pedidos de concessão de permissão para o arrendamento de embarcação estrangeira serão analisados quanto à adequação aos critérios estabelecidos em Edital Público pela Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento - Caar, criada por ato do MPA.

Instrução normativa MPA nº 11, de 29 de julho de 2010

-Altera a Instrução Normativa nº. 06, de 06 de abril de 2010, que estabelecem normas e procedimentos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP nas categorias de Pescador Profissional e de Aprendiz de Pesca / “Licença Inicial de Pescador Profissional”, sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

Instrução Normativa MPA nº 12, de 20 de agosto de 2010

-Estabelece os Procedimentos Gerais para realização de Análise de Risco de Importação - ARI, de pescado e derivados e de animais aquáticos, seus materiais de multiplicação, células, órgãos e tecidos considerando o impacto das importações na sanidade pesqueira e aquícola brasileira (REVOGADA pela Instrução Normativa MPA nº 14, de 09 de Dezembro de 2010).

Portaria MPA SEMOC nº 53, de 26 de agosto de 2010

-Determina o procedimento de Análise de Risco de Importação/ARI como requisito para a autorização de importação de pescado e derivados, oriundos de atividade de aquicultura.

Portaria MPA SEMOC nº 54, de 31 de agosto de 2010

-Designa representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura e representantes dos pescadores profissionais integrantes do CONAPE, para compor o Grupo de Trabalho - GT, criado pela Instrução Normativa MPA nº 11, de 29 de julho de 2010: Grupo de Trabalho sob coordenação do Secretário da SEMOC, para discussão e apresentação, no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, de proposta que trate de procedimentos administrativos a serem adotados pelo MPA relacionados com os seguintes temas: I. Licença Inicial de Pescador Profissional; II. comprovação de produção e venda do pescado; III. contribuição previdenciária; e IV. outros itens julgados pertinentes pelo Grupo de Trabalho.

Portaria interministerial MPA MMA nº 02, de 14 de setembro de 2010

-Institui o Grupo Técnico de Trabalho - GTT Emalhe.

Portaria MPA nº 507, de 08 de novembro de 2010

-Dispõe sobre a composição do Grupo Técnico de Trabalho - GTT Emalhe.

Portaria MPA nº 523, de 01 de dezembro de 2010

-Aprova o Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, na forma do anexo à esta Portaria.

Portaria MPA nº 525, de 03 de dezembro de 2010

-Cria o Grupo Técnico da Pesca Amadora no Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE.

Instrução Normativa MPA nº 14, de 09 de dezembro de 2010

-Estabelece os Procedimentos Gerais para realização de Análise de Risco de Importação - ARI, de pescado e derivados e de animais aquáticos, seus materiais de multiplicação, células, órgãos e tecidos considerando o impacto das importações na sanidade pesqueira e aquícola brasileira. Fica revogada a Instrução Normativa MPA nº 12, de 20 de agosto de 2010.

Portaria MPA nº 564, de 31 de dezembro de 2010

-Amplia a área de atuação da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Distrito Federal aos municípios do Entorno de Brasília compreendendo: Abadiânia, Alexânia, Águas Lindas de Goiás, Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antonio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa no estado de Goiás e Buritis, Unai e Cabeceira Grande no estado de Minas Gerais.

DECRETO de 01 de janeiro de 2011

-A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve nomear Ideli Salvati, para exercer o cargo de Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura.

Instrução Normativa MPA nº 02, de 25 de janeiro de 2011

-Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Profissional e de Aprendiz de Pesca no âmbito do MPA.

Portaria MPA nº 22, de 03 de fevereiro de 2011

-Cria no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE o Grupo Técnico para a Formação e Capacitação Profissional dos Trabalhadores da Pesca -GT/Capacitação Profissional, com o objetivo de apresentar projeto de formação de pescadores profissionais, de forma permanente e que atenda a demanda do setor.

Portaria MPA nº 23, de 03 de fevereiro de 2011

-Constituí, no âmbito do MPA, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações - CGTIC, estabelecendo suas atribuições.

Instrução Normativa MPA nº 03, de 13 de abril de 2012

-Institui a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - RENAQUA, responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como o desenvolvimento contínuo de novas metodologias analíticas. A missão da RENAQUA é contribuir para a proteção sanitária dos organismos aquáticos e para a segurança do alimento obtido de recursos pesqueiros.

Portaria Interministerial MPA/MMA nº 02, de 09 de junho de 2011

-Prorroga por 40 (quarenta) dias, a contar da data de publicação, o prazo de apresentação do relatório final dos trabalhos do Grupo Técnico de Trabalho - GTT-Emalhe, estabelecido no art. 6º da Portaria Interministerial nº 02, de 14 de setembro de 2010, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2010, Seção 1, página 63.

Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011

-Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Os procedimentos administrativos e operacionais do sistema de permissionamento são definidos em ato normativo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Portaria MPA nº 202, de 25 de junho de 2012

-Designa representantes titulares e suplentes que comporão o 4º mandato do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, conforme anexo desta portaria.

Portaria MPA nº 305, de 30 de agosto de 2012

-Cria Grupo Técnico de Trabalho - GTT com a finalidade de avaliar e, se necessário, propor medidas para a revisão da classificação e da padronização da nomenclatura de mercadorias da pesca e aquicultura no mercado nacional e internacional.

Portaria MPA nº 392, de 21 de novembro de 2012

-Estabelece a atividade de Ouvidoria Geral no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura e dá outras providências.

Portaria MPA nº 86, de 11 de março de 2013

-Cria a Comissão Organizadora da Semana do Peixe.

Portaria MPA nº 122, de 04 de abril de 2013

-Inicia a estruturação da atividade de ouvidoria do Ministério, conforme a Portaria MPA nº 392, de 21 de novembro de 2012, ocorrendo de forma gradativa até 31 de julho de 2013.

Portaria MPA nº 32, de 15 de maio de 2013

-Submete à consulta pública, por 30 dias, o documento "Identificação de Perigos da Análise de Risco de Importação para Camarões Originários de Aquicultura e/ou Pesca Extrativa, Destinados ao Consumo Humano".

Instrução Normativa MPA nº 10, de 11 de julho de 2013

-Institui a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura - AquaEpi, responsável pelo suporte técnico e científico para definição e execução das políticas públicas do MPA em sanidade aquícola e pesqueira.

Portaria MPA nº 249, de 16 de julho de 2013

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período da data de publicação a 31 de dezembro de 2013, nos termos de Anexo.

Portaria MPA nº 306, de 30 de agosto de 2013

-Cria Grupo Técnico de Trabalho Permanente - GTT, com a finalidade de avaliar, elaborar e viabilizar a adequada criação, revisão e/ou sistematização da classificação e padronização da nomenclatura de mercadorias da pesca e aquicultura, no mercado nacional e internacional.

Portaria MPA nº 329, de 19 de setembro de 2013

-Designa a Unidade Central de Colaboração em Epidemiologia Veterinária, abrigada na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - FMVZ da Universidade de São Paulo, no âmbito da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura - AquaEpi.

Portaria MPA nº 382, de 05 de novembro de 2013

-Designa a Unidade Central de Colaboração em Epidemiologia Veterinária, abrigada na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - FMVZ da Universidade de São Paulo, no âmbito da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura - AquaEpi.

Portarias do Comitê Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – CNCMB e demais normas de controle higiênico sanitário de moluscos bivalves

Portaria CNCMB nº 01, de 19 de janeiro de 2007

-Proíbe, por prazo indeterminado, a coleta, a colheita e a comercialização de moluscos bivalves nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 02, de 24 de janeiro de 2007

-Autoriza a coleta, colheita e comercialização de Ostras e Vieiras nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 04, de 01 de fevereiro de 2007

-Proíbe, por prazo indeterminado a coleta, a colheita e a comercialização de moluscos bivalves no município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 06, de 16 de fevereiro de 2007

-Autoriza a coleta, colheita e comercialização de Ostras e Vieiras nos municípios de Governador Celso Ramos e Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 07, de 22 de fevereiro de 2007

-Autoriza a coleta, colheita e comercialização de todas as espécies de moluscos bivalves nos municípios de Governador Celso Ramos e Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 08, de 01 de junho de 2007

-Proíbe por prazo indeterminado, a coleta, a colheita e a comercialização de moluscos bivalves para todas as regiões banhadas pela Baía da Ilha Grande do Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Portaria CNCMB nº 09, de 09 de julho de 2007

-Revoga a Portaria CNCMB nº 08 de 1º de junho de 2007 que proibiu, por tempo indeterminado, a coleta, colheita e comercialização de moluscos bivalves para todas as regiões banhadas pela Baía da Ilha Grande do Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Portaria CNCMB nº 10, de 19 de julho de 2007

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de moluscos bivalves nos municípios de São Francisco do Sul e Penha, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 11, de 30 de julho de 2007

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de moluscos bivalves no município de Governador Celso Ramos no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 12, de 02 de agosto de 2007

-Revoga as Portarias CNCMB nº 10, de 19 de julho de 2007 e nº 11, de 30 de julho de 2007, que proibiram, por tempo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de moluscos bivalves dos municípios de São Francisco do Sul, Penha e Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 13, de 08 de agosto de 2007

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 14, de 09 de agosto de 2007

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões no município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 15, de 17 de agosto de 2007

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões nos municípios de São Francisco e Penha, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 17, de 30 de agosto de 2007

-Revoga a Portaria CNCMB nº 13, de 08 de Agosto de 2007, que proibiu por tempo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões do município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 18, de 03 de setembro de 2007

-Revoga a Portaria CNCMB nº 17, de 30 de agosto de 2007, que autorizava a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Enseada da Armação da Piedade, no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 19, de 11 de setembro de 2007

-Revoga a Portaria CNCMB nº 14, de 09 de agosto de 2007.

Portaria CNCMB nº 21, de 27 de setembro de 2007

-Revoga a Portaria CNCMB nº 15, de 17 de agosto de 2007, que proibia por tempo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões do município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 22, de 28 de setembro de 2007

-Revoga a Portaria CNCMB nº 18, de 03 de Setembro de 2007, que proibia por tempo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões do município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 23, de 03 de outubro de 2007

-Autoriza a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes dos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Porto Belo e Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 01, de 03 de abril de 2008

- Proíbe a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Baía Sul, que compreende o município de Palhoça e região sul dos municípios de São José e Florianópolis, em especial o distrito de Ribeirão da Ilha neste último município, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 02, de 07 de abril de 2008

- Proíbe a coleta, colheita e comercialização de Ostras procedentes da Baía Sul, que compreende o município de Palhoça e região sul dos municípios de São José e Florianópolis, em especial o distrito de Ribeirão da Ilha neste último município, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 03, de 09 de abril de 2008

-Proíbe a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Baía Norte, que compreende os município de Biguaçu e região norte do município de Florianópolis, e da Enseada de Zimbros no município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 04, de 10 de abril de 2008

-Revoga a Portaria CNCMB nº 02, de 07 de Abril de 2008.

Portaria CNCMB nº 05, de 11 de abril de 2008

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Enseada da Armação no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 06, de 14 de abril de 2008

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de Ostras procedentes da Enseada de Zimbros, no município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 07, de 22 de abril de 2008

-Revoga a Portaria CNCMB nº 04, de 27 de setembro de 2007, que proibia por tempo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de Ostras da Ponta do Papagaio na Enseada da Pinheira, do município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 08, de 23 de abril de 2008

-Revogar a Portaria CNCMB nº01, de 03 de abril de 2008, que proibia, por prazo indeterminado, a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Baía Sul, que compreende o município de Palhoça e região sul dos municípios de São José e Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 09, de 24 de abril de 2008

-Revogar a Portaria CNCMB nº03, de 09 de abril de 2008, que proibia, por prazo indeterminado, a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Baía Norte, que compreende os município de Biguaçu e região norte do município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 10, de 25 de abril de 2008

-Proíbe por prazo indeterminado a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Enseada das Laranjeiras, no município Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 12, de 06 de maio de 2008

-Autoriza a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes do município de Porto Belo, e da Enseada de Zimbros e Canto Grande, no município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 14, de 04 de setembro de 2008

-Proíbe por prazo indeterminado, a coleta, colheita e comercialização de mexilhões procedentes da Praia Alegre e Armação de Itapocorói, no município de Penha, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 01, de 26 de janeiro de 2009

-Proíbe, por prazo indeterminado a coleta e colheita de mexilhões, Ostras e Berbigões, retroativo ao período de 22 de janeiro de 2009, procedentes da região Baía Sul da ilha de Florianópolis e Ponta do Papagaio, município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina.

Portaria CNCMB nº 02, de 29 de janeiro de 2009

-Autoriza a coleta e colheita de mexilhões, Ostras e Berbigões, procedentes da região da Baía Sul da ilha de Florianópolis.

Portaria CNCMB nº 03, de 13 de fevereiro de 2009

-Autoriza a coleta e colheita de Ostras, Mexilhões e Berbigões procedentes da região da Ponta do Papagaio, município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina.

Portaria MPA nº 03, de 30 de junho de 2010

-Proíbe a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria MPA nº 06, de 22 de julho de 2010

-Libera a coleta, colheita e comercialização de ostras, em SC (Barra do Sul).

Portaria MPA nº 07, de 22 de julho de 2010

-Libera a coleta, colheita e comercialização de mexilhões, em SC (São Francisco do Sul).

Portaria MPA SEMOC nº 08, de 05 de outubro de 2010

-Proíbe a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria MPA SEMOC nº 09, de outubro de 2010

-Revoga a Portaria nº 08, de 05 de Outubro de 2010, que proíbe a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria de MPA nº 12, de 10 de outubro de 2010

-Suspende a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria MPA SEMOC nº 10, de 13 de outubro de 2010

-Proíbe a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria MPA SEMOC nº 11, de 18 de outubro de 2010

-Libera a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria MPA SEMOC nº 13, de 21 de dezembro de 2010

-Libera a coleta, colheita e comercialização de mexilhões em SC.

Portaria MPA SEMOC nº 14, de 21 de dezembro de 2010

-Suspende a coleta, colheita e comercialização de mexilhões, retroativo ao período de 20 de dezembro de 2010, procedentes da localidade de Estaleiro, no município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Portaria MPA SEMOC nº 14, de 28 de dezembro de 2010

-Suspende a coleta, colheita e comercialização de mexilhões, retroativo a 27 de dezembro de 2010, procedentes da localidade de Paulas, no município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 15, de 03 de janeiro de 2011

-Libera a coleta, colheita e comercialização de mexilhões, retroativo ao período de 29 de dezembro de 2010, procedentes da localidade de Estaleiro, no município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 01, de 06 de janeiro de 2011

-Libera a coleta ou extração de mexilhões das áreas de cultivo ou colheita de moluscos bivalves localizadas em Paulas, no município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, retroativo ao período de 03 de janeiro de 2011.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 02, de 26 de julho de 2011

-Suspende a retirada de mexilhões, retroativo ao período de 25 de julho de 2011, procedentes da localidade de Fazenda Armação, no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina;

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 03, de 8 de agosto de 2011

-Considerando os resultados negativos de bioensaios para a toxina DSP (Diarrheic Shellfish Poisoning) na carne de mexilhões das áreas situadas em Fazenda Armação, no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina; e Considerando a mitigação do risco à saúde do consumidor; Resolve: Art. 1º Liberar a retirada de mexilhões, retroativo ao período de 04 de agosto de 2011, procedentes da localidade de Fazenda Armação, no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 04, de 16 de agosto de 2011

-Suspende a retirada de mexilhões, retroativo ao período de 15 de agosto de 2011, procedentes da localidade de Paulas, no município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 02, de 22 de agosto de 2011

-Considerando a ocorrência de resultados positivos em análises laboratoriais para a toxina diarreica DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes da Ponta do Papagaio, no estado de Santa Catarina; Considerando a necessidade de proteção da saúde do consumidor; resolve: Art. 1º Suspende a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 20 de agosto de 2012, procedentes da Ponta do Papagaio no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 03, de 22 de agosto de 2011

-Considerando a ocorrência de resultados positivos em análises laboratoriais para a toxina diarreica DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes da Praia do Cedro, no estado de Santa Catarina; Considerando a necessidade de proteção da saúde do consumidor; resolve: Art. 1º Suspende a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 20 de agosto de 2012, procedentes da Praia do Cedro no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 04, de 22 de agosto de 2011

-Considerando a ocorrência de resultados positivos em análises laboratoriais para a toxina diarreica DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes de São Miguel (Biguaçu), no estado de Santa Catarina; Considerando a necessidade de proteção da saúde do consumidor; resolve: Art. 1º Suspende a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 20 de agosto de 2012, procedentes de São Miguel (Biguaçu), no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 05, de 22 de agosto de 2011

Considerando a Portaria nº 01/2012, da Coordenação Geral de Sanidade Pesqueira, que suspendeu a retirada de moluscos bivalves procedentes da Armação do Itapocoroi, no estado de Santa Catarina até novas recomendações; Considerando a ocorrência de dois resultados negativos consecutivos em análises laboratoriais para a toxina diarreica DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes do mesmo local citado; resolve: Art. 1º Liberar a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 17/08/2012, procedentes da Armação do Itapocoroi, no estado de Santa Catarina; Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 01/2012 da Coordenação Geral de Sanidade Pesqueira.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 06, de 22 de agosto de 2011

Considerando as Portarias nº 02/2012 e nº 03/2012, da Coordenação Geral de Sanidade Pesqueira, que suspenderam a retirada de moluscos bivalves procedentes da Ponta do Papagaio e da Praia do Cedro, no estado de Santa Catarina, respectivamente, até novas recomendações; Considerando a ocorrência de dois resultados negativos consecutivos em

análises laboratoriais do LAQUA Itajaí (Resíduos e Contaminantes) para a toxina diarreica DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes do mesmo local citado, resolve: Art. 1º Liberar a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 29/08/2012, procedentes da Ponta do Papagaio e da Praia do Cedro, no estado de Santa Catarina; Art. 2º Revogam-se as Portarias nº 02/2012 e nº 03/2012 da Coordenação-Geral de Sanidade Pesqueira.

Instrução Normativa Interministerial MPA MAPA nº 07, de 08 de maio de 2012

-Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves - PNCMB, com a finalidade de estabelecer os requisitos mínimos necessários para a garantia da inocuidade e qualidade dos moluscos bivalves destinados ao consumo humano, bem como monitorar e fiscalizar o atendimento destes requisitos.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 01, de 03 de maio de 2013

-Suspende a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 29 de abril de 2013, procedentes da Caieira da Barra do Sul, no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Portaria MPA DEMOC SEMOC CGSAP nº 02, de 13 de maio de 2013

-Libera a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 08 de maio de 2013, procedentes de Caieira da Barra do Sul, no estado de Santa Catarina, considerando a ocorrência de dois resultados negativos consecutivos em análises laboratoriais do LAQUA Itajaí (Resíduos e Contaminantes) para a toxina diarreica DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves.

LEGISLAÇÃO GERAL DE AQUICULTURA

Portaria IBAMA nº 136, de 14 de outubro de 1998

-Estabelece normas para registro de Aquicultor e Pesque-Pague no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Portaria IBAMA nº 145, de 29 de outubro de 1998

-Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.

DECRETO nº 4.895, de 25 de novembro de 2003

-Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.

Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR MMA MPOG MM ANA IBAMA nº 06, de 31 de maio de 2004

-Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.

Instrução Normativa Interministerial MMA SEAP/PR nº 07, de 28 de Abril de 2005

-Estabelece diretrizes para implantação dos parques e áreas aquícolas, em razão do art. 19 do Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 (limite máximo de até 1,0% da área superficial dos corpos d'água, fechados ou semi-abertos, considerando-se o ponto médio depleção).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 20, de 16 de novembro de 2005

-Estabelece os limites máximos para as áreas localizadas em águas de domínio da União, destinadas à instalação de unidades demonstrativas e de pesquisa em aquicultura.

Portaria da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia/SMRH-BA nº 056 (Bahia), de 04 de agosto de 2006

-Dispõe sobre procedimentos de licenciamento ambiental das atividades, obras e empreendimentos agropecuários, silviculturais e aquícolas com potencial de impacto não significativo e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL (Mato Grosso) nº 8.149, de 27 de setembro de 2006

-Regulamenta a atividade de piscicultura no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL (Mato Grosso) nº 8.366, de 04 de dezembro de 2006

-Dá nova redação aos artigos 12 e 13 do Decreto nº 8.149, de 27 de setembro de 2006, que regulamenta a atividade de piscicultura no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR MPOG SPU/MP nº 01, de 10 de outubro de 2007

-Estabelece os procedimentos operacionais entre a SEAP/PR e a SPU/MP para a autorização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 23, de 26 de outubro de 2007

-Define áreas ou faixas de preferência nos seguintes Parques Aquícolas: São Francisco Verdadeiro, São Francisco Falso e Ocoí, no reservatório de Itaipu no Estado do Paraná.

Resolução Conjunta IBAMA-SEAP/PR-IAP nº 002/08 (Paraná), de 16 de janeiro de 2008

-Estabelece normas e procedimentos para regularização ambiental de tanques, viveiros, açudes, pequenos reservatórios e lagos destinados a produção de peixes em águas continentais no Estado do Paraná.

Portaria IBAMA nº 05, de 28 de janeiro de 2008

-Proíbe, em todo território nacional, a introdução, reintrodução, importação, comercialização, cultivo e transporte de indivíduos vivos da espécie *Procambarus clarkii*.

Instrução Normativa MMA nº 03, de 16 de abril de 2008

-Suspende as concessões de anuências e de autorizações para instalação de novos empreendimentos ou atividades de carcinicultura, nas unidades de conservação federais e suas zonas de amortecimento.

Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas/CEMAA nº 01 (Amazonas), de 03 de julho de 2008

-Estabelece normas e procedimentos para regularização ambiental de tanques, viveiros, barragens, pequenos reservatórios, canais de igarapés e tanques rede destinados para a aquicultura, no estado do Amazonas.

Portaria SEAP/PR nº 319, de 19 de dezembro de 2008

-Aprova a descentralização de recursos consignados para o Programa de Trabalho/Implantação de Aquicultura em Águas Públicas Nacionais/Implantação de duas Unidades Demonstrativas nos Municípios de Pau Ferro e Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte.

Resolução CONAMA nº 413, de 26 de junho de 2009

-Estabelece normas e critérios para o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

Portaria MPA nº 374, de 28 de julho de 2010

-Autoriza a cessão de uso gratuito para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas), no estado de São Paulo.

Portaria MPA nº 351, de 12 de julho de 2010

-Autoriza a cessão de uso gratuito para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas), no estado de São Paulo.

Portaria MPA nº 527, de 09 de dezembro de 2010

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) localizadas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, às pessoas/instituições listadas conforme numeração nos referidos Processos.

Portaria MPA nº 528, de 09 de dezembro de 2010

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) localizadas no estado de Goiás, às pessoas/instituições listadas conforme numeração nos referidos Processos.

Portaria MPA nº 529, de 09 de dezembro de 2010

-Autoriza a cessão de uso gratuito, às pessoas listadas, de espaço físico em águas públicas da União (áreas aquícolas), com área (lotes) de 1.250 m² (hum mil duzentos e cinquenta metros quadrados), conforme numeração nos referidos Processos, localizados no Açude Público Padre Cícero - Castanhão, Rio Jaguaribe, no Município de Jaguaribara, Estado do Ceará.

Resolução Conjunta SMA SAA (Estado de São Paulo) nº 06, de 20 de dezembro de 2010

-Dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo.

Portaria MPA nº 565, de 03 de janeiro de 2011

-Autoriza a cessão de uso gratuito para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas), às pessoas listadas, conforme numeração no referido Processo e localizados nos Parques Aquícolas do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, no Estado de São Paulo.

Portaria MPA nº 58, de 21 de março de 2011

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme numeração nos referidos Processos, localizadas no Estado do Paraná.

Instrução Normativa MPA nº 06, de 19 de maio de 2011

-Dispõe sobre o Registro e a Licença de Aquicultor, para o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Estabelece normas e procedimentos para a inscrição e licenciamento de pessoas físicas ou jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, na categoria de Aquicultor. Os dados cadastrais referentes à inscrição e licenciamento do interessado serão armazenados no Sistema Informatizado do RGP/SisRGP, operacionalizado pelo MPA.

Instrução Normativa Interministerial MAPA MPA nº 28, de 08 de junho de 2011

-Estabelece Normas Técnicas para os Sistemas Orgânicos de Produção Aquícola a serem seguidos por toda pessoa física ou jurídica responsável por unidades de produção em conversão ou por sistemas orgânicos de produção, na forma desta Instrução Normativa Interministerial e seus Anexos de I a VI.

Portaria MPA nº 244, de 11 de agosto de 2011

-Autoriza a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações de uso dos Parques Aquícolas localizados no Estado de Santa Catarina, às pessoas físicas vencedoras do Certame e relacionadas.

Portaria MPA nº 252, de 16 de agosto de 2011

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações de uso de áreas aquícolas relacionadas às pessoas físicas vencedoras do Certame, localizadas no Estado de Santa Catarina.

Instrução Normativa Conjunta MPA IBAMA nº 01, de 21 de dezembro de 2011

-Estabelece critérios e procedimentos para cadastramento de plantéis de reprodutores de pirarucu (*Arapaima gigas*) no estado de Rondônia, para fins de regularização dos empreendimentos quanto ao manejo, à reprodução em cativeiro, à engorda e à comercialização dos seus produtos.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 58.544, de 13 de novembro de 2012

-Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura e dá providências correlatas.

Resolução SMA (Estado de São Paulo) nº 91, de 14 de novembro de 2012

-Dispõe sobre os estudos previstos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, nos casos dos procedimentos simplificado e ordinário estabelecidos pelo Decreto nº 58.544, de 13 de novembro de 2012, e dá outras providências.

Resolução Conjunta SMA SAA SJDC (Estado de São Paulo) nº 02, de 14 de novembro de 2012

-Acresce ao artigo 1º, da Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC 01, de 27 de dezembro de 2011, alterada pela Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC 01, de 23 de março de 2012, os seguintes dispositivos:

I - o inciso VI

“VI - aquicultura, nos termos do Decreto 58.544, de 13 de novembro de 2012”.

II – O § 2º, passando o atual parágrafo único a denominar-se § 1º; e

“§2º - Para fins de cadastramento, exigido para a dispensa do licenciamento ambiental, nos termos do item 1, do §1º, do artigo 3º, do Decreto 58.544, de 13-11-2012, os empreendimentos de aquicultura deverão utilizar sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, e acessível à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB”.

Instrução Normativa MPA nº 09, de 03 de dezembro de 2012

-Fica autorizado o uso do tambaqui, espécie *Colossoma Macropomum* (Cuvier, 1818) na atividade de aquicultura em sistema de cultivo em tanques-rede nos reservatórios artificiais, localizados ao longo do rio Tocantins.

-Fica proibido o uso de híbridos interespecíficos na atividade de aquicultura na área de abrangência da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia.

Resolução SAA (Estado de São Paulo) nº 14, de 27 de março de 2013

-Dá a denominação de “Centro de Treinamento em Truticultura **Marcos Guilherme Rigolino**” ao espaço multifunção do Centro Experimental de Salmonicultura “Dr. Ascânio de Faria”, localizado na Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Campos do Jordão, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA.

Instrução Normativa MPA nº 08, de 21 de junho de 2013

-Modifica o art. 7º e o inciso IV do art. 8º da Instrução Normativa nº 06, de 19 de maio de 2011, passando a vigorar a seguinte redação: "Art. 7º Para a obtenção do Registro de Aquicultor, o requerente deverá preencher o formulário de requerimento de Registro de Aquicultor no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, disponível no sítio eletrônico do MPA: www.mpa.gov.br .

Portaria MPA nº 568, de 18 de setembro de 2013

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004994/2012-13, localizadas nos Estados do Paraná.

Portaria MPA nº 569, de 18 de setembro de 2013

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004993/2012-61, localizadas nos Estados da Bahia e Pernambuco.

Portaria MPA nº 570, de 18 de setembro de 2013

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004992/2012-16, localizadas nos Estados de Goiás e Rio de Janeiro.

Portaria MPA nº 571, de 18 de setembro de 2013

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004995/2012-50, localizadas no Estado de São Paulo.

Resolução CONAMA nº 459, de 04 de outubro de 2013

-Altera a Resolução nº 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

Portaria MPA nº 807, de 19 de dezembro de 2013

-Autoriza a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.003491/2013-01, demarcadas no Reservatório da UHE de Ilha Solteira para fins de aquicultura no Estado do Mato Grosso do Sul, participantes da Concorrência nº 21/2013-MPA.

Portaria MPA nº 808, de 19 de dezembro de 2013

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas/onerosas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004217/2013-41, demarcadas no Reservatório da UHE de Cana Brava no Estado de Goiás, participantes da Concorrência nº 27/2013-MPA.

Portaria MPA nº 809, de 19 de dezembro de 2013

-Autoriza a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004708/2013-92, para fins de aquicultura nos Estados do Paraná, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, participantes da Concorrência nº 33/2013-MPA.

Portaria MPA nº 810, de 19 de dezembro de 2013

-Autoriza a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.002317/2013-33, demarcadas no Reservatório da UHE de Luís Eduardo Magalhães (Lajeado) para fins de aquicultura no Estado do Tocantins, participantes da Concorrência nº 23/2013-MPA.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 59.751, de 13 de novembro de 2013

- Altera a vigência de dispositivos do Decreto nº 58.544, de 13 de novembro de 2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura (Via Rápida da Aquicultura). Os prazos a que aludem o § 3º do artigo 12 e o artigo 13 do Decreto nº 58.544, de 13 de novembro de 2012, ficam prorrogados por 01 (um) ano, contado da data de publicação deste decreto.

Legislação Exclusiva de Maricultura

Portaria IBAMA nº 1.747, de 22 de outubro de 1996

-Delega competência aos superintendentes estaduais do IBAMA para o estabelecimento de portarias normativas sobre coleta de sementes de moluscos bivalves em ambientes naturais.

Resolução CONAMA nº 312, de 10 de outubro de 2002

-Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira.

Portaria IBAMA nº 69, de 31 de outubro de 2003

-Permite o cultivo de moluscos no Litoral Sudeste e Sul, exclusivamente aos empreendimentos aquícolas então existentes e operacionais, e mediante assinatura de “Termo de Ajustamento de Conduta”, e até a obtenção da Licença Ambiental de Operação.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 17, de 22 de setembro de 2005

-Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a formulação e aprovação de Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura - PLDMs.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 03 de fevereiro de 2006

-Cria o Comitê Estadual e os Comitês Locais dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – PLDMs do Estado de Santa Catarina.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 02, de 13 de fevereiro de 2007

-Cria o Comitê Estadual e os Comitês Locais dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura - PLDMs do Estado do Rio de Janeiro.

Instrução Normativa IBAMA nº 165, de 17 de julho de 2007

-Permite o Cultivo de *kappaphycus alvarezii* mediante assinatura de termo de compromisso (TC).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 21, de 13 de setembro de 2007

-Altera a composição do Comitê Estadual dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs) do Estado de Santa Catarina.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 11, de 04 de março de 2008

-Altera o Anexo II da Instrução Normativa SEAP/PR nº 17, de 22 de setembro de 2005, intitulado de Roteiro para Elaboração do PLDM.

Instrução Normativa MMA nº 03, de 16 de abril de 2008

-Suspende as concessões de anuência e de autorização para instalação de novos empreendimentos ou atividades de carcinicultura, nas unidades de conservação federais e em suas zonas de amortecimento.

Instrução Normativa IBAMA nº 185, de 22 de julho de 2008

-Permite o cultivo de *Kappaphycus alvarezii* no litoral dos estados do Rio de Janeiro/RJ e de São Paulo/SP, exclusivamente, na área compreendida entre a Baía de Sepetiba (RJ) e a Ilha Bela (SP).

Portaria SEAP/PR nº 318, de 19 de dezembro de 2008

-Aprova a descentralização de recursos consignados para o Programa de Trabalho/Implantação de Aquicultura em Águas Públicas Nacionais/Apoio ao Projeto “Beiradeiras da Maré”: Maricultura Familiar solidária de grupos produtivos femininos e quilombolas na região do baixo sul baiano.

Portaria MPA nº 557, de 03 de janeiro de 2011

-Prorroga o período de execução do objeto previsto na Portaria nº 324, de 24 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2008, Seção 1, Página 96, objetivando apoiar o projeto "Cação de Escama: Cultivo de beijupirá pelos pescadores artesanais do litoral de Pernambuco", para 31 de dezembro de 2011.

LEGISLAÇÃO GERAL DE PEIXES ORNAMENTAIS

Instrução Normativa MMA nº 13, de 09 de junho de 2005

-Permite, para fins ornamentais e de aquariofilia, a captura, o transporte e a comercialização de exemplares vivos de peixes nativos de águas continentais, listados no Anexo específico desta Instrução Normativa.

Instrução Normativa MMA nº 118, de 10 de setembro de 2008

-Designa portos e aeroportos nacionais para a entrada e saída de material de espécies constantes nos Anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES, e propõe, através do IBAMA, dar treinamento para técnicos do Ministério da Agricultura, Polícia Federal e Receita Federal, além de garantir estrutura para fiscalização nos pontos citados.

Instrução Normativa IBAMA nº 202, de 22 de outubro de 2008

-Dispõe sobre normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de peixes nativos ou exóticos de águas marinhas ou estuarinas (Revoga a Instrução Normativa IBAMA nº 56, de 23 de novembro de 2004).

Instrução Normativa IBAMA nº 203, de 22 de outubro de 2008

-Dispõe sobre normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de peixes nativos ou exóticos de águas continentais.

Instrução Normativa IBAMA nº 204, de 22 de outubro de 2008

-Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de exemplares vivos de Raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae.

Instrução Normativa MPA nº 01, de 19 de janeiro de 2011

-Estabelece critérios e procedimentos para a concessão de Licença para a venda de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae, para fins de ornamentação e de aquariofilia.

Portaria MPA SEMOC nº 14, de 01 de abril de 2011

-Divulga com base na análise técnica dos processos protocolados nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura dos Estados do Pará, Amazonas e Goiás o resultado preliminar das solicitações de cotas de raias com fins ornamentais e de aquariofilia, na temporada de 2011.

Portaria MPA SEMOC nº 22, de 27 de abril de 2011

-Divulga o resultado final das solicitações de cotas de raias com fins ornamentais e de aquariofilia, na temporada de 2011, com base na análise técnica dos processos protocolados nas Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura dos Estados do Pará, Amazonas e Goiás.

Portaria MPA SEMOC nº 46, de 27 de julho de 2011

-Divulga o resultado final dos recursos administrativos protocolados referentes às solicitações de licença de venda de raias com fins ornamentais e de aquariofilia, na temporada de 2011, de que trata a Instrução Normativa MPA nº 01, 19 de janeiro de 2011.

Portaria MPA SEMOC nº 66, de 02 de janeiro de 2012

-Divulga o resultado das solicitações de Licenças para venda de raias com fins ornamentais e de aquariofilia, na temporada de 2012, com base na análise técnica dos processos protocolados nas Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura dos Estados do Pará e do Amazonas.

Portaria MPA SEMOC nº 66, de 02 de janeiro de 2012

-Determina, de ofício, com fundamento no inciso II do art. 8º da Instrução Normativa MPA nº 01, de 19 de janeiro de 2011, o cancelamento das Licenças de Venda de Raias de Águas Continentais com Finalidade Ornamental e de Aquariorfilia, conforme relação nominal constante no anexo I desta Portaria.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 001 , de 03 de janeiro de 2012

-Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração de peixes nativos ou exóticos de águas continentais com finalidade ornamental ou de aquariorfilia.

Portaria MPA nº 02, de 25 de janeiro de 2013

-Divulga o resultado das solicitações de Licenças para venda de raias com fins ornamentais e de aquariorfilia, na temporada de 2013, com base na análise técnica dos processos protocolados nas Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura dos Estados do Pará e do Amazonas.

Instrução Normativa MPA nº 11, de 16 de julho de 2013

-Estabelece critérios e procedimentos para a redistribuição das cotas de venda de raias com fins ornamentais e de aquariorfilia, não distribuídas no ano de 2013.

Portaria MPA SEMOC nº 59, de 02 de agosto de 2013

-Determina de ofício, com fundamento no art. 9º da Instrução Normativa MPA nº 01, de 19 de janeiro de 2011, o cancelamento das Licenças para a venda de raias de águas continentais, com finalidade ornamental e de aquariorfilia, conforme relação nominal constante em anexo.

Instrução Normativa MPA nº 19, de 19 de novembro de 2013

-Estabelece critérios e procedimentos para a concessão de Licença para a venda de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae, para fins de ornamentação e de aquariorfilia.

LEGISLAÇÃO GERAL DE PESCA

Portaria SUDEPE nº 741, de 23 de dezembro de 1970

-Fixa em 40mm o espaçamento a ser observado entre os elementos competentes das esteiras das cercadas de quaisquer tipos ou denominações.

LEI ESTADUAL (Pará) nº 4.577, de 15 de julho de 1975

-Autoriza o Poder Executivo a criar a Comissão de Defesa e Fomento a Pesca Artesanal do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL (Santa Catarina) nº 24.888, de 01 de março de 1985

-Dispõe sobre o comércio e trânsito de pescados e petrechos de pesca no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Portaria SUDEPE nº 11, de 21 de fevereiro de 1986

-Proíbe nas águas sob jurisdição nacional, a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetáceos, Pinípedes e Sirênios.

LEI ESTADUAL (Rio Grande do Sul) nº 32.239, de 08 de maio de 1986

-Cria o Conselho Estadual da Pesca.

LEI nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987

-Proíbe a pesca, ou qualquer forma de molestamento internacional, de toda espécie de cetáceo.

LEI ESTADUAL (Rio Grande do Sul) nº 8.676, de 14 de julho de 1988

-Determina a obrigatoriedade de demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação, nos municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial.

LEI nº 7.679, de 23 de novembro de 1988

-Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL (Rio Grande do Sul) nº 9.677, de 02 de julho de 1992

-Regulamenta o artigo 172 da Constituição do Estado; cria o Conselho de Desenvolvimento Pesca e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Amapá) nº 0064, de 01 de abril de 1993

-Dispõe sobre a pesca industrial de arrasto de camarões e do aproveitamento compulsório da fauna acompanhante dessa pesca na costa do Estado do Amapá.

LEI ESTADUAL (Rio Grande do Sul) nº 10.164, de 11 de maio de 1994

-Dispõe sobre a definição da pesca artesanal no território do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Rio Grande do Sul) nº 10.254, de 08 de setembro de 1994

-Dispõe sobre a pesca amadorística no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

LEI nº 9.059, de 13 de junho de 1995

-Introduz alterações no Decreto Lei nº 221, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca.

Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 17 de outubro de 1996

-Dispõe sobre o Sistema de Mapas de Bordo.

Portaria IBAMA nº 1.888, de 11 de novembro de 1996

-Institui o Sistema de Registro das Embarcações de Pesca - SREP.

LEI ESTADUAL (Santa Catarina) nº 10.383, de 15 de abril de 1997

-Cria o Conselho Estadual da Pesca e adota outras providências.

LEI ESTADUAL (Pará) nº 6.167, de 07 de dezembro de 1998

-Disciplina a atividade de pesca esportiva no Estado do Pará e dá outras providências.

Instrução Normativa MAA nº 03, de 09 de fevereiro de 1999

-Dispõe sobre as formas permitidas de apoio externo para a pesca comercial brasileira.

Instrução Normativa MAA nº 39, de 04 de novembro de 1999

-Suspender, temporariamente, a entrada de todas as espécies de crustáceos no território nacional.

LEI ESTADUAL (Roraima) nº 254, de 23 de março de 2000

-Disciplina a atividade de pesca esportiva no Estado de Roraima e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Pará) nº 6.353, de 04 de abril de 2001

-Torna obrigatório o registro e a identificação dos pescadores amadores praticantes da pesca esportiva e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 11.221 (São Paulo), de 24 de julho de 2002

-Dispõe sobre a pesca em águas superficiais de domínio do Estado e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 29, de 31 de dezembro de 2002

-Estabelece critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca.

Portaria IBAMA nº 30, de 23 de maio de 2003

-Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, junto ao IBAMA.

Portaria IBAMA nº 39, de 12 de agosto de 2003

-Altera o Art. 3º da Portaria IBAMA nº 18, de 10 de março de 1997 e aprova o formulário de Licença para Pesca Amadora – LPA.

LEI nº 10.849, de 23 de março de 2004

-Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional.

LEI ESTADUAL (Amapá) nº 0813, de 14 de abril de 2004

-Autoriza o Poder Executivo a Criar o Programa Estadual da Pesca Artesanal.

Instrução Normativa MMA nº 04, de 24 de março de 2005

-Permite, durante os períodos de defesos estabelecidos em legislação específica, à coleta de peixes e invertebrados aquáticos com finalidade exclusiva para pesquisa científica.

Instrução Normativa Interministerial MMA SEAP/PR nº 26, de 19 de julho de 2005

-Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo. Revoga-se as Instruções Normativas MAPA nº 04, de 09 de fevereiro de 1999, e SEAP/PR nº 05, de 23 de outubro de 2003.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 13, de 17 de agosto de 2005

-Estabelece normas e procedimentos complementares para a organização, funcionamento e exploração dos Terminais Pesqueiros Públicos.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 14, de 17 de agosto de 2005

-Estabelece critérios e procedimentos para fins de concessão do Termo de Habilitação e concessão da Permissão Prévia de Pesca para construção, aquisição e modernização de embarcações pesqueiras.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 23, de 13 de dezembro de 2005

-Tornam válidas até 30 de abril de 2006, as Carteiras de Pescador Profissional emitidas até maio de 2005.

LEI ESTADUAL (Roraima) nº 516, de 10 de janeiro de 2006

-Dispõe sobre a pesca no Estado de Roraima, estabelecendo medidas de proteção a ictiofauna, e dá outras providências.

Portaria IBAMA nº 01, de 12 de janeiro de 2006

-Proíbe a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização de quaisquer indivíduos de Caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 08, de 22 de fevereiro de 2006

-Revoga os artigos 64 e 65 do Capítulo IX da Instrução Normativa SEAP/PR de nº 13, de 17 de agosto de 2005, que estabelece normas e procedimentos complementares para a organização, funcionamento e exploração dos Terminais Pesqueiros Públicos.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 14, de 31 de março de 2006

-Estabelece Instrução Normativa para a revalidação e renovação da Carteira de Pescador Profissional.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 18, de 25 de agosto de 2006

-Altera o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel e aprova procedimentos administrativos.

DECRETO nº 5.583, de 16 de novembro de 2006

-Autoriza o IBAMA a estabelecer normas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, conforme o § 6º do art. 27da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 que disciplina a organização da Presidência da República, dos Ministérios e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 135, de 04 de dezembro de 2006

-Dispõe sobre a captura de espécies sob controle, nas águas jurisdicionais brasileiras.

Portaria IBAMA nº 247, de 23 de fevereiro de 2007

-Cria o Grupo Técnico de Trabalho - GTT para discutir e elaborar propostas referentes à gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros nas águas jurisdicionais brasileiras, de acordo com a Instrução Normativa nº 135, de 04 de dezembro de 2006.

Portaria IBAMA nº 41, de 20 de julho de 2007

-Convalida os termos da portaria IBAMA nº 247, de 23 de fevereiro de 2007, que criou o Grupo Técnico de Trabalho - GTT para discutir e elaborar propostas referentes à gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros nas águas jurisdicionais brasileiras.

Portaria IBAMA nº 247, de 23 de fevereiro de 2007

-Cria o Grupo Técnico de Trabalho - GTT, com o objetivo de discutir e elaborar propostas para a aplicação e operacionalização da Instrução Normativa nº 135, de 04 de dezembro de 2006.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 05, de 14 de março de 2007

-Prorroga até 15 de maio de 2007 o prazo para que os fornecedores do combustível de óleo diesel marítimo e os proprietários de embarcações pesqueiras se adequem às exigências da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18, de 25 de agosto de 2006.

Portaria SEAP/PR nº 28, de 27 de março de 2007

-Estabelece a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras que se habilitam à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras.

Portaria SEAP/PR nº 15, de 28 de março de 2007

-Revoga as Portarias de Autorização de Arrendamento de Embarcações Estrangeiras de Pesca, relacionadas no anexo único da Portaria.

Instrução Normativa IBAMA nº 166, de 18 de julho de 2007

-Limita nas águas sob jurisdição nacional, a altura máxima de rede de emalhe de superfície e de fundo.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 17, de 06 de julho de 2007

-Estabelece as normas e procedimentos complementares de acesso à política de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca.

Portaria SEAP/PR nº 22, de 11 de outubro de 2007

-Torna pública a relação nominal das embarcações pesqueiras, inscritas e pré-selecionadas, no processo seletivo para a concessão de permissões de pesca de arrasto para a captura de Camarão Sete Barbas, no litoral SE/S.

DECRETO nº 6.241, de 19 de outubro de 2007

-Regulamenta os arts. 17, 18 e 19 da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007, que tratam da indenização aos proprietários de redes de espera do tipo caçoeira e compressores de ar utilizados para a pesca da Lagosta, e da assistência financeira mensal aos pescadores impedidos de exercerem a pesca de Lagostas, e dá outras providências.

Portaria SEAP/PR nº 255, de 22 de outubro de 2007

-Abre Consulta Pública com prazo de 60 (sessenta) dias, para apresentação de críticas e de sugestões relativas à proposta de modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras nacionais, a ser adotado pela SEAP/PR.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 25, de 26 de outubro de 2007

-Dispõe sobre procedimentos para o cadastramento das embarcações pesqueiras com permissão de pesca para operar na captura de Camarão Rosa, no litoral Sudeste e Sul.

Portaria SEAP/PR nº 275, de 13 de novembro de 2007

-Torna pública a relação nominal dos pescadores profissionais artesanais, com o respectivo nome, que tiveram suas inscrições deferidas e indeferidas no processo de inscrição instituído pelo Decreto nº 6.241, de 19 de outubro de 2007.

Portaria IBAMA nº 51, de 20 de novembro de 2007

-Estabelece normas para a proteção a reprodução natural dos peixes (Defeso), na temporada 2007/2008, nas áreas das bacias hidrográficas do Leste, nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Retificação da Portaria IBAMA nº 51, de 21 de novembro de 2007

-Estabelece modificações na Portaria IBAMA nº 51, de 20 de novembro de 2007. Onde se lê “regulamentada pela Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 16 de junho de 2004”, ler “regulamentada pela Instrução Normativa IBAMA nº 33, de 16 de junho de 2004”.

Portaria SEAP/PR nº 290, de 26 de novembro de 2007

-Torna pública, na forma do Anexo I, a relação nominal dos interessados inscritos no processo seletivo, de que trata a Instrução Normativa SEAP/PR nº 14, de 31 de março de 2006.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 26, de 26 de novembro de 2007

-Prorroga até o dia 31 de Dezembro de 2007, o prazo de que trata o art. 2º da Instrução Normativa SEAP/PR nº 022, de 18 de outubro de 2007.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 28, de 29 de novembro de 2007

-Retifica os artigos 1º, 4º e 10 da Instrução Normativa SEAP/PR nº 025, de 26 de novembro de 2007.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 298, de 30 de novembro de 2007

-Torna pública a relação nominal dos pescadores profissionais artesanais que tiveram seus recursos administrativos deferidos e indeferidos no processo de inscrição instituído pelo Decreto n° 6.241, de 19 de outubro de 2007.

Portaria SEAP/PR n° 325, de 20 de dezembro de 2007

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 10, de 29 de fevereiro de 2008

-Prorroga o prazo para a Consulta Pública referente ao modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras nacionais, de que trata a Portaria SEAP/PR n° 255, de 22 de outubro de 2007.

Portaria SEAP/PR n° 07, de 04 de março de 2008

-Determina a suspensão por 60 (sessenta) dias das permissões de pesca das embarcações relacionadas no Anexo I desta Portaria.

Portaria SEAP/PR n° 08, de 05 de março de 2008

-Autoriza a celebração de contrato de arrendamento de embarcação estrangeira para exploração da pesca na Plataforma Continental e na Zona Econômica Exclusiva do Brasil/ZEE, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 12, de 07 de março de 2008

-Determina que para os pescadores portadores de Carteira de Pescador Profissional, emitida pela SEAP/PR, e que apresente alguma incorreção, fica automaticamente prorrogado, até 30 de abril de 2008, o prazo de validade do Protocolo de Recebimento emitido no ato de sua inscrição junto a esta Secretaria.

Portaria SEAP/PR nº 55, de 12 de março de 2008

-Torna pública a terceira relação nominal complementar num total de 138 (cento e trinta e oito) embarcações pesqueiras inscritas e pré-selecionadas no processo seletivo para a concessão de permissões de pesca de arrasto para a captura de Camarão Sete Barbas, SE/S.

Portaria SEAP/PR nº 10, de 26 de março de 2008

-Converte as sanções estabelecidas pela Portaria nº 07, de 04 de março de 2008.

Portaria SEAP/PR nº 11, de 11 de abril de 2008

-Determina o cancelamento do registro e, conseqüentemente, das respectivas permissões de pesca das 13 embarcações discriminadas no Anexo I.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 17, de 30 de abril de 2008

-Determina para os pescadores portadores de Carteira de Pescador Profissional emitida pela SEAP/PR que apresente alguma incorreção, até a emissão da nova Carteira sejam adotados procedimentos especiais e prorrogação de prazo dos protocolos de recebimento.

Portaria SEAP/PR nº 112, de 13 de maio de 2008

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras.

Portaria SEAP/PR nº 116, de 14 de março de 2008

-Torna pública a lista de embarcações que tiveram seus pleitos deferidos no processo de recadastramento de que trata a Instrução Normativa SEAP/PR nº 25, de 26 de outubro de 2007.

Instrução Normativa nº 209, de 25 de novembro de 2008

-Proíbe das 00:00 horas do dia 01 de dezembro até as 24:00 horas do dia 28 de fevereiro, anualmente, o exercício da pesca das espécies Curimatá (*Prochilodus spp.*), Piau (*Schizodon spp.*), Sardinha (*Triportheus angulatus*) e Branquinha (*Curimatia*), nos rios, riachos, lagoas, açudes públicos e privados e represas do Estado do Rio Grande do Norte, bem como o transporte, a industrialização, o armazenamento e a comercialização destas espécies e respectivas ovas.

Instrução Normativa nº 210, de 25 de novembro de 2008

-Proíbe das 00:00 horas do dia 01 de dezembro até as 24:00 horas do dia 28 de fevereiro, anualmente, o exercício da pesca das espécies Curimatá (*Prochilodus spp.*), Piau (*Schizodon spp.*), Sardinha (*Triportheus angulatus*) e Branquinha (*Curimatia*), nos rios, riachos, lagoas, açudes públicos e privados e represas do Estado da Paraíba, bem como o transporte, a industrialização, o armazenamento e a comercialização destas espécies e respectivas ovas.

Portaria SEAP/PR nº 294, de 01 de dezembro de 2008

-Determina a constituição de Comissão Técnica para averiguar procedimentos de concessão e respectivo porte ilegal de Carteira de Pescador Profissional no Estado da Bahia.

Portaria SEAP/PR nº 296, de 01 de dezembro de 2008

-Determina a constituição de Comissão Técnica para averiguar procedimentos de concessão e respectivo porte ilegal de Carteira de Pescador Profissional no Estado do Rio Grande do Norte.

Portaria SEAP/PR nº 298, de 04 de dezembro de 2008

-Determina de ofício, o cancelamento imediato de Registros de Pescador irregulares no Estado do Rio Grande do Norte.

Portaria SEAP/PR n° 25, de 19 de dezembro de 2008

-Estabelece procedimentos relativos à renovação ou revalidação da Carteira de Pescador e dos requerimentos de prorrogação de Protocolos de que trata a Instrução Normativa SEAP/PR n° 17, de 30 de abril de 2008, durante a vigência do processo de averiguação determinado pela Portaria SEAP/PR n° 273, de 11 de novembro de 2008.

Portaria SEAP/PR n° 03, de 06 de janeiro de 2009

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras (Lei n° 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto n° 4.969, de 30 de janeiro de 2004 e Instrução Normativa SEAP n° 18, de 25 de Agosto de 2006), referente ao período de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2009, nos termos do Anexo I.

Instrução Normativa IBAMA n° 02, de 30 de janeiro de 2009

-Proíbe qualquer tipo de pesca, durante o período de 1° de fevereiro a 31 de maio de 2009, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, em razão de situação emergencial acarretada por acidente ambiental de 18 de novembro de 2008, desde o município de Resende até a sua foz, no município de São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro.

Portaria IBAMA n° 04, de 19 de março de 2009

-Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades da pesca amadora junto ao IBAMA.

Instrução Normativa MPA n° 01, de 28 de agosto de 2009

-Dispõe sobre autorizações para competições de Pesca Amadora.

Instrução Normativa MPA nº 03, de 30 de setembro de 2009

-Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para revitalização da frota pesqueira artesanal, visando regulamentar o acesso à Linha Especial de Crédito de Investimento para a Produção de Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mais Alimentos.

Portaria MPA nº 59, de 30 de setembro de 2009

-Cria no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Grupo de Trabalho sobre Direitos Territoriais dos Pescadores Brasileiros.

Instrução Normativa MPA nº 07, de 24 de dezembro de 2009

-Dispõe sobre procedimentos para a revalidação das Carteiras de Pescador Profissional.

Instrução Normativa MPA nº 03, de 27 de janeiro de 2010

-Estabelece o método de cálculo das cotas anuais de combustível, quantificada em litros, por modalidade de pesca.

Portaria MPA nº 144, de 24 de março de 2010

-Estabelece a cota anual atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica, nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, e referente ao período de 25 de março a 31 de dezembro de 2010, nos termos do Anexo I.

Instrução Normativa MPA nº 07, de 19 de maio de 2010

-Estabelece objetivos, diretrizes e critérios para acesso ao “Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal – Revitaliza” e revoga a Instrução Normativa MPA nº 03, de 30 de setembro de 2009.

Instrução Normativa MPA nº 10, de 12 de julho de 2010

-Estabelece os critérios e procedimentos para concessão de permissão para o arrendamento de embarcação estrangeira de pesca por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras.

Portaria MPA nº 47, de 29 de julho de 2010

-Determina o cancelamento do registro de pescadores profissionais.

Portaria MPA nº 438, de 27 de agosto de 2010

-Estabelece a cota anual atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica, nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2010, nos termos do Anexo I.

Portaria MPA nº 524, de 01 de dezembro de 2010

-Estabelece a cota anual atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica, nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras.

Portaria MPA nº 552, de 29 de dezembro de 2010

-Estabelece a cota anual atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica, nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras e altera o anexo da Portaria MPA nº 524, de 01 de dezembro de 2010.

Portaria MPA nº 552, de 30 de dezembro de 2010

-Estabelece a cota anual atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica, nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Portaria MPA SEMOC nº 03, de 01 de fevereiro de 2011

-Determina, de ofício, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais relacionados nominalmente, por Unidade da Federação – UF, nos Anexos desta Portaria, por motivo de descumprimento do disposto no inciso VII, do art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 16 de abril de 2010.

Portaria MPA SEMOC nº 05, de 04 de fevereiro de 2011

-Determina, de ofício, por comprovação de vínculo empregatício não relacionado com a atividade pesqueira, o cancelamento dos registros dos pescadores profissionais, relacionados nominalmente no anexo I desta Portaria.

Portaria MPA nº 30, de 09 de fevereiro de 2011

-Estabelece a cota anual atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica, nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, e referente ao período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Portaria MPA nº 36, de 22 de fevereiro de 2011

-Estabelece a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Portaria MPA SEMOC nº 10, de 23 de fevereiro de 2011

-Determina, de ofício, por comprovação de vínculo empregatício não relacionado com a atividade pesqueira, o cancelamento dos registros dos pescadores profissionais, relacionados nominalmente no anexo I desta Portaria.

Instrução Normativa MPA nº 04, de 14 de março de 2011

-Permite, excepcionalmente para o corrente exercício, até 15 de abril de 2011, a apresentação do requerimento de interessados na renovação anual da Autorização de Pesca ou Autorização Provisória de Pesca e respectivo Registro das embarcações pesqueiras permissionadas para a captura de lagostas, constante do Parágrafo único do Art. 12, da Instrução Normativa SEAP/PR nº 01, de 30 de janeiro de 2007.

Portaria MPA SEMOC nº 16, de 13 de abril de 2011

-Determina, de ofício, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Paraná, consoante o disposto do Inciso VII, no art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 02, de 25 de janeiro de 2011, conforme relação nominal.

Portaria MPA SEMOC nº 17, de 18 de abril de 2011

-Determina, de ofício, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Paraná, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do Inciso X do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 02, de 2011.

Portaria MPA SEMOC nº 19, de 28 de abril de 2011.

Determina, de ofício, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Paraná, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do Inciso II do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 02, de 2011.

Portaria MPA SEMOC nº 20, de 28 de abril de 2011

-Determina, de ofício, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, relacionados nominalmente, nos Anexos I, II e III desta Portaria, conforme motivos dispostos dos Incisos V, VII e VIII, do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 02, de 25 de janeiro de 2011.

Portaria MPA nº 112, de 28 de abril de 2011

-Estabelece a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo da presente Portaria.

Portaria MPA SEMOC nº 24, de 02 de maio de 2011

-Determina, de ofício, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Paraná, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do incisos III e X do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 02, de 2011.

Portaria MPA nº 145, de 31 de maio de 2011

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 10, de 10 de junho de 2011

-Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Os procedimentos administrativos e operacionais do sistema de permissionamento aqui tratado serão definidos em ato normativo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Portaria MPA nº 222, de 29 de julho de 2011

-Estabelece a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Instrução Normativa MPA nº 09, de 04 de agosto de 2011

-Fica permitida a renovação das Autorizações de Pesca das embarcações pesqueira inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP no prazo de até 12 (doze) meses depois do vencimento especificado no respectivo Certificado de Registro.

Portaria MPA nº 256, de 18 de agosto de 2011.

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Portaria Interministerial MPA MMA MTE MPS CGU nº 03, de 6 de outubro de 2011

-Institui Grupo Técnico de Trabalho Interministerial - GTI, com o objetivo de avaliar e propor o aprimoramento das normas e procedimentos referentes à inscrição de pescadores profissionais artesanais no Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP, e à concessão do seguro desemprego ao pescador profissional artesanal, incluindo procedimentos para a fiscalização dessa concessão e o cadastramento desses pescadores.

Instrução Normativa MPA nº 10, de 14 de outubro de 2011

-Regulamenta a subvenção econômica ao preço do óleo diesel, consumidos por embarcações pesqueiras nacionais, de que cuida o Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010. Aprova os procedimentos administrativos para a operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel, consumidos por embarcações pesqueiras nacionais, conforme disposto nos Anexos I, II e III desta Instrução Normativa.

-Revoga a Instrução Normativa nº 18, de 25 de Agosto de 2006; Instrução Normativa nº 05, de 14 de Abril de 2007; Instrução Normativa nº 01, de 14 de Janeiro de 2008; Instrução Normativa nº 02, de 27 de Janeiro de 2010 e a retificação, de 29 de Janeiro de 2010, na Seção 1, pg. 102.

Portaria Interministerial MPA MMA MTE MPS CGU nº 04, de 24 de outubro de 2011

-Designa os membros, titulares e suplentes, do Grupo Técnico de Trabalho Interministerial/GTI Pescadores Profissionais Artesanais criado pela Portaria Interministerial nº 03, de 06 de outubro de 2011, indicados pelos respectivos órgãos.

Portaria MPA nº 376, de 08 de dezembro de 2011

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2012, nos termos do Anexo I. Habilita as empresas para fornecimento de óleo diesel marítimo às embarcações pesqueiras integrantes do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel, de acordo com o Anexo II.

Instrução Normativa MPA nº 11, de 8 de dezembro de 2011

-Altera o Art. 9º da Instrução Normativa SEAP/PR nº 02, de 15 de maio de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 9º A substituição de embarcação permissionada nos termos desta Instrução Normativa, com a consequente transferência da Autorização de Pesca para uma nova embarcação, só será permitida caso a embarcação a ser permissionada tenha comprimento total, arqueação bruta e potência de motor não superiores aos da embarcação a ser substituída.

Instrução Normativa MPA nº 12, de 28 de dezembro de 2011

-A Instrução Normativa nº 02, de 25 de janeiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 26. Fica suspensa, até 31 de março de 2012, a recepção de pedido de inscrição no RGP e de emissão de Licença Inicial para Pescadores Profissionais na Pesca Artesanal. Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput não se aplica nos casos em que o requerente tenha completado a maioria durante o ano de 2011, ou venha a completá-la no ano de 2012, independentemente de já possuir, ou não, Licença de Aprendiz de Pesca em vigor".

Instrução Normativa MTE nº 01, de 27 de dezembro de 2011

-Dispõe sobre os procedimentos administrativos e operacionais referentes ao benefício seguro desemprego do pescador profissional artesanal durante o período de defeso, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. O Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, por meio da Coordenação Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional/CGSAP, é responsável pela gestão, planejamento e coordenação do processo operacional do benefício seguro desemprego do pescador artesanal.

Portaria MPA nº 06, de 11 de janeiro de 2012

-Estabelece a cota anual de óleo diesel, atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 06 de Janeiro a 31 de dezembro de 2012, nos termos do Anexo I. Habilita as empresas para fornecimento de óleo diesel marítimo às embarcações pesqueiras integrantes do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel, de acordo com o Anexo II.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 09, de 13 de junho de 2012

-Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional.

Instrução Normativa nº 05, de 13 de junho de 2012

-Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA.

Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012

-Estabelece normas, critérios e procedimentos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP, nas categorias de Pescador Profissional Artesanal e de Pescador Profissional Industrial.

Instrução Normativa MPA nº 10, de 31 de outubro de 2012

-Estabelece objetivos, diretrizes e critérios para acesso ao Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal/REVITALIZA.

Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012

-Estabelece critérios e procedimentos para a atualização de dados e substituição das Licenças de Pescador Profissional no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP.

Portaria MPA SEMOC nº 01, de 16 de janeiro de 2013

-Divulgar, na forma do anexo I, a relação nominal dos pescadores cadastrados no sistema do RGP, conforme o estabelecido pela Instrução Normativa MPA nº 02, de 25 de janeiro de 2011.

Portaria MPA nº 21, de 30 de janeiro de 2013

-Prorroga por 365 dias do prazo para apresentação do relatório conclusivo do Grupo Técnico de Trabalho Formação e Capacitação do Pescador Profissional/GT FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PESCADOR, criado no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca- CONAPE.

Portaria MPA nº 25, de 31 de janeiro de 2013

-Estabelece a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período da data desta Publicação a 31 de dezembro de 2013, nos termos do Anexo I.

Portaria MPA nº 86, de 12 de março de 2013

-Cria a Comissão Organizadora da Semana do Peixe, em caráter permanente.

Portaria MPA nº 94, de 18 de março de 2013

-Habilita as empresas para fornecimento de óleo diesel às embarcações pesqueiras integrantes do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel, referente ao período da data desta publicação a 31 de dezembro de 2013.

Portaria MPA nº 95, de 18 de março de 2013

-Institui o Código de Ética dos Agentes Públicos do Ministério da Pesca e Aquicultura.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 58.995, de 25 de março de 2013

-Aprova o Projeto Pesca Artesanal Paulista, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar/FEAPBANAGRO, de interesse para a economia estadual, e dá providências correlatas.

Portaria MPA nº 177, de 15 de maio de 2013

-Cria a Comissão de Avaliação do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.

Portaria MPA nº 191, de 28 de maio de 2013

- Criar a Comissão Técnica Permanente para acompanhamento e avaliação do Programa REVITALIZA.

Instrução Normativa MPA nº 06, de 19 de junho de 2013

-O §2º do art. 25 da Instrução Normativa nº 5, de 13 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 25 § 2º As embarcações de pesca amadora terão prazo até 31 de dezembro de 2013 para aderirem ao RGP.". Revogando o parágrafo único do art. 39 da Instrução Normativa nº 05, de 13 de junho de 2012.

Portaria MPA nº 66, de 05 de agosto de 2013

-Determina com fundamento no art. 2º da Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012, alterado pela Instrução Normativa MPA nº 12, de 22 de julho de 2013, a suspensão de todas as licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da

Atividade Pesqueira/RGP que não realizaram o procedimento de atualização e substituição das licenças nos meses de fevereiro e março de 2013, em conformidade com os prazos estabelecidos.

Portaria MPA nº 69, de 19 de agosto de 2013

-Determina com fundamento no inciso I do V art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Piauí, conforme relação.

Portaria MPA nº 71, de 19 de agosto de 2013

-Determina com fundamento no inciso I do V art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Pará, conforme relação.

Portaria MPA nº 73, de 19 de agosto de 2013

-Determina com fundamento no inciso I do V art.17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Ceará, conforme relação.

Portaria MPA nº 75, de 29 de agosto de 2013

-Determina com fundamento no art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado de Roraima, conforme relação.

Portaria MPA nº 93, de 07 de outubro de 2013

-Determina com fundamento no art. 2º da Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012, alterado pela Instrução Normativa MPA nº 12, de 22 de julho de 2013, a suspensão de todas as licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP, que não realizaram o procedimento de atualização e substituição das licenças no mês de maio de 2013, em conformidade com os prazos estabelecidos.

Portaria MPA nº 94, de 09 de outubro de 2013

-Determina com fundamento no art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Maranhão, conforme relação.

Portaria MPA nº 97, de 16 de outubro de 2013

-Determina com fundamento no inciso I, art. 17, da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento dos registros de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Espírito Santo, conforme relação.

Resolução SMA (Estado de São Paulo) nº 101, de 18 de outubro de 2013

-Dispõe sobre a instituição do Plano de Fiscalização Integrada da Atividade Pesqueira nas Áreas Costeiras do Estado de São Paulo – SIMMAR.

Portaria MPA nº 101, de 04 de novembro de 2013

-Determina de ofício, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Paraná, conforme relação nominal.

Portaria MPA nº 102, de 07 de novembro de 2013

-Determina com fundamento no art. 2º da Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012, alterado pela Instrução Normativa MPA nº 12, de 22 de julho de 2013, a suspensão de todas as licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, que não realizaram o procedimento de atualização e substituição das licenças durante os meses de junho à outubro de 2013, em conformidade com os prazos estabelecidos.

Portaria MPA nº 105, de 07 de novembro de 2013

-Determina com fundamento no inciso I, do art. 17, da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, de ofício, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Piauí, conforme relação.

Portaria MPA nº 109, de 07 de novembro de 2013

-Determina com fundamento no inciso I, do art. 17, da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado de Sergipe, conforme relação.

Portaria MPA nº 110, de 07 de novembro de 2013

-Determina com fundamento no art. 17, da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado de Minas Gerais, conforme relação.

Portaria MPA nº 111, de 07 de novembro de 2013

-Determina com fundamento na Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme relação.

Portaria MPA nº 122, de 05 de dezembro de 2013

-Determina com fundamento no inciso I do art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento dos registros de pescadores profissionais, efetivados no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme relação.

Portaria MPA nº 123, de 05 de dezembro de 2013

-Determina com fundamento no inciso I, do art. 17, da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento dos registros de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Ceará, conforme relação nominal a seguir.

Legislação Exclusiva de Pesca Marítima e/ou Estuarino Lagunar

Portaria SUDEPE nº 513, de 30 de agosto de 1968

-Torna obrigatória a comercialização do pescado descarregado em Cananéia/SP, através do Entrepósito Federal da Pesca local.

DECRETO nº 64.618, de 02 de junho de 1969

-Aprova o Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras.

Portaria SUDEPE nº 163, de 01 de abril de 1974

-Dispõe sobre o pescado desembarcado em Santos (SP).

Portaria SUDEPE nº 07, de 25 de abril de 1977

-Proíbe o exercício da pesca em toda a extensão da orla marítima próxima à Base de Pesquisa do Instituto Oceanográfico, em Cananéia/SP.

Portaria SUDEPE nº 02, de 11 de fevereiro de 1981

-Proíbe a pesca de cerco, de atuns e afins com embarcações de mais de 300 TAB.

Portaria SUDEPE nº 15 de 04 de maio de 1983

-Permite a pesca profissional de Camarão nos estuários de Santos, São Vicente e Bertioga com tarrafas.

Portaria SUDEPE nº 24, de 26 de julho de 1983

-Permite em águas territoriais brasileiras, a pesca do Siri Azul, cujo tamanho seja superior a 12cm.

Portaria SUDEPE nº 26, de 28 de julho de 1983

-Proíbe o exercício da pesca, em todo o litoral dos Estados das regiões Sudeste e Sul, com redes de arrasto com determinados tamanhos de malha.

Portaria SUDEPE nº 56, de 10 de novembro de 1983

-Interdita a pesca ao redor da Ilha Anchieta, no Estado de São Paulo.

Portaria SUDEPE nº 54, de 20 de dezembro de 1984

-Proíbe a pesca de arrasto pelos sistemas de porta e de parselhas por embarcações maiores que 10 TAB, nas áreas costeiras do Estado de São Paulo.

Portaria SUDEPE nº 55, de 20 de dezembro de 1984

-Proíbe nas regiões Sudeste e Sul a captura de Camarão Rosa (*Penaeus brasiliensis* e *Penaeus paulensis*) e Camarão Verdadeiro (*Penaeus schmitti*), inferior a 90mm.

Portaria SUDEPE nº 56 de 20 de dezembro de 1984

-Permite nas regiões Sudeste e Sul, a pesca de Camarão Sete Barbas com redes de tipo arrastão de porta.

Portaria SUDEPE nº 65, de 10 de janeiro de 1985

-Interdita no Estado de São Paulo, a pesca com o emprego de rede "picaré", nas águas contíguas às praias urbanizadas.

Portaria IBAMA nº 1.132, de 07 de novembro de 1989

-Proíbe no município de São Sebastião/SP, pesca amadora e profissional na área limitada por esta portaria.

Portaria IBAMA nº 133, de 09 de dezembro de 1992

-Permite a pesca de peixes diversos no litoral paulista com o "caceio de praia", para captura de peixes diversos.

Portaria IBAMA nº 25, de 09 de março de 1993

-Proíbe nos Estados das Regiões Sudeste e Sul, o transporte e a comercialização das espécies relacionadas nesta Portaria.

Portaria IBAMA nº 107, de 16 de julho de 1993

-Proíbe no litoral do Estado de São Paulo, a captura do Caranguejo Uçá.

Portaria IBAMA nº 02, de 24 de maio de 1994

-Proíbe a pesca ao redor da Laje de Santos (SP), na área do Parque Estadual Marinho de Laje de Santos.

Portaria IBAMA nº 05, de 27 de setembro de 1994

-Proíbe a pesca de arrasto de parelha, em todo o “Complexo Baía-Estuário” de Santos/São Vicente.

Portaria IBAMA nº 95, de 22 de agosto de 1997

-Regulamenta a frota de captura de peixes demersais na divisa do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na fronteira com o Uruguai.

Portaria IBAMA nº 96, de 22 de agosto de 1997

-Dispõe sobre as normas de pesca da Sardinha Verdadeira, entre o Cabo de São Tomé (RJ) e o Cabo de Santa Marta (SC).

Portaria IBAMA nº 97, de 22 de agosto de 1997

-Regulamenta a pesca do Camarão Rosa ou Camarão Sete Barbas e respectiva fauna acompanhante, entre os paralelos 18°20' S e 28° 40' S.

Portaria IBAMA nº 115, de 17 de agosto de 1998

-Define normas para a pesca do Espadarte (*Xiphias gladius*).

Portaria IBAMA nº 121, de 24 de agosto de 1998

-Proíbe a utilização e/ou transporte de rede de emalhar de superfície e de fundo, e a rejeição ao mar de carcaças de Tubarões.

Instrução Normativa MAA nº 17, de 30 de dezembro de 1999

-Estabelece normas para a pesca extrativa da espécie *Xiphias gladius* (Espadarte).

Portaria IBAMA nº 42, de 15 de março de 2001

-Proíbe a pesca com determinados petrechos em regiões estuarinas, lagunares e em canais, no Estado de São Paulo.

Portaria IBAMA nº 81, de 10 de julho de 2002

-Proíbe o emprego do puçá ou jererê para captura do Peroá, nas Regiões Sudeste e Sul.

Portaria IBAMA nº 83, de 10 de julho de 2002

-Proíbe o emprego do puçá na captura do Peroá, Peroá Branco, Peroá Preto, Peixe Porco, Porquinho e Cangulo no SE/S.

Portaria IBAMA nº 121, de 20 de setembro de 2002

-Proíbe captura do Mero (*Epinephelus itajara*), por um período de 05 (cinco) anos nas águas jurisdicionais brasileiras.

Portaria IBAMA nº 149, de 21 de novembro de 2002

-Regulamenta o uso do “Turtle Excluder Device/TED”, pela frota arrasteira de camarões que opera no litoral brasileiro.

Portaria IBAMA nº 08 de 20 de março de 2003

-Estabelece tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral Sudeste/Sul brasileiro.

Portaria IBAMA nº 09, de 20 de março de 2003

-Estabelece defeso, proibindo anualmente a extração de Mexilhão nos costões naturais, sob qualquer método, da espécie *Perna perna* (Marisco), no litoral dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no período de 01 de setembro a 30 de novembro, e de 01 de janeiro a 28 de fevereiro.

DECRETO nº 4.810, de 19 de agosto de 2003

-Estabelece normas para operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca.

Portaria IBAMA nº 52, de 30 de setembro de 2003

-Proíbe, no período de 01 de outubro a 30 de novembro e de 01 a 31 de dezembro, a pesca do Caranguejo Uçá, desde o Espírito Santo até Santa Catarina.

Portaria IBAMA nº 53, de 30 de agosto de 2003

-Proíbe entre 01 de outubro e 31 de março, a pesca do Caranguejo Guaiamum, desde o Espírito Santo até São Paulo.

Portaria IBAMA nº 68, de 30 de outubro de 2003

-Proíbe a pesca da Sardinha Verdadeira de comprimento total inferior a 17 cm.

Instrução Normativa MMA nº 07, de 20 de novembro de 2003

-Proíbe a pesca da Sardinha Verdadeira entre o Cabo de São Tomé e Cabo de Santa Marta, durante o período de defeso (sem força legal a partir de 10 de setembro de 2006).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 06, de 18 de dezembro de 2003

-Permite a pesca, com uso de rede de cerco, para a espécie *Katsuwonus pelamis* / Bonito de Barriga Listrada.

Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 30 de março de 2004

-Redefine normas para uso da rede gerival, conforme Portaria do IBAMA nº 84/2002.

Instrução Normativa MMA nº 05, de 21 de maio de 2004

-Define lista de espécies ameaçadas de extinção, sobreexplotadas ou ameaçadas de sobre-exploração.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 04, de 25 de maio de 2004

-Cria o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins – CPG/Atuns, como órgão consultivo da SEAP/PR.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 05, de 25 de maio de 2004

-Cria o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Recursos Demersais de Profundidade - CPG/Demersais.

Instrução Normativa nº 33, de 16 de junho de 2004

-Disciplina a pesca da Manjuba. Revoga a Portaria IBAMA/SP nº 01, de 13 de agosto de 1999.

Instrução Normativa nº 07, de 28 de junho de 2004

-Dispõe sobre a entrega sistemática de informações na captura de Atuns e afins.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 09, de 29 de junho de 2004

-Instituí os formulários e certificados para exportações e reexportações das espécies Albacora Bandolim e Espadarte.

Instrução Normativa IBAMA nº 46, de 13 de agosto de 2004

-Dispõe sobre a exploração, exploração, transporte e comércio de algas marinhas no litoral brasileiro.

Instrução Normativa IBAMA nº 50, de 14 de setembro de 2004

-Permite uma tolerância de até 08% de captura incidental e de desembarque de Sardinha Verdadeira em relação ao peso total capturado e desembarcado das espécies alternativas por

cada embarcação, durante os períodos de defeso da pesca desta espécie, conforme estabelecidos na Instrução Normativa MMA nº 07, de 20 de novembro de 2003.

Instrução Normativa IBAMA nº 49, de 14 de setembro de 2004

-Permite a pesca de arrasto de praia nas águas costeiras do litoral sul do Estado de São Paulo.

Instrução Normativa MMA nº 31, de 13 de dezembro de 2004

-Altera especificações técnicas do “Dispositivo de Escape para Tartarugas/Turtle Excluder Device”, denominado TED.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 26 de abril de 2005

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do Polvo (*Octopus spp.*), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 04, de 04 de maio de 2005

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do Caranguejo Real.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 05, de 04 de maio de 2005

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do Caranguejo Vermelho.

Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005

-Permite o exercício da pesca de “Iriko” (Manjuba) no canal da Ararapira, no entorno do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Instrução Normativa MMA-SEAP/PR nº 23, de 04 de junho de 2005

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento da pesca do Peixe Sapo, nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 12, de 14 de julho de 2005

-Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos Agulhões Brancos, Agulhões Negros, Agulhões Verdes e Agulhões Vela, nas águas jurisdicionais brasileiras e em alto-mar.

Portaria SEAP/PR n° 46, de 16 de setembro de 2005

-Divulgação da lista de processos deferidos para a obtenção de permissão de pesca para captura de Polvo.

Instrução Normativa MMA n° 37, de 06 de outubro de 2005

-Estabelece a proibição da pesca do Cherne Poveiro (*Polyprion Americanus*), nas águas jurisdicionais brasileiras, pelo período de 10 anos.

Instrução Normativa MMA n° 41, de 18 de outubro de 2005

-Proíbe a prática de pesca subaquática nas áreas de praias, em uma faixa de cinquenta metros.

Instrução Normativa MMA n° 53, de 22 de novembro de 2005

-Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral Sudeste do Brasil (Revoga as Portarias Ibama n° 73, de 24 de novembro de 2003 e a Instrução Normativa MMA n° 27, de 26 de novembro de 2004).

Instrução Normativa IBAMA n° 91, de 06 de fevereiro de 2006

-Proíbe, anualmente, no período de 01 de outubro a 31 de dezembro, o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Portaria MMA n° 43, de 07 de fevereiro de 2006

-Revoga a Portaria MMA n° 74, de 13 de fevereiro de 2001 que trata do período de defeso do Camarão.

Instrução Normativa IBAMA nº 92, de 07 de fevereiro de 2006

-Proíbe, anualmente, no período de 1º de março a 31 de maio, o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de Camarão Rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *Farfantepenaeus brasiliensis* e *Farfantepenaeus subtilis*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº11, de 09 de março de 2006

-Autoriza a concessão de Permissão Provisória de Pesca para embarcações integrantes da frota de arrasto de Camarão Rosa que operam no litoral Sudeste/Sul, nas condições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Instrução Normativa IBAMA nº 105, de 20 de julho de 2006

-Define do dia 01 de Setembro a 31 de dezembro o defeso do Mexilhão (*Perna perna*) e estabelece regras de ordenamento pesqueiro.

Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR MMA MM nº 02, de 04 de setembro de 2006

-Institui o “Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações por Satélite – PREPS”

Portaria SEAP/PR nº 09, de 09 de setembro de 2006

-Determina, a pedido dos interessados, o cancelamento das permissões de pesca para captura de Polvo.

Instrução Normativa Conjunta MMA - SEAP/PR nº 01, de 29 de setembro de 2006

-Institui o “Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - Pró-Bordo”.

Instrução Normativa IBAMA nº 122, de 18 de outubro de 2006

-Estabelece os limites estaduais das águas sob jurisdição brasileira, para fins de monitoramento gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira.

Instrução Normativa IBAMA nº 125, de 18 de outubro de 2006

-Estabelece os procedimentos para a implantação de recifes artificiais, no âmbito da gestão dos recursos pesqueiros.

Instrução Normativa IBAMA nº 128, de 26 de outubro de 2006

-Estabelece os períodos de defeso da Sardinha Verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), a serem respeitados entre os anos de 2006 e 2009.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 07, de 20 de março de 2007

-Autoriza a concessão de Permissão Provisória de Pesca para embarcações de pesca de arrasto de Camarão Rosa, no litoral Sudeste/Sul, nas condições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 10, de 03 de maio de 2007

-Altera o prazo para adesão ao “Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS”.

Portaria SEAP/PR nº 64, de 16 de maio de 2007

-Revoga as Portarias nº 87/1973 e nº 07/1981, referentes à pesca da Albacora de Laje – Atum de Nadadeiras Amarelas, Yellowfin Tuna, Albacora ou Rabil (*Thunnus albacares* [Bonnaterre, 1788]), e da Albacora Bandolim (*Thunnus obesus*).

Instrução Normativa IBAMA nº 164, de 17 de julho de 2007

-Limita o esforço de pesca da frota de arrasto que opera na captura do Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 18, de 27 de julho de 2007

-Dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de permissão de pesca e efetivação do registro de embarcação pesqueira para operar na captura de Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Portaria SEAP/PR nº 20, de 10 de agosto de 2007

-Estabelece as maneiras comprovação de que a embarcação operou na captura de Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Portaria IBAMA nº 42, de 19 de setembro de 2007

-Prorroga, por um período de cinco anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a proibição da captura da espécie *Epinephelus itajara*.

Portaria IBAMA nº 43, de 24 de setembro de 2007

-Proíbe a pesca de Corvina (*Micropogonia furnieri*), Castanha (*Umbrina canosai*), Pescadinha Real (*Macrodon ancylodon*) e Pescada Olhuda (*Cynoscion guatucupa*, *sin. C. striatus*) pela frota de cerco.

Portaria SEAP/PR nº 22, de 11 de outubro de 2007

-Torna pública a relação nominal das embarcações pesqueiras, inscritas e pré-selecionadas, no processo seletivo para a concessão de permissões de pesca de arrasto para a captura de Camarão Sete Barbas, no litoral SE/S.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 22, de 18 de outubro de 2007

-Estabelece vagas de permissionamento da pesca do Pargo.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 25, de 26 de outubro de 2007

-Dispõe sobre procedimentos para o cadastramento das embarcações Pesqueiras com permissão de pesca para operar na captura de Camarão Rosa, no litoral Sudeste/Sul.

Retificação da Instrução Normativa IBAMA nº 91, de 06 de fevereiro de 2006, em 09 de novembro de 2007

-Autoriza à frota de arrasto de Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e respectiva fauna acompanhante, devidamente legalizada, a captura do Camarão Santana e/ou Vermelho (*Pleoticus muelleri*) e Camarão Barba Ruça (*Artemesia longinaris*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 28, de 29 de novembro de 2007

-Retifica os artigos 1º, 4º e 10 da Instrução Normativa SEAP/PR nº 025/2007, que dispõe sobre procedimentos para o recadastramento das embarcações Pesqueiras com permissão de pesca para operar na captura de Camarão Rosa, no litoral Sudeste/Sul.

Portaria SEAP/PR nº 306, de 10 de dezembro de 2007

-Torna pública a relação das embarcações inscritas e pré-selecionadas no processo seletivo para a concessão de permissões de pesca de arrasto para a captura de Camarão Sete Barbas, no litoral SE/S.

Portaria IBAMA nº 01, de 19 de dezembro de 2007

-Estabelece o período de defeso do Caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*), bem como suas partes isoladas (quelas, pinças ou garras), durante a época de "andada" em 2008 no estado do ES.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 32, de 21 de dezembro de 2007

-Dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de permissão de pesca e efetivação do registro de embarcação pesqueira para operar na captura de Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) no litoral norte fluminense.

Portaria IBAMA nº 01, de 28 de janeiro de 2008

-Permite, de forma complementar as disposições da Instrução Normativa IBAMA nº. 164, de 17, de junho de 2007, que as embarcações que operam na captura de Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 02, de 28 de janeiro de 2008

-Institui os “Formulários e Certificados de Controle Estatístico” para acompanhar as exportações e reexportações das espécies Albacora Bandolim (*Thunnus obesus*) e Espadarte (*Xiphias gladius*).

Portaria SEAP/PR nº 31, de 07 de fevereiro de 2008

-Torna pública a lista com 46 embarcações pesqueiras inscritas e pré-selecionadas no processo seletivo para a concessão de permissões de pesca de arrasto para a captura de Camarão Sete Barbas.

Portaria SEAP/PR nº 35, de 14 de fevereiro de 2008

-Torna pública a lista de embarcações pesqueiras não motorizadas inscritas para a obtenção de permissões de pesca para a captura de Camarão Branco e sua fauna acompanhante na Baía de Paranaguá/PR.

Portaria SEAP/PR nº 55, de 12 de março de 2008

-Torna pública a terceira relação nominal complementar, num total de 138 (cento e trinta e oito) embarcações pesqueiras inscritas e pré-selecionadas no processo seletivo, para a concessão de permissões de pesca de arrasto para a captura de Camarão Sete Barbas, SE/S.

Portaria SEAP/PR nº 09, de 17 de março de 2008

-Autoriza a concessão da Permissão Provisória de Pesca para embarcações devidamente permissionadas para a pesca de arrasto de Camarão Rosa, no litoral Sudeste/Sul.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 14, de 03 de abril de 2008

-Altera a composição do Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins –CPG de Atuns e Afins, criado pela Instrução Normativa SEAP/PR nº. 04, de 27 de maio de 2004.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 15, de 08 de abril de 2008

-Determina os critérios e procedimentos para controlar o cumprimento dos limites de captura estabelecidos para os recursos pesqueiros demersais de profundidade, a serem observados pelas frotas pesqueiras permissionadas, instituindo o Sistema de Registro de Captura Controlada de Recursos Demersais de Profundidade - SRCD.

Portaria SEAP/PR nº 11, de 11 de abril de 2008

-Determina o cancelamento do registro e, conseqüentemente, das respectivas permissões de pesca das 13 embarcações discriminadas no Anexo I.

Instrução Normativa IBAMA nº 171, de 09 de maio de 2008

-Estabelece o defeso da Tainha no litoral SE/S no período de 15 de março a 15 de agosto, e no período de 30 de maio a 30 de julho no litoral de SC, com aparelhos/modalidades: cerco, captura de isca-viva, caça e malha, trolha, emalhe fixo, cerco flutuante, fisga, garatéias, farol manual, pesca de espada e tarrafa.

Portaria SEAP/PR nº 118, de 19 de maio de 2008

-Torna pública a quarta relação de 52 embarcações pesqueiras inscritas e pré-selecionadas para a concessão de permissões de pesca de arrasto, captura de Camarão Sete Barbas, SE/S.

Portaria IBAMA nº 378, de 20 de maio de 2008

-Cria Grupo Técnico de Trabalho - GTT, com objetivo discutir e elaborar proposta de um novo modelo de gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros marinhos demersais de plataforma, SE/S.

Portaria SEAP/PR nº 136, de 09 de junho de 2008

-Torna pública a relação nominal das 20 embarcações que passam a atuar na captura de Camarão Rosa, SE/S.

Instrução Normativa IBAMA nº 182, de 11 de julho de 2008

-Estabelece o período de defeso do Camarão Rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis* e *F. paulensis*) e do Camarão Branco (*Litopenaeus schimitti*) na região do complexo lagunar sul do Estado de Santa Catarina.

Instrução Normativa IBAMA nº 186, de 29 de julho de 2008

-Permite uma tolerância de até 08% de captura incidental e de desembarque de Sardinha Verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) durante os períodos de defeso da pesca desta espécie, conforme estabelecidos na Instrução Normativa IBAMA nº 128, de 26 de outubro de 2006.

Instrução Normativa IBAMA nº 189, de 23 de setembro de 2008

-Estabelece o defeso do Camarão Rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), Camarão Branco (*Litopenaeus schmitti*), Camarão Santana ou Vermelho (*Pleoticus muelleri*) e Camarão Barba Ruça (*Artemesia longinaris*).

Portaria SEAP/PR nº 240, de 14 de outubro de 2008

-Torna pública a relação nominal de 16 (dezesseis) embarcações com permissões de pesca para atuar na captura de Camarão Rosa, SE/S.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 20, de 14 de outubro de 2008

-Prorroga até 28 de fevereiro de 2009, o prazo de validade dos Certificados de Registro e Permissão de Pesca das embarcações devidamente permissionadas para a captura de Camarão Sete Barbas através da modalidade de arrasto.

Instrução Normativa IBAMA nº 200, de 22 de outubro de 2008

-Proíbe no período de 15 de outubro a 15 de dezembro de 2008, durante o recrutamento de espécies de peixes e crustáceos, o exercício da pesca na Lagoa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.

Instrução Normativa SEAP/PR nº 21, de 01 de dezembro de 2008

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do Caranguejo Real (*Chaceon ramosae*).

Instrução Normativa SEAP/PR n° 22, de 01 de dezembro de 2008

-Estabelece os procedimentos para o ordenamento da pesca multiespecífica de arrasto de Talude Superior, nas regiões Sudeste e Sul da Zona Econômica Exclusiva Brasileira - ZEE.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 23, de 04 de dezembro de 2008

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do Caranguejo Vermelho (*Chaceon notialis*).

Instrução Normativa Conjunta SEAP / IBAMA n° 24, de 18 de dezembro de 2008

-Suspende, em caráter excepcional e temporário, a exigência de apresentação do comprovante de entrega do Mapa de Bordo relativos as embarcações permissionadas para a captura do Camarão Sete Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), referente ao exercício de 2008.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 26, de 19 de dezembro de 2008

-Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do Polvo (*Octopus spp.*), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira.

Instrução Normativa SEAP/PR n° 27, de 29 de dezembro de 2008

-Prorroga o prazo para a renovação da permissão de pesca das embarcações permissionadas para a pesca de arrasto de Camarão Sete Barbas, no litoral Sudeste/Sul.

Portaria SEAP/PR n° 13, de 10 de fevereiro de 2009

-Torna pública, na forma do Anexo I, a relação nominal das 07 (sete) embarcações pesqueiras permissionadas para operar na captura do Camarão Rosa no litoral SE/S.

Portaria SEAP/PR n° 09, de 10 de março de 2009

-Autoriza a concessão de Permissão Provisória de Pesca para embarcações devidamente permissionadas para a pesca de arrasto de Camarão Rosa, no litoral SE/S.

Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27 de abril de 2009

-Proíbe, anualmente o exercício da pesca do Robalo, Robalo Branco e Camurim ou Barriga Mole (*Centropomus parallelus*, *Centropomus undecimalis*, *Centropomus spp.*), com qualquer tipo de petrecho de pesca, no litoral e águas interiores do estado do Espírito Santo.

Portaria SEAP/PR nº 17, de 14 de maio de 2009

-Regulamenta a captura da Tainha (*Mugil platanus e Mugil Liza*), pelo método de cerco, no litoral Sudeste/Sul.

Portaria SEAP/PR nº 18, de 14 de maio de 2009

-Cancela, de ofício, as Permissões de Pesca para o cerco de Sardinha Verdadeira das embarcações relacionadas no anexo desta portaria.

Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 14 de maio de 2009

-Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 171, de 09 de maio de 2008, e relativa à captura de Tainha (*Mugil platanus e Mugil liza*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 02, de 15 de maio de 2009

-Dispõe sobre os procedimentos para o recadastramento obrigatório das embarcações pesqueiras com Permissão de Pesca para operar na captura de Sardinha Verdadeira, no litoral SE/S.

Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 21 de maio de 2009

-Mantém limitado o esforço de pesca para a captura de Sardinha Verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco.

Instrução Normativa IBAMA nº 16, de 22 de maio de 2009

-Permite a captura da Sardinha Verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) de comprimento total inferior a 17 cm, exclusivamente às embarcações permissionadas para a captura de atuns e afins pelo sistema de vara e anzol com isca viva.

Retificações das Instruções Normativas IBAMA nºs 15 e 16, de 21 e 22 de maio de 2009

-Introduz modificações nos textos de normas referentes à pesca da Sardinha Verdadeira (*Sardinella brasiliensis*).

Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 28 de maio de 2009

-Reabre prazo para a renovação da permissão de pesca das embarcações permissionadas para a pesca de arrasto de Camarão Sete Barbas, no litoral SE/S.

Instrução Normativa MPA nº 02, de 31 de agosto de 2009

-Altera a Instrução Normativa SEAP/PR nº 02, de 15 de maio de 2009, e relativa à permissão de embarcações para a pesca de Sardinha.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 02, de 27 de novembro de 2009

-Estabelece os critérios para operação de embarcações de pesca na captura da Anchova (*Pomatomus saltatrix*), no litoral Sul do país.

Instrução Normativa MPA nº 05, de 11 de dezembro de 2009

-Institui o Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC), relativo a capturas marinhas.

Instrução Normativa MPA nº 01, de 20 de janeiro de 2010

-Torna público o resultado das análises dos recursos administrativos impetrados pelos proprietários ou armadores das embarcações relacionadas no Anexo II da Instrução Normativa MPA nº 04, de 13 de novembro de 2009.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 03, de 20 de janeiro de 2010

-Concede autorização provisória para a captura da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e respectiva fauna acompanhante.

Instrução Normativa MPA nº 02, de 21 de janeiro de 2010

-Estabelece critérios e procedimentos administrativos para concessão de Autorização Provisória de Pesca, para embarcações devidamente autorizadas à captura da Sardinha Verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), no SE/S.

Instrução Normativa MPA nº 03, de 29 de janeiro de 2010

-Torna público o resultado das análises dos recursos administrativos impetrados pelos proprietários ou armadores das embarcações relacionadas no Anexo III da Instrução Normativa MPA nº 04, de 13 de novembro de 2009.

Portaria MPA nº 88, de 05 de fevereiro de 2010

-Defere matéria, por atendimento das pendências indicadas no Anexo II da Instrução Normativa MPA nº 01, de 2010, e no Anexo II da Instrução Normativa MPA nº 03, de 2010.

Portaria MPA nº 106, de 23 de fevereiro de 2010

-Defere as pendências indicadas no Anexo II da Instrução Normativa MPA nº 01, de 20 de janeiro de 2010, sobre autorizações de pesca de embarcações.

Instrução Normativa Interministerial MMA SEAP/PR nº 05, de 13 abril de 2010

-Dispensa da apresentação dos “Mapas de Bordo”, a frota de pesca de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) que atua nas regiões Sudeste e Sul do País.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 04, de 13 de abril de 2010

-Proíbe, a partir da data de publicação desta Instrução Normativa e até 31 de maio de 2010, a atividade de pesca no estuário da Lagoa dos Patos, sem prejuízo do disposto na Instrução Normativa Conjunta MMA SEAP/PR n 03, de 09 de fevereiro de 2004.

Portaria Interministerial MPA MMA nº 01, de 20 de abril de 2010

-Cria o Comitê de Gestão da Pesca da Lagosta/CGPL, de forma paritária, com objetivo de assessorar o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente no ordenamento para a pesca na gestão do uso sustentável de lagosta no litoral brasileiro.

Portaria MPA nº 39, de 18 de maio de 2010

-Dispõe sobre os certificados de registro das embarcações autorizadas para a captura de lagosta.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 06, de 18 de maio de 2010

-Determina que a proibição da pesca de lagostas Vermelha (*Panulirus argus*) e verde (*Panulirus laevicauda*), nas águas sob jurisdição brasileira, excepcionalmente para o ano de 2010, encerrar-se-á na data de publicação da presente instrução normativa. Fixa o esforço de pesca máximo anual nas águas jurisdicionais brasileiras em 30 milhões de covos/dia, para a pesca de lagostas das espécies de lagostas Vermelha (*Panulirus argus*) e verde (*Panulirus laevicauda*). O excedente de, no máximo, mais 10 milhões de covos/dia, admitido em regulamentação específica, será retirado da seguinte forma: 50% em até dezembro de 2011 e 50% em até dezembro de 2012, prioritariamente dentre aquelas embarcações com “Autorização Provisória de Pesca”.

Portaria MPA nº 247, de 19 de maio de 2010

-Dispõe sobre permissão de pesca de arrasto para embarcações de captura de camarão sete barbas, no litoral Sudeste e Sul.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 07, de 20 de maio de 2010

-Regulamenta a pesca da tainha (*Mugil platanus* e *Mugil liza*) na temporada de pesca do ano de 2010. Permite a pesca da tainha (*Mugil platanus* e *M. liza*), para embarcações devidamente autorizadas para pesca da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) na modalidade de cerco, desde que atendidos os seguintes critérios: I - que a embarcação tenha sido autorizada para a captura da tainha, na temporada de pesca do ano de 2009; II - que o interessado comprove a entrega de Mapa de Bordo, referente à operação da embarcação, na

temporada de 2009; III - que seja comprovada a efetiva captura de tainhas, na temporada de pesca de 2009 pela embarcação a ser autorizada; e IV - que a embarcação a ser autorizada não tenha sido autuada por prática de pesca ilegal no período da safra da tainha de 2009.

Portaria MPA SEPOP nº 01, de 07 de julho de 2010

-Estabelece que as embarcações de pesca devidamente autorizadas à captura da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco, na região Sudeste e Sul, poderão solicitar “Autorização Provisória de Pesca” para atuar na captura da anchova (*Pomatomus saltatrix*) e respectiva fauna acompanhante, no litoral Sul, conforme disposto na Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 02, de 27 de novembro de 2009.

Portaria MPA nº 48, de 29 de julho de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca para embarcações que utilizam o cerco de sardinha-verdadeira.

Portaria MPA nº 49, de 17 de agosto de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca para embarcações que utilizam o cerco de sardinha-verdadeira.

Portaria MPA nº 50, de 20 de agosto de 2010

-Concede autorização de pesca para uma embarcação de pesca de captura de Camarão Rosa.

Portaria MPA nº 52, de 20 de agosto de 2010.

-Cancela autorização de pesca para uma embarcação de pesca de captura de Camarão Rosa, a pedido, e concede a outra, por substituição.

Portaria MPA nº 521, de 20 de agosto de 2010

-Cancela autorização de pesca para uma embarcação de pesca de captura de Camarão Rosa, a pedido, e concede a outra, por substituição.

Portaria MPA SEMOC nº 55, de 06 de setembro de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca para embarcações que utilizam o cerco de sardinha-verdadeira

Portaria MPA SEMOC nº 56, de 14 de setembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização para pesca de Caranguejo Dourado.

Portaria MPA SEMOC nº 57, de 14 de setembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização para pesca de Caranguejo Vermelho.

Portaria MPA SEMOC nº 58, de 23 de setembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização para pesca de Caranguejo de Profundidade.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 09, de 15 de outubro de 2010

-Altera a Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 06, de 18 de maio de 2010, no que diz respeito a embarcações motorizadas e maiores que 10 metros de comprimento, engajadas na pesca de lagosta.

Instrução Normativa MPA nº 13, de 27 de outubro de 2010

-Dispõe sobre renovação de autorizações de pesca da frota de camarão sete barbas no litoral Sudeste e Sul.

Portaria MPA SEPOP nº 02, de 08 de novembro de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca para embarcações que capturam o espadarte e espécies do grupo de atuns e afins.

Portaria MPA nº 60, de 09 de novembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização de pesca de lagosta.

Portaria MPA nº 61, de 08 de novembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização de pesca de lagosta.

Portaria MPA nº 62, de 09 de novembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização de pesca de Camarão Rosa.

Portaria MPA nº 63, de 09 de novembro de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca de Camarão Rosa.

Portaria MPA nº 64, de 09 de novembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização de pesca de Camarão Rosa.

Portaria MPA nº 66, de 03 de dezembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização de pesca de Lagosta.

Portaria MPA nº 546, de 21 de dezembro de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca de camarão sete barbas no litoral Sudeste e Sul.

Portaria MPA nº 68, de 21 de dezembro de 2010

-Dispõe sobre cancelamento de autorização de pesca de Camarão Rosa e da respectiva fauna acompanhante.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 01, de 13 de janeiro de 2011

-Proíbe a captura, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, durante os dias de "andada", nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2011, correspondendo aos seguintes períodos:

I - 1º Período: a) de 05 a 10 de janeiro; b) de 20 a 25 de janeiro;

II - 2º Período: a) de 03 a 08 de fevereiro; b) de 19 a 24 de fevereiro;

III - 3º Período: a) de 05 a 10 de março; b) de 20 a 25 de março.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 02, de 14 de janeiro de 2011

-Proíbe a captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização, armazenamento e comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, bem como as partes isoladas (quelas, pinças, garras ou desfiado) no Estado do Espírito Santo, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, durante os dias de "andada".

Portaria MPA SEMOC nº 02, de 25 de janeiro de 2011

-Permite, sob condições, a concessão de Autorizações de Pesca, mediante opção dos interessados, para as embarcações regularmente autorizadas para a pesca de lagostas (*Panulirus argus* e *P. laevicauda*) nos termos da Instrução Normativa SEAP/PR nº 01, de 30 de janeiro de 2007.

Portaria MPA SEMOC nº 01, de 28 de janeiro de 2011

-Cancela, a pedido do interessado, a Autorização Provisória de Pesca, na modalidade de Armadilha, para captura de Lagosta e o registro da embarcação pesqueira denominada EVANE I, inscrita no MPA sob o número 2219/ SISLAG, com inscrição na Autoridade Naval sob o nº 163-003476-2, por motivo de desativação da embarcação. Autoriza a concessão de Autorização Provisória de Pesca, na modalidade de Armadilha para captura de Lagosta, para a embarcação IZABELE LOURENÇO, inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 163-003964-1, em substituição à embarcação EVANE I, com Autorização de Pesca cancelada, na forma do art.1º desta Portaria.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 03, de 28 de janeiro de 2011

-Estabelece normas para o ordenamento da frota de arrasto que opera na captura de camarão sete barbas, *Xiphopenaeus kroyeri*, e respectiva fauna acompanhante, na área compreendida entre os paralelos 18º 20'S (divisa dos estados da Bahia e Espírito Santo) e 33º 44'S (Foz do Arroio Chuí, estado do Rio Grande do Sul).

Portaria MPA SEMOC nº 04, de 03 de fevereiro de 2011

-Concede autorização de pesca para embarcação pesqueira na modalidade de Rede de Arrasto, para captura de Camarão Sete Barbas/Fauna Acompanhante.

Portaria MPA SEMOC nº 06, de 10 de fevereiro de 2011

-Exclui do Anexo I, da Portaria SUDAP/SEAP/PR nº 15, de 10 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2008, Seção 1, página 14, que listou as embarcações que tiveram suas Autorizações de Pesca e Autorizações Provisórias de Pesca canceladas, uma embarcação Pesqueira inscrita no Sistema de Permissionamento da Frota Lagosteira - SISLAG do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Portaria MPA SEMOC nº 07, de 10 de fevereiro de 2011

-Concede autorização de pesca para embarcação pesqueira na modalidade de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante.

Portaria MPA SEMOC nº 08, de 10 de fevereiro de 2011

-Concede autorização de pesca para embarcação pesqueira na modalidade de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante.

Portaria MPA SEMOC nº 09, de 16 de fevereiro de 2011

-Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca para captura de espadarte, atuns e afins da Embarcação Pesqueira estrangeira, denominada Novo Airiños, Marinha nº 181-E00215-9, arrendada pela Empresa Pesqueira Raymi LTDA.

Instrução Normativa MPA nº 03, de 17 de fevereiro de 2011

-Dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca e efetivação do registro de embarcações pesqueiras para operarem na captura de camarão sete barbas, *Xiphopenaeus kroyeri*, no litoral sudeste/sul.

Portaria Interministerial MPA MMA nº 01, de 15 de abril de 2011

-Cria o Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins, CPG de Atuns e Afins, de forma paritária, como órgão consultivo e de assessoramento técnico do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, para a promoção de políticas públicas que envolvem a gestão, o ordenamento e o fomento sustentável da pesca de atuns e afins. O CPG de atuns e afins integra o Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 04, de 15 de abril de 2011

-Estabelece medidas mitigadoras para diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações de pesca que utilizam espinhel pelágico autorizadas a operar em águas sob jurisdição brasileira, ao sul da latitude de 20° S.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 05, de 15 de abril de 2011

-Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do Tubarão Raposa (*Alopias supecilius*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 06, de 15 de abril de 2011

-Fixa o limite máximo permitido de capturas do espadarte ou Meka (*Xiphias gladius*), para os exercícios de 2011 e 2012, realizadas por embarcações brasileiras de pesca de atuns e afins em águas Jurisdicionais Brasileiras e águas internacionais.

Portaria MPA SEMOC nº 23, de 28 de abril de 2011

-Cancela, de ofício, a concessão das Autorizações de Pesca para captura de Pargo e fauna acompanhante na modalidade Linha das embarcações constantes no Anexo I desta Portaria referente às embarcações com deferimento parcial, sem atendimento, pelos interessados, das pendências especificadas. Fica estabelecido um prazo de 10 (dez) dias para que o interessado possa apresentar, junto à respectiva Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura, recurso administrativo inerente ao cancelamento de que trata esta Portaria.

Instrução Normativa MPA nº 05, de 13 de maio de 2011

-Estabelece critérios e procedimentos para concessão de autorização de pesca complementar para a captura de tainha (*Mugil platanus e Mugil liza*) nas regiões Sudeste e Sul do país, durante as safras de 2011 e 2012. O limite de autorizações para pesca corresponde a 60 (sessenta) embarcações devidamente autorizadas para captura de sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) nas regiões Sudeste e Sul do país, com o emprego da modalidade de rede de cerco, de acordo com o artigo 4º da Instrução Normativa IBAMA nº 171, de 9 de maio de 2008, referendada pela Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 07, de 13 de maio de 2011.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 07, de 13 de maio de 2011

-Fica referendada a Instrução Normativa nº 171, de 9 de maio de 2008, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA (Defeso da Tainha no litoral Sudeste/Sul) para definir o uso sustentável dos recursos pesqueiros, inclusive, os prazos e o esforço de pesca. Fica proibido o desembarque de ovas de tainha desacompanhadas das respectivas carcaças.

Portaria MPA SEMOC nº 26, de 24 de maio de 2011

-Concede autorização de pesca na modalidade de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, com atuação na região norte do Brasil, para as embarcações pesqueiras denominadas "CHARMOSO" e "CHARMOSO III", atualmente arrendadas à ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO, cujas inscrições na Autoridade Marítima estão sob o nº 221-010299-5 e nº 161-005654-0, respectivamente.

Portaria MPA SEMOC nº 31, de 26 de maio de 2011

-Divulga, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação nominal das embarcações pesqueiras com Autorizações de Pesca Complementar deferidas para a captura de tainha, no litoral sudeste/sul, na modalidade de pesca de Cerco, na forma do disposto na Instrução Normativa MPA nº 05, de 13 de maio de 2011

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 08, de 02 de junho de 2011

-Fixa o esforço de pesca total na safra de 2011 em 7.400 (sete mil e quatrocentos) de Arqueação Bruta/AB das embarcações passíveis de autorização para a captura de tainha (*Mugil platanus e Mugil liza*) nas regiões Sudeste e Sul do País, não podendo ultrapassar o número de 82 (oitenta e duas) embarcações.

Portaria MPA SEMOC nº 32, de 03 de junho de 2011

-Torna válidos, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria, os Certificados de Registro das embarcações autorizadas para a captura de lagosta no litoral norte e nordeste com comprimento total acima de 10 (dez) e menor que 15 (quinze) metros emitidos para a temporada de pesca de 2010.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 09, de 03 de junho de 2011

-Prorroga até 31 de dezembro de 2011 o prazo estabelecido no Artigo 2º da Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 18 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2010, Seção 1, página 33, dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente, para que os proprietários ou armadores de pesca de embarcações motorizadas com comprimento entre 10 e 15 metros e com autorização de pesca para a captura de lagostas vermelha (*Panulirus argus*) e cabo verde (*Panulirus laevicauda*) coloquem e mantenham em funcionamento um sistema de monitoramento remoto.

Instrução Normativa MPA nº 07, de 07 de junho de 2011

-Estabelece critérios e procedimentos para a concessão das Autorizações de Pesca Complementar para captura da tainha (*Mugil platanus e Mugil Liza*), com o emprego da modalidade de rede de cerco, nos limites estabelecidos pela Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 08, de 02 de junho de 2011.

Portaria MPA SEPOP nº 01, de 15 de junho de 2011

Autorização para celebração de termo aditivo de prorrogação do contrato de arrendamento de embarcação estrangeira para exploração da pesca na Plataforma Continental e na Zona Econômica Exclusiva do Brasil, pelo prazo de 02 (dois) anos. Autoriza a empresa

ESQUEIRA RAYMI LTDA, com sede no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte a celebrar termo aditivo de prorrogação do contrato de arrendamento com a empresa PESQUERA RAYMI S.L., com sede a Puerto Pesquero do Berbes, Tinglado General de Empaque, oficina 23, Vigo, Espanha, proprietária da embarcação pesqueira denominada GHANDHI, de bandeira da Espanha.

Instrução Normativa MPA nº 08, de 20 de junho de 2011

-Estabelece critérios e procedimentos para concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de anchova (*Pomatomus saltatrix*) na região sul do país, como Espécie Alternativa, para embarcações devidamente permissionadas para captura de sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) com o emprego da modalidade de rede de cerco. As embarcações já contempladas com Autorização de Pesca Complementar para a captura da tainha (*Mugil platanus* e *Mugil Liza*) no exercício de 2011 não poderão ser objeto de concessão da autorização.

Portaria MPA SEMOC nº 36, de 20 de junho de 2011

-Estabelece os procedimentos para o embarque de Observador de Bordo nas embarcações contempladas com autorização de pesca complementar para captura da tainha (*Mugil platanus* e *Mugil Liza*) no exercício de 2011, conforme limites estabelecidos pela Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 08, de 02 de junho de 2011 e critérios e procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa MPA nº 07, de 07 de junho de 2011. O Observador de Bordo procederá, exclusivamente, a coleta de dados, material para pesquisa e informações de interesse do setor pesqueiro com a finalidade de subsidiar a fixação do esforço de pesca de tainha para os anos subsequentes.

Portaria MPA SEMOC nº 45, de 27 de julho de 2011

-Cancela, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, com auxílio de rede de Arrasto, da embarcação pesqueira denominada "LEARDINI V", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº443-004686-7. Cancela, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de Peixes demersais, com auxílio de rede de Arrasto, da embarcação pesqueira denominada "ANDRÉ E SOUZA

III A", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 441-011642-8. Concede, em substituição a embarcação "ANDRÉ E SOUZA III A", autorização de pesca, com auxílio de Rede de Arrasto, para a captura de Peixes Demersais para a embarcação pesqueira denominada "LEARDINI V", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 443-004686-7. A emissão da Autorização de Pesca será de responsabilidade da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no estado de Santa Catarina.

Portaria MPA SEMOC nº 49, de 31 de agosto de 2011

-Cancela, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, com auxílio de rede de Arrasto, da embarcação pesqueira denominada "W. LOPES", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 381-017988-4. Concede, em substituição a embarcação "W. LOPES", autorização de pesca, com auxílio de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, para a embarcação pesqueira denominada "SHALON ARREMA", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 403-015855-2. A emissão da Autorização de Pesca será de responsabilidade da Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Artesanal, Ornamental e Industrial - CGRPC/ SEMOC/ MPA.

Portaria MPA SEMOC nº 51, de 27 de setembro de 2011

-Cancela, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de camarão-rosa/fauna acompanhante no litoral Sudeste-Sul, com auxílio de rede de arrasto, da embarcação pesqueira denominada "BRIAN M", inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 381-026305-2. Cancela, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de peixes não controlados no litoral Sudeste-Sul, com auxílio de rede de espera, da embarcação pesqueira denominada "BELO MAR R", inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 443-011681- 4. Concede, em substituição à embarcação "BRIAN M", Autorização de Pesca, para a captura de camarão-rosa/fauna acompanhante com auxílio de rede de arrasto no litoral Sudeste-Sul, para a embarcação pesqueira denominada "BELO MAR R", inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 443-011681- 4. Concede, em substituição à embarcação "BELO MAR R", Autorização de Pesca, para a captura de corvina, pescada, castanha, abrótea com auxílio de rede de emalhe de fundo no litoral Sudeste-Sul, para a

embarcação pesqueira denominada "BRIAN M", inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 381-026305-2.

Portaria MPA SEMOC nº 52, de 28 de setembro de 2011

-Cancela, a pedido do interessado, a Permissão Prévia de Pesca para captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, com auxílio de rede de Arrasto, da embarcação pesqueira denominada "REI DA GALILEIA III", de propriedade de JOSÉ CARLOS INÁCIO E OUTRO. Concede, em substituição a embarcação "REI DA GALILEIA III", autorização de pesca, com auxílio de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, para a embarcação pesqueira denominada "CASTELO BRANCO", de inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 021-022655-2. A emissão da Autorização de Pesca será de responsabilidade da Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Artesanal, Ornamental e Industrial - CGRPC/ SEMOC/ MPA.

Portaria MPA SEMOC nº 54, de 06 de outubro de 2011

-Cancela a Autorização de Pesca para captura de polvo (*Octopus ssp.*) no litoral Sul com auxílio de armadilhas/potes, da embarcação pesqueira denominada "RAFAEL VINAGRE".

Portaria MPA SEMOC nº 56, de 10 de outubro de 2011

-Torna público o resultado parcial do processo seletivo para a concessão de Autorizações de Pesca para arrasto de camarão sete barbas, no litoral das Regiões sudeste e sul, instituído pela Instrução Normativa MPA nº 03, de 31 de janeiro de 2011.

Portaria MPA SEMOC nº 57, de 20 de outubro de 2011

-Autoriza a concessão de Autorização de Pesca, na modalidade de arrasto de camarão rosa, camarão branco e camarão sete-barbas, na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil e a divisa dos estados do Piauí e Ceará, às embarcações pesqueiras relacionadas no Anexo I desta Portaria.

Retificação de 21 de outubro de 2011: Na Portaria MPA SEMOC nº 57, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de outubro de 2011, Seção 1, pág. 60,

no artigo 1º, onde se lê "na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil", leia-se "na área compreendida entre a divisa dos estados do Pará e Maranhão".

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 14, de 31 de outubro de 2011

-Proíbe a pesca de camarões rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), branco (*Litopenaeus schmitti*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30', partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4°30'30"N e longitude de 51°38'12"W) e a divisa dos Estados do Piauí e Ceará (meridiano de 41° 12'W), em conformidade com as seguintes condições: I - Pesca de arrasto com tração motorizada, no período de 15 de dezembro de 2011 a 15 de fevereiro de 2012; II - Pesca artesanal com emprego de modalidades de pesca diferentes daquela mencionada no inciso I deste artigo, durante o período de 60 (sessenta dias) após a publicação desta Instrução Normativa Interministerial.

Portaria MPA SEMOC nº 58, de 03 de novembro de 2011

-Torna válidos até 14 de dezembro de 2011 os certificados de registro e respectivas Autorizações de Pesca concedidas para a temporada de pesca de 2011 para arrasto de camarões rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), branco (*Litopenaeus schmitti*) e sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) da frota que opera na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil e a divisa dos Estados do Piauí e Ceará.

Portaria MPA SEMOC nº 61, de 30 de novembro de 2011

-Cancela, de ofício, a Autorização de Pesca para captura de Polvo (*Octopus spp.*), pelo método de armadilha (potes), de embarcação relacionada em anexo, por descumprimento dos dispositivos da Instrução Normativa SEAP/PR nº 26, de 19 de dezembro de 2008.

Portaria MPA SEMOC nº 64, de 23 de dezembro de 2011

-Cancela, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de Sardinha-Verdadeira e Fauna Acompanhante, com auxílio de rede de Cerco, da embarcação

pesqueira denominada "CAPIVARI", inscrição na Autoridade Marítima sob o No-401-055546-7. Concede, em substituição a embarcação "CAPIVARI", autorização de pesca, com auxílio de rede de Cerco, para a captura de Sardinha-Verdadeira para a embarcação pesqueira denominada "CARLOS ALBERTO III", inscrição na Autoridade Marítima sob o No- 382-005861-3.

Portaria MPA SEMOC nº 68, de 30 de dezembro de 2011

-Torna publica a 2ª relação de embarcações autorizadas para pesca de arrasto de camarão sete barbas no litoral das regiões sudeste e sul, conforme critérios definidos pela Instrução Normativa MPA nº 03, de 28 de janeiro de 2011. A relação com a discriminação nominal e por UF das embarcações selecionadas, será disponibilizado no sítio do MPA (www.mpa.gov.br). Exclui da relação constante na Portaria nº 56, de 10 de outubro de 2011, as embarcações listadas em razão da verificação de pendências que resultaram no indeferimento de suas autorizações.

Portaria MPA SEMOC nº 68, de 04 de janeiro de 2012

-Torna pública a 2ª relação de embarcações autorizadas para pesca de arrasto de camarão sete barbas, no litoral das regiões sudeste e sul, conforme critérios definidos pela Instrução Normativa MPA nº 03, de 28 de janeiro de 2011.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 02, de 10 de janeiro de 2012

-Proíbe a captura, transporte e comercialização de caranguejo-uçá.

Portaria MPA nº 09, de 11 de janeiro de 2012

-Concede Autorização de Pesca, com auxílio de rede de Cerco, para a captura de Sardinha-Verdadeira e Fauna Acompanhante para a embarcação pesqueira denominada "GOLFO PESCA IV", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 443-011591-5.

Portaria MPA SEMOC nº 10, de 12 de janeiro de 2012

-Concede Autorização de Pesca, com auxílio de rede de Cerco, para a captura de Sardinha-Verdadeira e Fauna Acompanhante para a embarcação pesqueira denominada "GOLFO PESCA IV", inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 443-011591-5.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 08, de 08 de junho de 2012

-Fica proibida a operação de pesca das embarcações autorizadas a capturar o pargo (*Lutjanus purpureus*), na área compreendida entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas que 50 (cinquenta) metros de profundidade.

-Fica proibida a pesca do pargo em águas jurisdicionais brasileiras e em alto mar, durante o período de 15 de dezembro a 30 de abril, anualmente.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 10, de 28 de junho de 2012

-O art. 2º da Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2010, Seção 1, página 33, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Os proprietários ou armadores de pesca de embarcações motorizadas e maiores de 10 metros de comprimento que receberem a autorização de pesca ou a autorização provisória de pesca para a captura de lagostas (*Panulirus argus* e *Panulirus laevidauda*), terão prazo até 31 de dezembro de 2012, contado a partir da data de publicação desta Instrução Normativa, para colocar e manter em funcionamento um sistema de monitoramento remoto".

Portaria Interministerial MPA MMA nº 01, de 28 de junho de 2012

-Fica instituído o Grupo Técnico de Trabalho-GTT Tainha, com a finalidade de debater e elaborar proposta de Plano de Gestão para o uso sustentável de tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável do recurso tainha na região sudeste e sul.

Portaria MPA nº 203, de 28 de junho de 2012

-Designa membros para compor o Subcomitê Científico - SCC, do Comitê de Gestão da Pesca da Lagosta - CPG Lagosta, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01, de 20 de abril de 2010.

Portaria MPA SEMOC nº 44, de 05 de setembro de 2012

-Torna pública a relação de embarcações autorizadas para pesca de arrasto de camarão sete barbas, no litoral das regiões sudeste e sul, conforme critérios definidos pela Instrução Normativa MPA nº 03, de 28 de janeiro de 2011.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 13, de 17 de outubro de 2012

-Proíbe por três anos a captura da espécie (*Epinephelus itajara*).

Portaria MPA nº 376, de 12 de novembro de 2012

-Designa membros para compor a Secretaria Executiva do Grupo Técnico de Trabalho - GTT TAINHA, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01, de 28 de junho de 2012.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 14, de 26 de novembro de 2012

-Dispõe sobre normas e procedimentos para o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 15, de 28 de novembro de 2012

-Estabelece para o período de outubro de 2012 à fevereiro de 2014, os critérios e padrões para o ordenamento da pesca de camarões rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), branco (*Litopenaeus schmitti*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30', partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4°30'30"N e longitude de 51°38'12"W) e a divisa dos Estados do Piauí e Ceará (meridiano de 41°12'W). Proíbe, anualmente até fevereiro de 2014, no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro, na área definida no art. 1º, a pesca de arrasto

e a pesca artesanal com emprego de demais modalidades de pesca, tendo como espécies alvo os camarões rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), branco (*Litopenaeus schmitti*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Portaria Interministerial MPA MMA nº 06, de 27 de dezembro de 2012

-Cria o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Demersais Norte e Nordeste/CPG Demersais Norte e Nordeste, de forma paritária, com objetivo de assessorar os Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente no uso sustentável da pesca dos recursos demersais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Portaria MPA nº 373, de 28 de dezembro de 2012

-Aprova o Manual de Orientações do REVITALIZA, contendo o detalhamento dos critérios, fluxos e procedimentos obrigatórios para a emissão de anuência no âmbito do Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal/REVITALIZA, em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2012.

Portaria MPA nº 435, de 02 de janeiro de 2013

-Prorroga o período de execução do objeto previsto na Portaria nº 303, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2008, Seção 1, Página 13, objetivando apoiar o projeto "Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal", para 31 de dezembro de 2013.

Portaria MPA nº 436, de 02 de janeiro de 2013

-Prorroga o período de execução do objeto previsto na Portaria nº 263, de 15 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2011, Seção 1, Página 79, objetivando apoiar o projeto "Aquicultura familiar em Sistemas Orgânicos: Processo Produtivo e Viabilidade Econômica através de Cooperativismo e das Políticas Públicas", para 31 de dezembro de 2013.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 01, de 09 de janeiro de 2013

-Proíbe a captura, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-

uçá, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, durante os dias de "andada", correspondendo aos seguintes períodos, em 2013:

I - 1º Período: a) de 12 a 17 de janeiro; b) de 28 de janeiro a 02 de fevereiro;

II - 2º Período: a) de 11 a 16 de fevereiro; b) de 26 de fevereiro a 03 de março;

III - 3º Período: a) de 12 a 17 de março e b) de 28 de março a 02 de abril.

-Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos.

Portaria MPA nº 438, de 10 de janeiro de 2013

-Prorroga o período de execução do objeto previsto na Portaria nº 257, de 14 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2011, Seção 1, Página 78, objetivando apoiar o projeto "Desenvolvimento e Implementação das Tecnologias de Assentamento Remoto de Larvas de Moluscos como Apoio a Produção de Mexilhões”.

Portaria MPA nº 439, de 11 de janeiro de 2013

-Prorroga o período de execução do objeto previsto na Portaria nº 320, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2008, Seção 1, Página 95, objetivando apoiar o projeto "Desenvolvimento da Carcinicultura e da Piscicultura marinha no extremo sul do Brasil".

Portaria MPA nº 12, de 22 de janeiro de 2013

-Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento/CAAR, em atendimento ao disposto no art. 7º - da Instrução Normativa MPA nº 10, de 12 de julho de 2010.

Portaria MPA nº 19, de 24 de janeiro de 2013

-Designa membros para compor a Secretaria-Executiva do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do uso Sustentável dos Camarões, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 05, de 11 de dezembro de 2012.

Portaria MPA nº 20, de 24 de janeiro de 2013

-Designa membros para compor a Secretaria-Executiva do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Demersais do Norte e Nordeste/CPG Demersais Norte e Nordeste, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 06, de 21 de dezembro de 2012.

Portaria MPA SEMOC nº 03, de 05 de fevereiro de 2013

-Torna pública a relação de embarcações autorizadas para pesca de arrasto de camarão sete barbas, no litoral das regiões Sudeste e Sul, conforme critérios definidos pela Instrução Normativa MPA nº 3, de 17 de fevereiro de 2011.

Portaria MPA nº 81, de 07 de março de 2013

-Designa membros, para compor o Subcomitê Científico/SCC do Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins/CPG atuns e afins, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01, de 15 de abril de 2011.

Instrução Normativa Interministerial MMA MPA nº 01, de 12 de março de 2013

-Proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização do tubarão galha-branca (*Carcharhinus longimanus*), em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional. Os indivíduos de tubarão galha-branca (*Carcharhinus longimanus*), capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivos ou mortos, no momento do recolhimento do aparelho de pesca.

Instrução Normativa Interministerial MMA MPA nº 02, de 13 de março de 2013

-Proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte e comercialização das espécies, produtos e subprodutos de raias da família Mobulidae (conhecidas como raia-manta, raia-diabo, manta-diabo, jamanta-mirim ou diabo-do-mar) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional. Os indivíduos de raias da família Mobulidae capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser

devolvidos inteiros ao mar, vivos ou mortos, no momento do recolhimento do aparelho de pesca.

Portaria Interministerial MPA MMA nº 02, de 18 de março de 2013

-Cria o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Demersais Sudeste e Sul - CPG Demersais Sudeste e Sul, de forma paritária, com objetivo de assessorar os Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente no uso sustentável da pesca dos recursos demersais nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Portaria MPA SEMOC nº 07, de 19 de março de 2013

-Torna pública a relação de embarcações autorizadas para pesca de arrasto de camarão sete barbas.

Portaria MPA nº 102, de 22 de março de 2013

-Designa membros para compor a Secretaria Executiva do Grupo Técnico de Trabalho/GTT Tainha, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01, de 28 de junho de 2012.

Portaria MPA SEMOC nº 14, de 27 de março de 2013

-Cancela Certificados de Registro e Autorizações de Pesca de embarcações relacionadas em razão da prática de pesca ilegal em águas territoriais da Guiana Francesa.

Instrução Normativa MPA nº 02, de 10 de abril de 2013

-Estabelece critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de Tainha (*Mugil platanus* e *Mugil liza*), com auxílio da rede de cerco, nas regiões Sudeste e Sul do País, na temporada de pesca do ano de 2013. O número máximo de embarcações autorizadas para pesca de que trata o caput será de 60 (sessenta), conforme disposto no art. 4º da Instrução Normativa IBAMA nº 171, de 09 de maio de 2008.

Portaria ICMBio nº 179, de 12 de abril de 2013

-Dispõe sobre as regras para a pesca na porção marítima da Reserva Extrativista de Cassurubá e de sua Zona de Amortecimento, localizada no Extremo Sul da Bahia, e dá outras providências.

Portaria ICMBio nº 187, de 13 de maio de 2013

-Estabelece normas para a utilização sustentável das populações naturais de Berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*) na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.

Portaria MPA SEMOC nº 33, de 14 de maio de 2013

-Divulga a relação nominal complementar das embarcações sardinheiras que tiveram os recursos deferidos para renovação da Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha (*Mugil platanus* e *Mugil liza*), para a safra de 2013.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 02, de 16 de maio de 2013

-Disciplina o exercício da pesca na Lagoa de Aruarama, no Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo critérios e procedimentos.

Instrução Normativa MPA nº 04, de 21 de maio de 2013

-Permite, para a temporada de 2013 da pesca da tainha (*Mugil platanus*), a utilização de rede de emalhe anilhada, com malha superior a 70 mm (setenta milímetros) entre nós opostos, no litoral dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, na área compreendida entre 800 (oitocentos) metros e 5 (cinco) milhas náuticas da linha de praia, para as embarcações artesanais já permissionadas para a pesca da tainha na modalidade emalhe.

Portaria MPA SEMOC nº 45, de 11 de junho de 2013

-Torna pública a relação de embarcações autorizadas para pesca de arrasto de camarão sete barbas, no litoral das regiões Sudeste e Sul, conforme critérios definidos pela Instrução Normativa MPA nº 03, de 17 de fevereiro de 2011.

Instrução Normativa MPA nº 05, de 18 de junho de 2013

-Torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal de todas as espécies constantes em Anexo, capturadas por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico - ICCAT.

Portaria MPA nº 221, de 27 de junho de 2013

-Designa membros para compor a Secretaria Executiva do Comitê de Gestão da Pesca da Lagosta - CGPL, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01, de 20 de abril de 2010.

Portaria MPA nº 222, de 27 de junho de 2013

-Designa membros para compor a Secretaria Executiva do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Demersais do Sudeste e Sul – CPG Demersais Sudeste e Sul, criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 02, de 18 de março de 2013.

Instrução Normativa MPA nº 09, de 02 de julho de 2013

- Estabelece normas de acondicionamento para fins de transporte terrestre e aquaviário de carga viva de indivíduos de caranguejo uçá, *Ucides cordatus*, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

Portaria Interministerial MPA MMA nº 03, de 12 de julho de 2013

-Dispõe sobre critérios e padrões para a pesca de emalhe costeiro diversificado da anchova (*Pomatomus saltatrix*), corvina (*Micropogonias furnieri*), pescada (*Cynoscion guatucupa*), castanha (*Umbrina canosai*) e abrótea (*Urophycis brasiliensis*) praticada no litoral do Rio Grande do Sul.

Portaria MPA SEMOC nº 65, de 30 de julho de 2013

-Torna público, na forma do anexo desta Portaria, o resultado parcial das embarcações deferidas no processo seletivo para a concessão de Autorizações de Pesca para arrasto de camarão sete barbas, no litoral das Regiões Sudeste e Sul, instituído pela Instrução Normativa MPA nº 03, de fevereiro de 2011.

Portaria MPA SEMOC nº 78, de 22 de agosto de 2013

-Determina com fundamento no §2º do art. 13 da Instrução Normativa MPA nº 03, de 12 de maio de 2004, e no art. 7º da Instrução Normativa SEAP/PR nº 14, de 17 de agosto de 2005, o cancelamento das Permissões Prévias de Pesca e respectivos termos de habilitação ao financiamento, concedidos no âmbito do Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.

Instrução Normativa MPA nº 13, de 18 de setembro de 2013

-Permite, para o período de 2013, a concessão de autorização complementar para as embarcações que atuem no arrasto de piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), item 3.1. do Anexo III da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de julho de 2011, e no arrasto de Camarão rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*, *Farfantepenaeus subtilis*), Camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e Camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), item 3.3, do Anexo III da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011, exclusivamente nas áreas de operação definidas em Anexo. As licenças referentes ao caput deste artigo serão emitidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura até que, no âmbito da gestão compartilhada, o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente editem ato normativo de caráter definitivo sobre o tema.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 04, de 16 de outubro de 2013

-Dispõe sobre critérios e padrões para a pesca de emalhe costeiro diversificado da anchova (*Pomatomus saltatrix*), corvina (*Micropogonias furnieri*), pescada (*Cynoscion guatucupa*), castanha (*Umbrina canosai*) e abrótea (*Urophycis brasiliensis*) praticada no litoral das regiões Sudeste e Sul.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 08, de 30 de dezembro de 2013

-Proibe a captura, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo uçá, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, durante os dias de "andada", correspondendo aos seguintes períodos em 2014:

I - 1º Período: a) de 02 a 07 de janeiro; e b) de 17 a 22 de janeiro;

II - 2º Período: a) de 31 de janeiro a 05 de fevereiro; e b) de 15 a 20 de fevereiro;

III - 3º Período: a) de 02 a 07 de março; e b) de 17 a 22 de março;

IV - 4º Período: a) de 31 de março a 05 de abril.

Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos, machos e fêmeas, saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos.

Legislação Exclusiva de Pesca Continental

Portaria IBAMA nº 25, de 09 de março de 1993

-Determina os comprimentos totais mínimos para a captura de determinadas espécies de peixes de água doce, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Portaria IBAMA nº 92, de 06 de novembro de 1995

-Estabelece normas para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Portaria IBAMA nº 08, de 02 de fevereiro de 1996

-Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas.

Resolução CONSEMA (Mato Grosso) nº 009, de 14 de maio de 1996

-Proíbe a captura, o transporte e a comercialização de espécies abaixo do tamanho determinado nesta Portaria, provenientes de ambientes naturais, nas respectivas bacias hidrográficas.

LEI ESTADUAL (Mato Grosso do Sul) nº 1.787, de 25 de novembro de 1997

-Dispõe sobre a pesca em Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Mato Grosso do Sul) nº 1.826, de 12 de janeiro de 1998

-Dispõe sobre a exploração de recursos pesqueiros, estabelece medidas de proteção e controle da ictiofauna e dá outras providências.

Portaria IBAMA nº 106, de 27 de julho de 1998

-Proíbe a captura e a comercialização de indivíduos abaixo do tamanho determinado nesta Portaria, no trecho que vai das cabeceiras em Goiás, até a altura do Município de Antonio Rosa, em Mato Grosso e o Parque Nacional do Araguaia em Tocantins.

Portaria IBAMA nº 107, de 27 de julho de 1998

-Proíbe a captura e a comercialização de indivíduos abaixo do tamanho determinado nesta Portaria, na Bacia Hidrográfica dos Rios Araguaia e Tocantins.

LEI ESTADUAL (Mato Grosso) nº 7.155, de 21 de julho de 1999

-Dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL (Mato Grosso do Sul) nº 9.768, de 13 de janeiro de 2000

-Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 5.646, de 28 de setembro de 1990, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus afins e mecanismos e, dá outras providências. Estabelece os tamanhos mínimos e as cotas de captura de espécies pesqueiras.

Resolução CONSEMA (Mato Grosso) nº 001, de 16 de março de 2000

-Estabelece período de defeso para a piracema, proíbe a pesca em raio de 02 km no entorno de unidades de conservação e determina os tamanhos mínimos para a captura, transporte e comercialização, das espécies da ictiofauna provenientes de ambientes naturais das espécies elencadas nesta Resolução.

Portaria Instituto Natureza do Tocantins/NATURATINS (Tocantins) nº 017, de 21 de fevereiro de 2001

-Dispõe sobre o licenciamento da pesca amadora e estabelece cotas de captura de pescado.

Portaria IBAMA/GEREX/AM nº 01, de 03 de março de 2001

-Proíbe a captura, transporte e a comercialização de espécies abaixo dos tamanhos determinados por esta Portaria, no Estado do Amazonas.

DECRETO ESTADUAL (Amazonas) nº 22.747, de 26 de junho de 2002

-Regulamenta a pesca esportiva, a recreativa e a de subsistência, no Estado do Amazonas.

LEI ESTADUAL (Mato Grosso) nº 7.881, de 30 de dezembro de 2002

-Dispõe sobre a política e o controle da pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Portaria Agência Goiana de Meio Ambiente (Goiás) nº 03, de 28 de fevereiro de 2003

-Determina cotas de captura e disciplina complementarmente a atividade pesqueira no Estado de Goiás.

Portaria Instituto Estadual de Florestas/IEF (Minas Gerais) nº 037, de 10 de abril de 2003

-Estabelece normas para emissão de licença da pesca amadora e cotas de captura e transporte de pescado para o pescador amador no Estado de Minas Gerais.

Portaria Instituto Estadual de Florestas/IEF (Minas Gerais) nº 111, de 16 de outubro de 2003

-Estabelece tamanhos mínimos para captura e transporte de espécies nativas de peixes das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais.

Instrução Normativa Conjunta MMA - SEAP/PR nº 02, de 09 de fevereiro de 2004

-Estabelece critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos para a atividade de pesca na Lagoa Mirim e Mangueira, incluído seus tributários, lagoas marginais, banhados e afluentes, no Estado do Rio Grande do Sul.

Instrução Normativa Conjunta IBAMA / São Paulo e Mato Grosso do Sul nº 03, de 28 de setembro de 2004

-Estabelece normas para o exercício da pesca no trecho da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, compreendido entre o vertedouro da UHE Engenheiro Souza Dias (Jupia) e a barragem da UHE Engenheiro Sergio Motta (Porto Primavera).

DECRETO ESTADUAL (Mato Grosso do Sul) nº 11.724, de 05 de novembro de 2004

-Dispõe sobre a pesca no Estado do Mato Grosso do Sul.

Instrução Normativa MMA nº 30, de 13 de setembro de 2005

-Dispõe sobre limitações e proibições para a pesca comercial e amadora na Bacia Hidrográfica do rio Paraná.

Instrução Normativa IBAMA nº 40, de 18 de outubro de 2005

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (MA e PI), anualmente, no período de 15 de novembro a 16 de março. Estabelece Cota de Captura de 5kg dia mais um exemplar por pescador. Permite a pesca amadora embarcada e desembarcada.

Instrução Normativa IBAMA nº 46, de 27 de outubro de 2005

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins / Gurupi (TO, MA e PA), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 5kg dia mais um exemplar por pescador, para consumo no local. Não permite a pesca em lagoas marginais, e a utilização de iscas naturais que não nativas. Permite a pesca embarcada e desembarcada.

Instrução Normativa IBAMA nº 49, de 27 de outubro de 2005

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia (MT, GO e TO), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 3kg dia/pescador, para consumo no local. Não permite a pesca em lagoas marginais; nas áreas delimitadas pelo “Projeto Quelônios da Amazônia”; e a utilização de iscas naturais

que não nativas. Proíbe a pesca das espécies: em GO: Pirarucu, Pirarara, filhote/Piraíba; em MT: Pirarucu, Pirarara filhote/Piraíba, Surubim Chicote ou Bargada. Não permite a pesca embarcada e, nas demais, somente é permitido o pesque-e-solte. Entretanto, nos afluentes do rio Araguaia no Mato Grosso, é permitido a pesca embarcada e desembarcada.

DECRETO ESTADUAL (Mato Grosso do Sul) nº 12.039, de 08 de fevereiro de 2006

-Altera dispositivo do Decreto nº 11.724, de 05 de novembro de 2004, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul. Proíbe a captura, transporte e a comercialização de espécies abaixo dos tamanhos determinados por este Decreto, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Instrução Normativa IBAMA nº 130, de 30 de outubro de 2006

-Estabelece normas para a proteção e a reprodução natural dos peixes, temporada 2006/2007, nas áreas das Bacias Hidrográficas do Leste, nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, estabelecendo, especificamente, normas para o período de proteção à reprodução natural do Bagre (*Netuna barba*), temporada 2006/2007 (Defeso).

Resolução Secretaria de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia/SEMAC (Mato Grosso do Sul) nº 04, de 15 de fevereiro de 2007

-Estabelece limite de captura e transporte de pescado para o pescador amador.

Portaria Conjunta NATURATINS/IBAMA (Tocantins) nº 001, de 23 de maio de 2007

-Proíbe em todo o Estado do Tocantins por tempo indeterminado, em todas as modalidades de pesca, a captura, o transporte e comercialização de seis espécies de pescado.

Portaria Normativa IBAMA nº 46, de 18 de outubro de 2007

-Estabelece normas gerais e específicas de pesca para o período de defeso da piracema, temporada 2007/2008, na área da Bacia Hidrográfica do rio Uruguai, nos estados de SC e RS.

Portaria Normativa IBAMA nº 47, de 18 de outubro de 2007

-Fixa o período de defeso da piracema para as bacias hidrográficas dos estados do RS e SC, proibindo a pesca no período compreendido entre 01 de novembro de 2007 a 31 de janeiro de 2008.

Portaria Normativa IBAMA nº 48, de 05 de novembro de 2007

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica Amazônica e rios da Ilha do Marajó e dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaçá, do Estado do Amapá (AC, AM, AP, MT, PA, RO e RR), anualmente: no Mato Grosso / MT, no período de 05 de novembro a 28 de fevereiro; no Acre / AC, Amazonas / AM, Pará / PA, Roraima / RO, Amapá / AP(e demais rios), no período de 15 de novembro a 15 de março; no Roraima / RR, no período de 01 de março a 30 de junho; na Ilha de Marajó, no período de 01 de janeiro 30 de abril. Estabelece Cota de Captura de 5kg mais um exemplar por pescador.

Portaria IBAMA nº 49, de 05 de novembro de 2007

-Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, de 01 de novembro a 28 de fevereiro, anualmente, na Bacia Hidrográfica do rio Paraná.

Portaria IBAMA nº 50, de 05 de novembro de 2007

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MG, BA, PE, AL e SE), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 5kg mais um exemplar por pescador. Não permite a pesca nas lagoas marginais de 01 de novembro a 30 de abril; até 1000m a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras; até 500m das confluências de rios, a realização de torneios, campeonatos e gincanas, exceto as realizadas em reservatórios, visando à captura de espécies não nativas (alóctones e exóticas) e híbridos. Permite a pesca desembarcada e embarcada, nos rios e reservatórios da bacia, utilizando linha de mão ou vara, linha e anzol, molinete ou carretilha, com iscas naturais ou artificiais.

Portaria IBAMA nº 02, de 28 de janeiro de 2008

-Estabelece categorias de manejo pesqueiro para lagos, poços e igarapés nas regiões do rio Urubu e complexo lacustre do Camaçari, nos municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga/AM.

Portaria IBAMA nº 03, de 28 de janeiro de 2008

-Estabelece normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Instrução Normativa Conjunta MMA-SEAP/PR nº 02, de 31 de fevereiro de 2008

-Altera artigos da Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 09 de fevereiro de 2004, sobre atividade de pesca nas lagoas Mirim e Mangueira, no Estado do Rio Grande do Sul.

Instrução Normativa IBAMA nº 193, de 02 de outubro de 2008

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai (RS e SC), anualmente, no período de 01 de outubro a 31 de janeiro. Estabelece Cota de Captura de 5kg mais um exemplar por pescador. Não permite a pesca em lagoas marginais; em até 1500m a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeira e corredeiras; nos trechos compreendidos entre as saídas de água das casas de força até as barragens dos reservatórios de usinas hidrelétricas que, na bacia hidrográfica, tenha tal característica construtiva; no rio Uruguai, no trecho compreendido entre a foz do rio Macaco Branco, Município de Itapiranga/SC e o rio Lajeado São Francisco, Município de Alto Uruguai/RS, que inclui os limites leste e oeste do Parque Estadual do Turvo/RS; no rio Uruguai, desde a barragem do reservatório da Usina Hidrelétrica de Machadinho até a foz do rio Ligeiro; no rio Forquilha ou Inhandava, até a distância de 3.500m a montante da foz com o rio Pelotas; até 500m no rio Uruguai, a montante e a jusante dos pontos de confluência de seus tributários diretos; até 500m, no interior dos tributários diretos do rio Uruguai, desde o ponto de confluência. Permite a pesca amadora, embarcada e desembarcada, utilizando linha de mão ou vara, linha e anzol, limitando-se a apenas a um destes petrechos por pescador.

Instrução Normativa IBAMA nº 194, de 02 de outubro de 2008

-Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na Bacia Hidrográfica do rio Paraná.

Instrução Normativa IBAMA nº 195, de 02 de outubro de 2008

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Sudeste (ES, RJ, MG, SP e PR), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 10kg mais um exemplar por pescador, apenas de espécies não nativas. Não permite a pesca em lagoas marginais; em até 1000m a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeira e corredeiras. Permite pesca nos rios e reservatórios da bacia, utilizando linha de mão ou vara, linha e anzol, molinete ou carretilha, com iscas naturais ou artificiais. Em trechos de rio a permissão para pesca abrange apenas a modalidade desembarcada, e em trechos de reservatório, abrange as modalidades desembarcada e embarcada.

Instrução Normativa IBAMA nº 196, de 02 de outubro de 2008

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Leste (SE, BA, MG e ES), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 10kg mais um exemplar por pescador, apenas de espécies não nativas. Não permite: a pesca em lagoas marginais; em até 1000m a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeira e corredeiras. Permite a pesca nos rios e reservatórios da bacia, utilizando linha de mão ou vara, linha e anzol, molinete ou carretilha, com iscas naturais ou artificiais. Em trechos de rio a permissão para pesca abrange apenas a modalidade desembarcada, e em trechos de reservatório, abrange as modalidades desembarcada e embarcada.

Instrução Normativa IBAMA nº 197, de 02 de outubro de 2008

-Estabelece o defeso da piracema nas Bacias Hidrográficas dos rios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina não abrangidos pela Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai (RS e SC), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 5kg mais um exemplar por pescador. Não permite: a pesca em lagoas marginais, até a distância de 1.500m, a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras; a realização de campeonatos e gincanas de pesca. Permite a pesca amadora, embarcada e desembarcada, utilizando anzol simples, linha de mão, caniço simples ou com molinete/carretilha e vara com linha, limitando-se a apenas um destes petrechos por pescador; iscas naturais ou artificiais.

-Esta Instrução Normativa não se aplica: I - à bacia hidrográfica do rio Uruguai; II - ao espaço de dois mil metros (2.000m) delimitado entre a barra do rio Mampituba e a baliza colocada no local denominado Figueirinha, em Torres, no Estado do Rio Grande do Sul; III - à Lagoa do Peixe (Tavares, no Estado do Rio Grande do Sul), por localizar-se em Parque Nacional; IV - à lagoa dos Patos (da latitude 30° 55', confrontação com Arambaré, até a latitude 32° 10', Barra de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul); V - às lagoas costeiras de Tramandaí, Armazém, Custódia e Manoel Vicente (Tramandaí, no Estado do Rio Grande do Sul); VI - às lagoas costeiras e baías do Estado de Santa Catarina..

Instrução Normativa IBAMA nº 201, de 22 de outubro de 2008

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai (MT e MS), anualmente, no período de 05 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 3kg por dia mais um exemplar por pescador, apenas para a pesca de subsistência desembarcada. O Mato Grosso do Sul / MS permite o pesque e solte no mês de fevereiro.

Portaria SEAP/PR nº 273, de 11 de novembro de 2008

-Cria a Comissão Técnica para averiguar os procedimentos de concessão e do porte ilegal da Carteira de Pescador Profissional, no âmbito dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, na região da divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 30 de janeiro de 2009

-Proíbe qualquer modalidade de pesca na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro.

Portaria IBAMA nº 03, de 06 de março de 2009

-Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica – CGBA, Anexo I.

Instrução Normativa IBAMA nº 25, de 01 de setembro de 2009

-Estabelece o defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná (GO, MG, MS, SP e PR), anualmente, no período de 01 de novembro a 28 de fevereiro. Estabelece Cota de Captura de 10kg mais um exemplar por pescador, apenas de espécies não nativas. Não permite: a pesca em lagoas marginais e demais áreas proibidas; a captura de espécies nativas; e a pesca subaquática.

Instrução Normativa IBAMA nº 26, de 02 de setembro de 2009

-Estabelece normas gerais de pesca para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 08, de 24 de setembro de 2010

-Estabelece pelo período de 01 (um) ano, área de exclusão à pesca no trecho de 6,5km do Rio Uruguai compreendido entre a barragem da UHE Foz do Chapecó e a sua confluência com o Rio Chapecó, entre as coordenadas UTM 22J 297.473E 6.996.494N; UTM 22J 299.900E 7.001.600N.

Portaria MPA nº 69, de 23 de dezembro de 2010

-Dispõe sobre autorização de pesca para embarcações que capturam a Piramatuba, no rio Amazonas/AM.

Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 12, de 25 de outubro de 2011

-Estabelece normas gerais à pesca e no período de defeso para a bacia hidrográfica do rio Araguaia.

Portaria Interministerial nº 07, de 21 de dezembro de 2012

-Cria o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos da Bacia Amazônica/CPG Bacia Amazônica, de forma paritária, com objetivo de assessorar os Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente no uso sustentável da pesca dos recursos da Bacia Amazônica.

Portaria Interministerial nº 08, de 21 de dezembro de 2012

-Cria o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Bacia do São Francisco/CPG Bacia do São Francisco, de forma paritária, com objetivo de assessorar os Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente no uso sustentável da pesca dos recursos da Bacia do São Francisco.

LEGISLAÇÃO DE MEIO AMBIENTE
(Correlata à atividade pesqueira e aquícola)

LEI n° 6.938, de 31 de agosto de 1981

-Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente / PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986

-Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da “Avaliação de Impacto Ambiental” como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente / PNMA.

Resolução CONAMA n° 009, de 03 de dezembro de 1987

-Dispõe sobre a audiência pública para análise e discussão de EIA/RIMA.

LEI n° 7.661, de 16 de maio de 1988

-Institui o Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 013, de 06 de dezembro de 1990

-Estabelece normas de proteção dos ecossistemas contíguos às Unidades de Conservação.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL (Mato Grosso) n° 38, de 21 de novembro de 1995

-Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (São Paulo) n° 9.509, de 20 de março de 1997

-Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

-Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento da gestão ambiental instituída pela Política Nacional do Meio Ambiente / PNMA.

LEI nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais

-Dispõe sobre sanções penais e administrativas advindas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

DECRETO nº 2.519, de 16 de março de 1998

-Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

Portaria Estadual DEPRN (São Paulo) nº 17, de 30 de março de 1998

-Estabelece o rol de documentação inicial e de procedimentos para instrução de processos de licenciamento ambiental no âmbito do DEPRN.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 10.019, de 03 de julho de 1998

-Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Mato Grosso do Sul) nº 1.909, de 01 de dezembro de 1998

-Estabelece a forma de reparação dos danos ecológicos que ocasionem a mortandade de peixes em rios do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO nº 3.179, de 21 de setembro de 1999

-Dispõe sobre as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000

-Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000

-Dispõe sobre o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.

MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001

-Regulamenta o art. 225 da Constituição, e os artigos 1º, 8º, 10, 15 e 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002

-Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referente ao licenciamento ambiental. Estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação. Estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental. Institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valores referentes aos preços de análises.

DECRETO nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004

-Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 49.215, de 07 de dezembro de 2004

-Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte do Estado de São Paulo, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e sócio-econômicas, e dá outras providências.

Portaria IBAMA nº 02, de 27 de dezembro de 2004

-Dispõe sobre a necessidade imperiosa de proteção e controle do ecossistema do manguezal.

LEI nº 11.132, de 04 de julho de 2005

-Acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Conversão da Medida Provisória. nº 239, de 18 de fevereiro 2005).

Instrução Normativa MMA nº 52, de 08 de novembro de 2005

-Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa nº 05 do Ministério do Meio Ambiente, de 21 de maio de 2004, que reconhece as espécies ameaçadas de extinção.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006

-Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas.

Portaria IBAMA nº 33, de 05 de abril de 2006

-Criar o Conselho Consultivo da Reserva Biológica Augusto Ruschi.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 50.664, de 30 de março de 2006

-Cria a Estação Ecológica dos Banhados de Iguape, contígua à Estação Ecológica de Juréia-Itatins, no Município de Iguape e dá providências correlatas.

Instrução Normativa IBAMA nº 154, de 01 de março de 2007

-Institui o “Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO”.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 51.686, de 22 de março de 2007

-Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006 (Lei Específica Guarapiranga), que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga - APRM-G, e dá providências correlatas.

Portaria ICMBio nº 42, de 12 de junho de 2007

-Instala o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba/PA, criado com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

DECRETO nº 6.514, de 22 de julho de 2008

-Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Instrução Normativa MMA nº 05, de 30 de julho de 2008

-Publica as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, com as alterações estabelecidas em 13 de setembro de 2007, na XIV Conferência das Partes da referida Convenção.

DECRETO nº 6.698, de 17 de dezembro de 2008

-Declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 53.494, de 02 de outubro de 2008

-Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobrexplotadas, Ameaçadas de Sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Revogado pelo Decreto nº 56.031, de 20 de julho de 2010.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 53.525, de 08 de outubro de 2008

-Cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião, e dá providências correlatas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 53.526, de 08 de outubro de 2008

-Cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, e dá providências correlatas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 53.527, de 08 de outubro de 2008

-Cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul e a Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará, e dá providências correlatas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 53.528, de 08 de outubro de 2008

-Cria o Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, e dá providências correlatas.

LEI ESTADUAL (Santa Catarina) nº 14.675, de 13 de abril de 2009

-Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 14, de 15 de maio de 2009

-Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviços de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito do IBAMA.

Instrução Normativa IBAMA nº 20, de 03 de julho de 2009

-Dispõe sobre o licenciamento ambiental para instalação de recifes artificiais no Mar Territorial e na Zona Econômica Exclusiva brasileira.

Instrução Normativa IBAMA nº 22, de 10 de julho de 2009

-Dispõe sobre o licenciamento ambiental para instalação de recifes artificiais no Mar Territorial na Zona Econômica Exclusiva brasileira.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 13.579, de 13 de julho de 2009

-Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, e dá outras providências correlatas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 55.011, de 10 de novembro de 2009

-Dispõe sobre a criação da Unidade de Gerenciamento para implementação do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica, e dá providências correlatas.

Portaria MMA nº 414, de 20 novembro de 2009

-Institui no âmbito da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional - CCZEE, o Grupo de Trabalho para participar da elaboração do Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal.

Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03 de dezembro de 2009

-Dispõe sobre registros no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental e no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (inclui aquicultura). Pessoas físicas e jurídicas descritas no Anexo I desta Instrução Normativa são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Pessoas físicas e jurídicas descritas no Anexo II (inclui aquicultura) desta Instrução Normativa são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Para atender demandas de registro de pessoas físicas e jurídicas que realizem atividades cujo registro seja facultativo, atividades adicionais poderão ser disponibilizadas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 55.149, de 10 de dezembro de 2009

-Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, à vista das alterações introduzidas na Lei nº 118, de 29 de junho de 1973, pela Lei nº 13.542, de 08 de maio de 2009, e dá providências correlatas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 55.342, de 13 de janeiro de 2010

-Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, e dá providências correlatas.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 55.408, de 09 de fevereiro de 2010

-Dispõe sobre a implementação do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica, de que trata o Decreto Estadual (São Paulo) nº 55.011, de 10 de novembro de 2009, e dá providências correlatas.

Portaria MMA nº 100, de 07 de abril de 2010

-Cria o Grupo de Articulação e Integração do Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente.

Resolução CONAMA nº 425, de 25 de maio de 2010

-Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

DECRETO de 17 de junho de 2010

-Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas, no estado do Espírito Santo.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 56.031, de 20 de julho de 2010

-Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas, as quase ameaçadas, as colapsadas, sobreexplotadas, ameaçadas de sobreexplotação e com dados insuficientes para avaliação no estado de São Paulo e dá providências correlatas. Revoga o Decreto nº 53.494, de 02 de outubro de 2008.

Portaria MMA nº 56, de 26 de julho de 2010

-Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural – Taipa Rio do Couro, no estado de Santa Catarina.

Portaria MMA nº 60, de 27 de julho de 2010

-Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural – Refúgio do Macuco, no estado de Santa Catarina.

Portaria ICMBio nº 85, de 27 de agosto de 2010

-Aprova o “Plano de Ação Nacional/PAN” para a Conservação de Sirênios.

Portaria ICMBio nº 86, de 2 de agosto de 2010

- Aprova o “Plano de Ação Nacional/PAN” para a Conservação de Mamíferos Aquáticos – Pequenos Cetáceos.

Portaria ICMBio nº 91, de 27 de agosto de 2010

- Aprova o “Plano de Ação Nacional/PAN” da Toninha, pequeno cetáceo ameaçado de extinção.

Portaria ICMBio nº 96, de 27 de agosto de 2010

- Aprova o “Plano de Ação Nacional/PAN” para a Conservação dos Mamíferos Aquáticos - Grandes Cetáceos e Pinípedes

Portaria MPA nº 423, de 12 de novembro de 2010

-Cria a Comissão Técnica sobre Recifes de Coral.

Instrução Normativa MMA nº 01, de 09 de dezembro de 2010

-Publica as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da “Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – Cites”, com as alterações estabelecidas na “XV Conferência das Partes” da referida Convenção, e revoga a Instrução Normativa MMA nº 05, de 30 de julho de 2008.

Portaria ICMBio nº 131, de 14 de dezembro de 2010

-Aprova o “Plano de Ação Nacional/PAN”, para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul – nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 14 de março de 2011

-Altera a redação dos itens 2 e 5 do Anexo IV da Instrução Normativa IBAMA 031/2009, de 03 de dezembro de 2009, publicada no DOU de 04 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo IV – Informações a constar no relatório anual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais

(...) 2A - Comercialização de Espécimes da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica, Partes e Produtos – SisFauna Exclusivamente para os empreendimentos sujeitos ao cadastro no SISFAUNA, comercializem partes, produtos da fauna silvestre e pertençam às categorias 16.15 (abatedouro / frigorífico), 20.23 (criador comercial da fauna silvestre nativa e exótica) e 20.24 (estabelecimento comercial da fauna silvestre nativa e exótica).

LEI (São Paulo) nº 14.366, de 15 de março de 2011

-Incluí no monitoramento das praias desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental/CETESB a análise periódica da qualidade da areia das praias do litoral, dos rios e represas do Estado de São Paulo.

Instrução Normativa Conjunta IBAMA ICMBio nº 01, de 27 de maio de 2011

-Estabelece as áreas de período de restrição periódica para as atividades de exploração e produção de óleo e gás, incluindo as etapas de levantamentos de dados sísmicos, perfuração de poços petrolíferos, instalação ou lançamento de dutos para escoamento de óleo, gás e água de produção, instalação de unidade de rebombeio de óleo, gás e água de produção e sondagens geotécnicas marinhas, em áreas prioritárias para a conservação de tartarugas marinhas na costa brasileira.

Portaria MMA nº 185, de 31 de maio de 2011

-Institui, no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, Comissão Técnica sobre Manguezais, com a finalidade de elaborar subsídios para um Programa Nacional para a Conservação dos Manguezais, estudar, propor e acompanhar a execução de ações, políticas, programas e projetos para o referido ecossistema e os demais ambientes associados.

Portaria ICMBio nº 43, de 29 de junho de 2011

-Cria no âmbito do Instituto Chico Mendes, a Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB), com atuação em todo território nacional, e cuja finalidade é otimizar o monitoramento e atendimento a encalhes e capturas em artes de pesca, bem como o desenvolvimento de pesquisa e armazenamento de informações em banco de dados nacional sobre mamíferos aquáticos, para viabilizar o intercâmbio de informações entre as instituições que trabalham com mamíferos aquáticos no Brasil.

Portaria Conjunta MMA ICMBio nº 225, de 30 de junho de 2011

-Cria, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, o Comitê de Compensação Ambiental Federal/CCAF.

DECRETO nº 7.515, de 08 de julho de 2011

-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes/ICMBio, e altera o Decreto no 3.607, de 21 de setembro de 2000, que dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção/CITES. Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes/ICMBio, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Portaria ICMBio nº 57, de 12 de julho de 2011

-Fica instituído o Grupo Estratégico Assessor para acompanhar a implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sirênios/PAN Sirênios.

Portaria ICMBio nº 58, de 12 de julho de 2011.

-Fica instituído o Grupo Estratégico Assessor para acompanhar a implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Pequenos Cetáceos/PAN Pequenos Cetáceos.

Portaria MMA nº 295, de 03 de agosto de 2011

-Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente/FNMA, na forma do anexo a esta Portaria.

Instrução Normativa ICMBio nº 17, de 15 de agosto de 2011

-Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.

Portaria Conjunta MMA IBAMA ICMBio n° 325, de 19 de agosto de 2011

-Estabelece regime de cooperação para desenvolvimento de atividades relativas ao Cadastro Ambiental Rural, ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e ao Monitoramento e Controle de Emissão de Gases de Efeito Estufa.

Portaria ICMBio n° 607, de 13 de setembro de 2011.

-Fica estabelecido o Grupo Estratégico para Conservação e Manejo do Plano de Ação Nacional - PAN Grandes Cetáceos a fim de acompanhar a implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Mamíferos Aquáticos - Grandes Cetáceos e Pinípedes.

LEI n° 12.512, de 14 de outubro de 2011

-Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n° 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Para a participação no Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: I - encontrar-se em situação de extrema pobreza; II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e III - desenvolver atividades de conservação nas áreas previstas.

Portaria Interministerial MMA MJ MC MS n° 419, de 26 de outubro de 2011

-Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007. Esta Portaria regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, da Fundação Cultural Palmares/FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e do Ministério da Saúde, incumbidos da elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA.

Portaria MMA nº 424, de 26 de outubro de 2011

-Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados às companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Os procedimentos específicos descritos nesta Portaria se aplicam apenas aos portos e aos terminais aqui previstos, que já estejam implantados e em operação sem licença ambiental, excetuadas as obras de ampliação e as atividades de dragagem, que estarão sujeitas a procedimento regular de licenciamento ambiental.

Portaria Interministerial MMA SEP/PR nº 425, de 26 de outubro de 2011

-Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária/RGAP de portos e terminais portuários marítimos, inclusive os outorgados às Companhias Docas, vinculadas à SEP/PR conforme previsto no ANEXO I do Decreto nº 7.262, de 12 de agosto de 2010.

Instrução Normativa IBAMA nº 14, de 27 de outubro de 2011

-Altera e acresce dispositivos à Instrução Normativa nº 184/2008, que dispõe sobre procedimento de licenciamento ambiental.

Portaria IBAMA nº 1.575, de 04 de novembro de 2011

-Delega competência ao Superintendente Estadual do IBAMA no Estado do Paraná, para adotar todos os atos administrativos necessários à desativação das Bases Avançadas do Ibama nos Municípios de Loanda, Paranavaí, Francisco Beltrão, Guaira, Cascavel e Londrina, firmando Termo de Cessão de imóveis, observada a legislação vigente sobre o assunto, e celebrando Acordo de Cooperação Técnica e Operacional com os Municípios, com vistas ao fortalecimento das ações necessárias à proteção do meio ambiente.

Instrução Normativa Conjunta IBAMA ICMBio nº 02, de 21 de novembro de 2011

-Estabelece áreas de restrição permanente e áreas de restrição periódica para atividades de aquisição de dados sísmicos de exploração de petróleo e gás em áreas prioritárias para a conservação de mamíferos aquáticos na costa brasileira.

Resolução do Serviço Florestal Brasileiro nº 07, de 21 de dezembro de 2011

-Publica o Plano Anual de Aplicação Regionalizada / PAAR 2012, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, na forma do Anexo.

Resolução Conjunta SMA SAA SJDC (Estado de São Paulo) nº 01, de 27 de dezembro de 2011

-Determina que os empreendimentos e atividades listados a seguir, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador ficam dispensados de licença ambiental desde que o interessado preencha e apresente a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária, observando integralmente os requisitos definidos no Artigo 2º desta Resolução Conjunta e que não implique intervenção em áreas de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa:

- I. cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes;
- II. criação de animais domésticos de interesse econômico, exceto as atividades de avicultura, suinocultura e aquicultura, desde que estas não sejam de subsistência;
- III. apicultura em geral e ranicultura;
- IV. reforma e limpeza de pastagens quando a vegetação a ser removida seja constituída apenas por estágio pioneiro de regeneração de acordo com a legislação vigente; e
- V. projetos de irrigação.

-A implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias existentes destinadas a atividades agropecuárias, quando não implicarem supressão de vegetação nativa ficam dispensados de licença ambiental nos termos deste artigo, não sendo dispensada a obtenção de outorga ou cadastro para a utilização do recurso hídrico, nos termos do Decreto Estadual nº 41.258, de 31 de outubro de 1996.

Portaria ICMBio nº 15, de 17 de fevereiro de 2012

-Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis/PLANACAP, contemplando 10 espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.

Portaria ICMBio nº 16, de 17 de fevereiro de 2012

-Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Fauna da Região do Baixo e Médio Xingu - PAN Baixo e Médio Xingu, estabelecendo espécies-alvo, sua abrangência geográfica, objetivo geral, objetivos específicos, formas de coordenação e supervisão.

Portaria MMA nº 58, de 17 de fevereiro de 2012

-Designa os representantes para a função de membro do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente/FNMA.

Portaria APTA SAA (Estado de São Paulo) nº 225, de 29 de março de 2012

-Estabelece atribuições das Unidades da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios/APTA para orientação da programação técnico científica, relacionada ao Patrimônio Genético de Espécies Vegetais e Animais e de Variedades e Cultivares.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) Nº 57.933, de 02 de abril de 2012

-Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente e dá providências correlatas.

Portaria ICMBio nº 48, de 13 de abril de 2012

-Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional Nascentes do Lago Jari/AM.

Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012

-Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Portaria MMA nº 408, de 13 de novembro de 2012

-Institui a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade.

Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013

-Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 58.996, de 25 de março de 2013

-Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista e dá providências Correlatas.

Resolução SMA (Estado de São Paulo) nº 25, de 10 de abril de 2013

-Disciplina o licenciamento ambiental dos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS, no âmbito da Legislação Estadual de Proteção e Recuperação dos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Billings e Guarapiranga.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 59.093, de 15 de abril de 2013

-Institui, junto à Casa Civil, os Planos de Despoluição dos Rios da Região Metropolitana de São Paulo e de Requalificação Urbana e Social das Marginais do Sistema Tietê-Pinheiros e dá providências correlatas.

Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27 de maio de 2013

-Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental/CTF-AIDA.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 59.261, de 05 de junho de 2013

-Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo/SICAR-SP, e dá providências correlatas.

Portaria ICMBio nº 198, de 19 de junho de 2013

-Aprova o “Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção”, contemplando cinquenta e três espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.

Portaria ICMBio nº 268, de 25 de junho de 2013

-Institui o Grupo Assessor do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção - PAN Rivulídeos.

Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013

-Dispõe sobre o depósito e guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

LEI nº 12.829, de 20 de Junho de 2013

-Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.

Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 19 de julho de 2013

-Reestrutura o Programa “Quelônios da Amazônia – PQA”, que tem como objetivo geral promover o fomento, a conservação e a recuperação dos quelônios in situ e ex situ, por meio da estruturação de modelos de uso sustentável que levem em consideração os aspectos ambientais, bem como, os aspectos sociais, econômicos, e culturais das comunidades ribeirinhas, assegurando a manutenção dos processos ecológicos básicos e a qualidade ambiental das áreas de sua distribuição natural.

Instrução Normativa ICMBio nº 34, de 17 de outubro de 2013

-Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.

LEI nº 12.892, de 13 de dezembro de 2013

-Declara o ambientalista Chico Mendes Patrono do Meio Ambiente Brasileiro.

Portaria Normativa IBAMA nº 35, de 26 de dezembro de 2013

-Determina que a partir de 1º de janeiro de 2014, todos os termos próprios de fiscalização ambiental deverão ser lavrados por meio do Sistema de Auto de Infração Eletrônico - AI-e. Determina, ainda, que os formulários impressos dos referidos termos só poderão ser utilizados em casos extraordinários e de contingência, devidamente justificados.

Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 30 de dezembro de 2013

-Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA, para automação e gerenciamento do procedimento de Licenciamento Ambiental Federal, acompanhamento do andamento de processos pelos interessados e para disponibilização de informações ambientais.

Legislação Ambiental sobre Área de Preservação Permanente / APP

(Correlata à atividade pesqueira e aquícola)

LEI nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal

-Institui o novo Código Florestal.

LEI ESTADUAL (Rio Grande Do Sul) nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992

-Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (Paraná) nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995

-Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado do Paraná.

Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002

-Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002

-Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006

-Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente / APP.

Instrução Normativa MMA nº 05, de 08 de setembro de 2009

-Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal.

LEGISLAÇÃO DE GESTÃO DO RECURSO ÁGUA

(Correlata à atividade pesqueira e aquícola)

DECRETO nº 24.643, de 10 de julho de 1934 – Código de Águas

-Decreta o Código de Águas.

LEI nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997

-Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

LEI nº 9.984, de 17 de julho de 2000

-Cria a Agência Nacional de Águas - ANA, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Resolução do Comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul / CEIVAP nº 08, de 06 de dezembro de 2001

-Estabelece a outorga e a cobrança da água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

DECRETO nº 4.613, de 11 de março de 2003

-Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências.

DECRETO de 10 de outubro de 2003

-Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada representativa dos atingidos por barragens, e encaminhar propostas para o equacionamento dos pleitos apresentados.

LEI nº 10.881, de 09 de junho de 2004

-Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Água relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005

-Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências (Revoga a Resolução CONAMA Nº 20, de 18 de junho de 1986).

Resolução CNRH nº 54, de 28 de novembro de 2005

Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais que regulamentem e estimulem a prática de reúso direto não potável de água em todo o território nacional, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005

-Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 50.667, de 30 de março de 2006

-Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Resolução CNRH nº 65, de 07 de dezembro de 2006

-Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.

Resolução CONAMA n° 397, de 03 de abril de 2008

-Altera o inciso II do § 4o e a Tabela X do § 5o, ambos do art.34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA n° 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

LEI ESTADUAL (São Paulo) n° 13.007, de 15 de maio de 2008

-Institui o Programa de Proteção e Conservação das Nascentes de Água.

Resolução CNRH n° 91, de 05 de novembro de 2008

-Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) n° 55.008, de 10 de novembro de 2009

-Aprova e fixa os valores a serem aplicados na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê.

Resolução CNRH n° 109, de 13 de abril de 2010

-Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União/UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.

LEI n° 12.334, de 20 de setembro de 2010

-Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei n° 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e do art. 4° da Lei n° 9.984, de 17 de julho de 2000.

Resolução Conjunta ANA DAEE/SP nº 614, de 09 de novembro de 2010

-Dispõe sobre as condições de operação dos reservatórios do Sistema Cantareira no período de controle das cheias.

Resolução ANA nº 662, de 29 de novembro de 2010

-Estabelece procedimentos acerca das atividades de fiscalização do uso de recursos hídricos em corpos d'água da União exercidas pela Agência Nacional de Águas/ANA.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 56.501, de 09 de dezembro de 2010

-Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, na Bacia Hidrográfica da Baixada Santista.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 56.503, de 09 de dezembro de 2010

-Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

Resolução MMA nº 117, de 16 de dezembro de 2010

- Estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto-CTAP, da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas-CTAS, da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia-CTCT, da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços-CTGRHT, e da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras-CTPOAR, e dá outras providências.

Resolução CNRH nº 121, de 16 de dezembro de 2010

-Estabelece diretrizes e critérios para a prática de reúso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal, definida na Resolução CNRH no 54, de 28 de novembro de 2005.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 56.570, de 22 de dezembro de 2010

-Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011

-Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes. Complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA.

Moção CNRH nº 58, de 29 de junho de 2011

-Recomenda a instituição da Conferência Nacional de Águas / CONÁGUAS.

Resolução CNRH nº 122, de 29 de junho de 2011

Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2012/2013.

Resolução CNRH nº 123, de 29 de junho de 2011

-Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Resolução CNRH nº 124, de 29 de junho de 2011

-Cria Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Resolução CNRH nº 125, de 29 de junho de 2011

-Aprova os parâmetros para usos de pouca expressão para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União, na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Resolução CNRH nº 126, de 29 de junho de 2011

-Estabelece diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Resolução ANA nº 125, de 17 de abril de 2012

-Concede outorga de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, no Açude Castanhão (rio Jaguaribe), Municípios de Alto Santo, Nova Jaguaribara, Jaguaretama e Jaguaribe/Ceará, para fins de aquicultura.

Resolução ANA nº 161, de 07 de maio de 2012

-Concede outorga de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, Reservatório da UHE de Volta Grande (rio Grande), Município de Miguelópolis/São Paulo, para fins de aquicultura.

Resolução ANA nº 162, de 07 de maio de 2012

-Concede outorga de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, Reservatório da UHE de Canoas I (rio Paranapanema), Município de Candido Mota/São Paulo e Itambaracá/Paraná, para fins de aquicultura.

Resolução ANA nº 163, de 07 de maio de 2012

-Concede outorga de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, Reservatório da UHE de Ponte de Pedras (rio Correntes), Município de Itiquira/Mato Grosso, para fins de aquicultura.

Resolução ANA nº 172, de 22 de maio de 2012

-Concede outorga preventiva de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Municípios de Belém de São Francisco e Itacurubá/Pernambuco, para fins de aquicultura.

Resolução CNRH nº 143, de 10 de julho de 2012

-Estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012

-Estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei no 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Resolução ANA nº 354, de 13 de agosto de 2012

-Concede outorga preventiva de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, Reservatório da UHE Governador José Richa/Salto Caxias (rio Iguaçu), Municípios de Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Nova Prata do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu/Estado do Paraná, para fins de aquicultura.

Resolução ANA nº 463, de 03 de setembro de 2012

-Aprova condicionantes relativas a sistemas de transposição de desnível para a navegação em declarações de reserva de disponibilidade hídrica e outorgas de direito de uso de recursos hídricos de aproveitamentos hidrelétricos em cursos d'água de domínio da União.

Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012

-Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015.

Resolução ANA nº 149, de 14 de janeiro de 2013

-Concede outorga preventiva de direito de uso de recursos hídricos ao Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Municípios de Belém de São Francisco e Itacuruba/Pernambuco, para fins de aquicultura.

Resolução ANA nº 163, de 29 de janeiro de 2013

-Indefere com base no art. 13 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e no art. 6º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o pedido de outorga preventiva de uso de recursos hídricos formulado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, para piscicultura em tanques rede no Açude Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, situado no rio Piranhas-Açu, no Município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte, considerando que não há disponibilidade hídrica para diluir as cargas de fósforo geradas pelo empreendimento e que, conseqüentemente, a emissão da outorga solicitada desrespeitaria a classe de enquadramento do corpo hídrico.

Resolução ANA nº 353, de 11 de março de 2013

-Define escala e base cartográfica oficial para apoio à classificação dos cursos d'água quanto ao domínio. Adota a hidrografia registrada nas cartas gerais contínuas, homogêneas e articuladas em escala 1:1.000.000 (escala do milionésimo) do mapeamento sistemático brasileiro produzidas pelas instituições oficiais responsáveis pela elaboração da Norma Técnica para Cartas Gerais – NCB.

Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013

-Aprova o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas/PROGESTÃO e dá outras providências.

Resolução ANA nº 644, de 20 de maio de 2013

- Aprova o Regulamento do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES para o exercício de 2013 e dá outras providências.

Resoluções ANA/Superintendência de Regulação, de 05 de julho de 2013

-Emitem as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos à:

Nº 861 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Alvorada do Sul/Paraná, preventiva, aquicultura;

Nº 862 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Alvorada do Sul/Paraná, preventiva, aquicultura;

Nº 863 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Alvorada do Sul/Paraná, preventiva, aquicultura;

Nº 864 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Rancharia/São Paulo, preventiva, aquicultura;

Nº 865 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Iepê/São Paulo, preventiva, aquicultura;

Nº 866 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Alvorada do Sul/Paraná, preventiva, aquicultura;

Nº 867 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Alvorada do Sul/Paraná, preventiva, aquicultura;

Nº 868 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Nantes/São Paulo, preventiva, aquicultura.

Resolução ANA/Superintendência de Regulação nº 877, de 17 de julho de 2013

-Outorga ao Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA o direito de uso dos recursos hídricos para aquicultura (piscicultura em tanques-rede) no Açude Castanhão, situado no rio Jaguaribe, Municípios de Alto Santo, Nova Jaguaribara, Jaguaretama e Jaguaribe, Estado do Ceará.

Resolução ANA nº 903, de 22 de julho de 2013

-Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais – RNQA e estabelece suas diretrizes.

Resolução Conjunta SMA SSRH (Estado de São Paulo) nº 01, de 24 de julho de 2013

-Dispõe sobre o planejamento e gestão das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, e suas atribuições compartilhadas entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA, por meio de suas Coordenadorias e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, e a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH, por meio de suas Coordenadorias e da Unidade de Gerenciamento de Programas - UGP Programa Mananciais.

Resolução ANA nº 1.066, de 27 de agosto de 2013

-Emite a outorga de uso de recursos hídricos à União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Três Marias (rio São Francisco), Municípios de Morada Nova de Minas e Três Marias/Minas Gerais, aquicultura.

Resoluções ANA, de 03 de setembro de 2013

-Emitem as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.102 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Santa Rita do Novo Destino/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 963, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.103 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 964, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.104 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Palmeira, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 965, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.105 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Coral, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 966, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.106 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Castelo, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 967, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.107 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Ema, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 970, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.108 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Estreito, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 971, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.109 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Rio do Peixe, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 972, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.110 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Nossa Senhora de Santana, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 973, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.111 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Quebra Pau, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 974, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.112 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Toca do Lobo, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 975, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.113 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Passa Três, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 976, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.114 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Borges Vieira, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 977, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.115 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Recanto do Pescador I, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 978, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.116 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Pesca Futura, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Santa Rita do Novo Destino/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 979, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.117 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Córrego D'Ouro, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 980, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.118 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Olho D'Água, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 981, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.119 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Serrinha, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 982, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.120 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Titara, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 983, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.121 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola União, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 984, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.122 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Córrego Novo, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 985, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.123 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Traíra, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 986, de 05 de agosto de 2013, publicada no DOU em 9 de agosto de 2013, seção 1, página 110.

Nº 1.124 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Recanto do Pescador 2, Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Uruaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 987, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.125 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Caiçara Reservatório da UHE Serra da Mesa (rio Tocantins), Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 988, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.126 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Carmo 4, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Cavalcante/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 989, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.127 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Renascer, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Minaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 990, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.128 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Carmo I, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Cavalcante/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 991, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.129 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Conquista, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Minaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 992, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.130 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Carmo 2, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Cavalcante/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 993, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.131 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Três Pontes, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Minaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 994, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.132 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Porto 1, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Minaçu/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 995, de 05 de agosto de 2013;

Nº 1.133 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Parque Aquícola Carmo 3, Reservatório da UHE Cana Brava (rio Tocantins), Município de Cavalcante/Goiás, aquicultura. Fica revogada a Resolução de nº 996, de 05 de agosto de 2013.

Resoluções ANA/Superintendência de Regulação, de 06 de setembro de 2013

-Emitem as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.144 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, rio São Francisco, Município de Pão de Açúcar/Alagoas, aquicultura;

Nº 1.145 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Xingó (rio São Francisco), Município de Canindé do São Francisco/Sergipe, aquicultura.

Resoluções ANA, de 09 de setembro de 2013

-Emitem as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.148 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.149 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.150 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.151 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.152 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.153 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.154 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura;

Nº 1.155 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso (rio Manso), Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura.

Resoluções ANA, de 18 de outubro de 2013

-Emitem as outorgas preventivas de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.227 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Armando A. Laydner/Jurumirim (rio Paranapanema), Município de Itaí/São Paulo, aquicultura;

Nº 1.228 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itumbiara (rio Paranaíba), Município de Corumbá/Goiás, aquicultura;

Nº 1.229 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Volta Grande (rio Grande), Município de Água Comprida/Minas Gerais, aquicultura;

Nº 1.239 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Chavantes (rio Paranapanema), Município de Ribeirão Claro/Paraná, aquicultura;

Nº 1.240 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Chavantes (rio Paranapanema), Município de Ribeirão Claro/Paraná, aquicultura;

Nº 1.245 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE São Simão, situado no rio Paranaíba, Município de Inaciolândia/Goiás, aquicultura;

Nº 1.246 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de São Simão/Goiás, aquicultura;

- Nº 1.247 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de Inaciolândia/Goiás, aqüicultura;
- Nº 1.248 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Canoas I (rio Paranapanema), Município de Itambaracá/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.249 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Canoas I (rio Paranapanema), Município de Itambaracá/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.250 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Canoas I (rio Paranapanema), Município de Itambaracá/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.251 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Leopólis/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.252 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Leopólis/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.253 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Capivara (rio Paranapanema), Município de Porecatu/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.280 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Taquaruçu (rio Paranapanema), Município de Santo Inácio/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.281 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Taquaruçu (rio Paranapanema), Município de Itaguajé/Paraná, aqüicultura;
- Nº 1.282 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Taquaruçu (rio Paranapanema), Município de Santa Inês/Paraná, aqüicultura.

LEGISLAÇÃO DE DEFESA E SANIDADE DOS PRODUTOS PESQUEIROS**NÍVEL FEDERAL****LEI nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950**

-Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

LEI nº 7.889, de 23 de novembro de 1989

-Determina que a inspeção sanitária dos produtos de origem animal é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LEI nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor

-Dispõe sobre a proteção do consumidor e da outras providências.

LEI nº 8.080, de 19 de setembro de 1990

-Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Portaria MAPA nº 185, de 13 de maio de 1997

-Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Peixe Fresco [inteiro e eviscerado].

LEI nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999

-Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

DECRETO nº 5.564, de 19 de outubro de 2005

-Institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – CNCMB e dá outras providências.

LEI nº 11.236, de 24 de julho de 2006

-Dispõe sobre a Agricultura Familiar e dá outras providências.

DECRETO nº 7.024, de 07 de dezembro de 2009

-Regulamenta a alínea “e” do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios), que versa sobre a sanidade pesqueira e aquícola, na parte que compete ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Mantém, ainda, competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a matéria.

Portaria MAPA/SDA nº 406, de 10 de agosto de 2010

-Submete à consulta pública, por um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta portaria, o projeto de instrução normativa com seus anexos, que visa aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Conservas de Sardinhas.

Portaria MAPA/SDA nº 459, de 10 de setembro de 2010

-Submete à consulta pública, por um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta portaria, o projeto de instrução normativa, com seus anexos, que visa aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade para Peixe Congelado, e dá outras providências.

Instrução Normativa MPA nº 03, de 13 de abril de 2012

-Institui a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - RENAQUA, responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como o desenvolvimento contínuo de novas metodologias analíticas. A missão da RENAQUA é contribuir para a proteção sanitária dos organismos aquáticos e para a segurança do alimento obtido de recursos pesqueiros.

LEI nº 12.873, de 24 de outubro de 2013

-Autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de

introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente, dentre outros dispositivos gerais da administração pública.

DECRETO nº 8.133, de 28 de outubro de 2013

-Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e dá outras providências.

Instrução Normativa MPA nº 18, de 05 de novembro de 2013

-Estabelece as normas para habilitação de médicos veterinários que atuam no setor privado, referentes à realização de coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA), para fins de execução de atividades de defesa sanitária de animais aquáticos no âmbito de atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

NÍVEL ESTADUAL – ESTADO DE SÃO PAULO**LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 8.208, de 20 de dezembro de 1992**

-Dispõe sobre a inspeção sanitária dos produtos de origem animal no âmbito Estadual, determinando à Coordenadoria de Defesa Agropecuária, através do Centro de Inspeção dos Produtos de Origem Animal/CIPOA a competência de exercê-la.

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 36.964, de 23 de junho de 1993

-Regulamenta a Lei 8.208, de 20 de dezembro de 1992.

Resolução SAA (Estado de São Paulo) nº 24, de 01 de agosto de 1994

-Estabelece as normas técnicas da inspeção estadual, incluindo os Entrepostos de Pesca e Fabricas de Conserva de Pescado.

LEI ESTADUAL (São Paulo) nº 10.083, de 23 de setembro de 1998

-Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

NÍVEL MUNICIPAL – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP**LEI MUNICIPAL (Município de São Paulo/SP) nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004**

-Institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

DECRETO MUNICIPAL (Município de São Paulo/SP) nº 44.577, de 07 de abril de 2004

-Regulamenta a Lei municipal nº 13725, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Código Sanitário do Município de São Paulo; disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária e estabelece os procedimentos administrativos de Vigilância em Saúde.

Portaria SMS.G (Município de São Paulo/SP) nº 297, de 22 de maio de 2004

-Determina que os estabelecimentos e equipamentos de interesse da saúde devem ser cadastrados no Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária (CMVS).

Portaria SMS.G (Município de São Paulo/SP) nº 365, de 27 de maio de 2004

-Credencia as autoridades sanitárias no âmbito de suas respectivas competências.

LEGISLAÇÃO DE OUTROS RAMOS DO DIREITO

(Correlata à atividade pesqueira e aquícola)

DECRETO nº 64.063, de 05 de fevereiro de 1969

-Regulamenta a Lei nº 2.419, de 10 de fevereiro de 1955, que instituiu a Patrulha Costeira.

DECRETO LEGISLATIVO nº 05, de 09 de novembro de 1987

-Aprova a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.

DECRETO LEI nº 96.000, de 02 de maio de 1988

-Dispõe sobre a realização de pesquisa e investigação científica.

LEI nº 8.617, de 04 de janeiro de 1993

-O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas marítimas de largura.

DECRETO nº 1.530, de 22 de junho de 1995

-Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Ratificada pelo governo brasileiro em 22 de dezembro de 1988.

Obs.: A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em conformidade com o seu art. 308, parágrafo 1 (alcance da sexagésima ratificação), entrou em vigor no dia 16 de novembro de 1994.

Portaria DPC/MM nº 52, de 30 de outubro de 1995

-Aprova normas para emissão de pareceres relativos à concessão de terrenos da União e outras atividades realizadas em áreas de marinha.

LEI nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997

-Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

LEI nº 10.683, de 28 de maio de 2003

-Disciplina a organização da Presidência da República, dos Ministérios e dá outras providências.

DECRETO nº 4.983, de 10 de fevereiro de 2004

-Estabelece os pontos apropriados para o traçado das Linhas de Base Retas ao longo da costa brasileira e dá outras providências.

LEI nº 10.893, de 13 de julho de 2004

-Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.

DECRETO nº 5.140, de 13 de julho de 2004

-Regulamenta o art. 31 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que trata da subvenção ao prêmio do seguro garantia, modalidade executante construtor, para construção de embarcações e dá outras providências.

DECRETO nº 5.560, de 07 de outubro de 2005

-Altera dispositivos do Decreto nº 5.140, de 13 de julho de 2004. Estabelece como beneficiários da subvenção ao prêmio de seguro garantia, modalidade executante construtor, os armadores ou os estaleiros brasileiros adimplentes com a União, que contratem a construção de embarcações para cujo financiamento se exija o respectivo seguro garantia.

Instrução Normativa Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT/MTE nº 70, de 13 de agosto de 2007

-Dispõe sobre os procedimentos da fiscalização das condições do trabalho, segurança e saúde de vida a bordo de embarcações nacionais e estrangeiras.

DECRETO nº 6.678, de 08 de dezembro de 2008

-Aprova o VII Plano Setorial para os Recursos do Mar.

LEI nº 11.970, de 06 de julho de 2009

-Torna obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações, de forma a proteger passageiros e tripulações do risco de acidentes. Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

LEI nº 12.305, de 02 de agosto de 2010

-Institui a Política Nacional de resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como, sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

DECRETO nº 7.353, de 04 de novembro de 2010

-Dispõe sobre o remanejamento de cargos e de Centros Especializados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ ICMBio, para o IBAMA.

Portaria MMA nº 420, de 26 de outubro de 2011

-Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais.

Portaria Interministerial MMA MT nº 423, de 26 de outubro de 2011

-Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis/PROFAS, para a regularização ambiental das rodovias federais pavimentadas que não possuem licença ambiental.

Resolução MD nº 01, de 24 de abril de 2012

-Resolve alterar a denominação do Comitê Executivo de "Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar/PPG-Mar" para "Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar/PPG-Mar", com a seguinte composição, que permanece inalterada:

I - Coordenador:

- Ministério da Educação/MEC.

II - Membros:

- Ministério da Defesa/MD;

- Ministério das Minas e Energia/MME;

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/MCTI;

- Ministério do Meio Ambiente/MMA;

- Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA;

- Estado-Maior da Armada/EMA MB;

- Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar/SECIRM MB;

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA;

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio;

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq;

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES;

- Universidades com cursos de graduação em Ciências do Mar (dois); e

- Universidades com cursos de pós-graduação em Ciências do Mar (dois).

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 58.016, de 02 de maio de 2012

-Institui o Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas.

Resolução MF BC nº 04, de 23 de agosto de 2012

-Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 10) para aplicação a partir da Safra 2012/2013:

- O item 41 da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR), passa a vigorar com a seguinte redação:

"41 - Os custos relativos à elaboração de projetos para outorga de uso da água e para licenciamento ambiental, inclusive taxas e despesas cartorárias, bem como os custos para legalização de áreas de terra, podem ser financiados nas operações de custeio e/ou investimento, até o limite de 15% (quinze por cento) do crédito financiado, desde que a destinação da verba conste de proposta simplificada do crédito ou de projeto técnico." (NR)
Art. 2º Os itens 1 e 7 da Seção 4 (Créditos de Custeio) do Capítulo 10 do MCR, passam a vigorar com a seguinte redação:

"1 - Os créditos de custeio são destinados exclusivamente aos beneficiários do Pronaf de que trata o MCR 10-2, exceto para aqueles enquadrados nos Grupos "A" e "A/C".

7 - a) b) para a pesca artesanal: deve ser fixado por prazo de até 185 (cento e oitenta e cinco) dias após o fim do período de defeso da espécie alvo”.

Resolução SAA (Estado de São Paulo) nº 62, de 11 de setembro de 2012

-Autoriza os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/CATI, por esta relacionados, a emitirem a Declaração de Aptidão ao FEAP/BANAGRO – DAF, bem como a firmarem, em nome desta Secretaria, nos municípios sob administração dos respectivos Escritórios de Desenvolvimento Rural, até 31 de dezembro de 2012, os Termos de Compromissos, a que se refere o artigo 9.º, inciso II, da Lei 7.964, de 16 de julho de 1992, e suas alterações; para execução dos programas e projetos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – o Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, conforme disposto na aludida norma legal, nos decretos específicos e nas deliberações do Conselho de Orientação do Fundo, convalidando, neste ato, os instrumentos já firmados a partir do dia 1º de janeiro de 2012.

Resolução Casa Civil (Estado de São Paulo) nº 110, de 11 de setembro de 2012

-Institui Grupo Técnico com o objetivo de promover estudos e propor medidas para garantir a operacionalidade da Hidrovia Tietê-Paraná.

Resolução MF BC nº 4.136, de 27 de setembro de 2012

-Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da safra 2012/2013.

“Art. 2º O item 5 da Seção 5 (Créditos de Investimento - Pronaf Mais Alimentos) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"5 - ... e) no caso de aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca, o tomador do crédito deve apresentar anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)”.

LEI ESTADUAL (Santa Catarina) nº 15.922, de 06 de dezembro de 2012

-Declara a pesca artesanal da tainha, como patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina.

Portaria IBAMA nº 07, de 17 de abril de 2013

-Considerando a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA pela Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, e as competências que lhe foram atribuídas; Considerando o "sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros" a que se refere o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, que "regulamenta a competência conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente"; e, Considerando o que consta no processo nº 02009.001474/2012-66, resolve: Revogar a Portaria nº 18, de 21 de setembro de 2009.

Portaria MD MB/Comando da Marinha nº 222, de 23 de abril de 2013

-Cria o Grupo de Trabalho "Uso Compartilhado do Ambiente Marinho", com o propósito de analisar, estudar e propor diretrizes e orientações, além de sua base institucional,

normativa e regulatória, que possam ser utilizadas em apoio aos processos de tomada de decisões relacionadas ao uso do mar, tanto em nível governamental quanto privado.

Portaria MD MB/Comando da Marinha nº 223, de 23 de abril de 2013

-Cria o Comitê Executivo do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil), subordinado ao Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), com o propósito de estruturar, manter e difundir o Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil) à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

Resolução MD MB CIRM/SECIRM nº 01, de 23 de abril de 2013

-Considerando que a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), aprovada pelo Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005, estabelece que dentre as ações a serem empreendidas para alcançar seus objetivos, incluem-se as de: "promover a gestão integrada dos ambientes costeiro e oceânico, visando o uso sustentável dos recursos do mar" e "sugerir a atualização da legislação brasileira visando a sua aplicação em todos os aspectos concernentes aos recursos do mar, à gestão integrada das zonas costeiras e oceânicas e aos interesses marítimos nacionais". Aprova a criação de um GT para a análise, estudo e proposição de diretrizes e orientações, além de sua base institucional, normativa e regulatória, afetas ao "Uso Compartilhado do Ambiente Marinho". O GT, sob a coordenação da SECIRM/MB, tem a participação da Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil/PR), Ministério da Defesa (MD), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério dos Transportes (MT), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Esporte (ME), Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e Estado Maior da Armada (EMA/MB).

DECRETO ESTADUAL (São Paulo) nº 59.131, de 29 de abril de 2013

-Aprova o “Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural”, com emprego de recursos do “Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar - FEAP/BANAGRO”, e dá providências correlatas. O projeto abrangerá todos os municípios do Estado de São Paulo e as atividades agropecuárias, florestais e aquícolas de importância econômica estadual.

Deliberação SAA Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista/FEAP (Estado de São Paulo) CO nº 06, de 06 de maio de 2012

-Estabelece os critérios, condições e limites globais e individuais da subvenção para o “Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção – Anos Agrícolas 2012/2013 e 2013/2014”.

Deliberação SAA Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista/FEAP (Estado de São Paulo) CO nº 07, de 09 de maio de 2012

-Estabelece os critérios, condições e limites globais e individuais de subvenção para a operacionalização do “Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural – Ano 2013”.

Portaria Interministerial MS MPA nº 1.073, de 04 de junho de 2013

-Institui Comitê Interministerial de Atenção Integral à Saúde dos Pescadores e Aquicultores.

Resolução MF BC nº 4.226, de 18 de junho de 2013

-Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir de 1º de julho de 2013.

Incluso: “Para concessão de financiamento que envolva embarcações de pesca extrativa, a instituição financeira deve exigir do beneficiário o comprovante de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), bem como a Permissão Prévia de Pesca (PPP), conforme normas específicas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)”.

Resolução MF BC nº 4.228, de 18 de junho de 2013

-Altera as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Incluso: “No caso de aquisição, modernização, reforma, substituição, e obras de construção das embarcações de pesca, inclusive pesca comercial artesanal, o tomador do crédito deve apresentar anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)”.

Resolução MF BC nº 4.249, de 16 de julho de 2013

-Dispõe sobre a documentação exigida para concessão de crédito rural em municípios do bioma Amazônia em substituição ao Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e ajustes nas normas gerais do crédito rural.

Incluso: “Para concessão de financiamento direcionado à atividade pesqueira (pesca e aquicultura), a instituição financeira deve exigir do beneficiário o comprovante de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), sendo que, quando se tratar de financiamento de embarcações de pesca extrativa, deve ser exigida também a Permissão Prévia de Pesca (PPP), conforme normas específicas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)”.

Resolução MF BC nº 4.253, de 16 de julho de 2013

-Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR).

Incluso: “No caso de aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca comercial artesanal, o tomador do crédito deve apresentar anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)”.

Resolução SMA (Estado de São Paulo) nº 102, de 17 de outubro de 2013

-Estabelece a classificação e os procedimentos para o licenciamento ambiental de estruturas e instalações de apoio náutico no Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lista de Abreviaturas e Siglas

- AFRMM** – Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante
- ANA** – Agência Nacional de Águas
- APP** – Área de Preservação Permanente
- APRM-B** – Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings
- BANAGRO** – Banco do Agronegócio Familiar
- BC** – Banco Central do Brasil
- Caar/MPA** – Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento do Ministério da Pesca e Aquicultura
- CCZEE** – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional
- CGSAP/MPA** – Coordenação-Geral de Sanidade Pesqueira do Ministério da Pesca e Aquicultura
- CEIVAP** – Comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul
- CEMAA** – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas
- CEPSUL** – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul do ICMBio / MMA
- CGPL** – Comitê de Gestão da Pesca da Lagosta
- CIPOA** – Centro de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (Estado de São Paulo)
- CITES** – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
- CMVS** – Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária (Município de São Paulo)
- CNCMB** - Comitê Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves
- CNRH** – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CONAPE** - Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
- CONSEMA** – Conselho Estadual de Meio Ambiente
- CPG/Atuns e Afins** – Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins

- CPG/Demersais** – Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Recurso Demersais de Profundidade
- CTGP** – Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros
- CTOPA/MPA** – Comissão Técnica de Ordenamento da Pesca Amadora do Ministério da Pesca e Aquicultura
- DAEE/SP** – Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo
- DAS** – Grupo de Direção e Assessoramento Superiores
- DEMOC/MPA** – Departamento de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura
- DEPRN** – Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais do Estado de São Paulo
- DPC** – Departamento de Portos e Costas do Ministério da Marinha
- DRPA/MPA** – Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura
- E-BOOK** – Eletronic book / Livro eletrônico
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- FEAP** – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
- FMM** – Fundo da Marinha Mercante
- GTT** – Grupo Técnico de Trabalho
- GTTI/MPA** – Grupo Permanente de Trabalho de Tecnologia da Informação do Ministério da Pesca e Aquicultura
- IAP** – Instituto Ambiental do Paraná
- IEF** – Instituto Estadual de Florestas
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBAMA/GEREX** – Gerência Executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- LPA** - Licença de Pesca Amadora
- MAA** – Ministério de Agricultura e Abastecimento
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MB** – Marinha do Brasil
- MD** – Ministério da Defesa

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MF – Ministério da Fazenda

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MM – Ministério da Marinha

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins

PAN – Plano de Ação Nacional

PESCAP – Agência de Pesca do Amapá

PLDMs – Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PREPS – Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações por Satélite

Pró-Bordo – Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Revitaliza – Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal

RGP – Registro Geral de Pesca

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SDA/MAPA – Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

SEMAC – Secretaria de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

SEMOC/MPA – Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura

SEPAQ – Sistema Estadual da Pesca e da Aquicultura do Ceará

SEPAq – Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará

SEPOP/MPA – Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura

- SINPESQ** – Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura
- SISBIO** – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
- SISLAG/MPA** - Sistema de Permissionamento da Frota Lagosteira do Ministério da Pesca e Aquicultura
- SIT/MTE** – Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego
- SMA** – Secretaria do Meio Ambiente
- SMRH-BA** – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia
- SMS.G** – Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde (Município de São Paulo/SP)
- SPU/MPOG** – Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- SRCD** – Sistema de Registro de Captura Controlada de Recursos Demersais de Profundidade
- SUDEPE** – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
- SUPES** – Superintendência de Pesquisa
- TAB** – Tonelagem de Arqueação Bruta
- TC** – Termo de Compromisso
- TED** – Turtle Excluder Device / Dispositivo de Escape para Tartarugas
- UF** – Unidade da Federação
- UHE** – Unidade Hidrelétrica
- ZEE** – Zona Econômica Exclusiva

Glauccio Gonçalves Tiago

Autor dedicado às complexas questões contemporâneas da sociedade de consumo, e do seu poder de interferir nos espaços sócio-ambientais, desempenha, de maneira formal e alternativa, ações voltadas à construção do pensamento filosófico científico interdisciplinar e a promoção da liberdade humana, através da responsabilidade das ações individuais e do respeito às variedades culturais humanas.

Possui titulação acadêmica formal como:

- Bacharel em Ciências Biológicas.
- Bacharel em Ciências Jurídicas.
- Especialista em Ciência Pesqueira pelo Kanagawa International Fisheries Training Centre da Japan International Cooperation Agency (JICA) / Japão.
- Mestre (MSc) em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo – PROCAM/USP.
- Doutor (PhD) em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo – PROCAM/USP.

No campo da ciência e da construção do saber atua, institucionalmente, como:

- Pesquisador Científico do Instituto de Pesca da APTA-Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.
- Autor dos Livros Científicos:
 - "Aquicultura, Meio Ambiente e Legislação";
 - "Aquicultura, Meio Ambiente e Legislação – Segunda Edição atualizada – 2007 e Terceira Edição atualizada – 2010";
 - "Governança e Sustentabilidade Ambiental: A Aquicultura na Região Metropolitana de São Paulo";
 - "Mitos das Águas: A cultura haliêutica e seus poderosos significantes ancestrais";
 - "Ementário da Legislação de Aquicultura e Pesca do Brasil"; e

“Ementário da Legislação de Aquicultura e Pesca do Brasil – Segunda Edição atualizada – 2010, Terceira Edição atualizada – 2011 e Quarta Edição atualizada - 2013”.

- Autor de vários Capítulos de Livro e Trabalhos Científicos nacionais e internacionais na área de Meio Ambiente e Ciência Pesqueira e Aquícola.
- Consultor Técnico-Científico de organizações empresariais e governamentais, com trabalhos desenvolvidos nas áreas de Licenciamento Ambiental, Biologia Marinha, Pesca, Aquicultura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Legislação Ambiental.

No campo da atuação social é:

- Membro Honorário do Rotary Club Internacional.
- Idealizador e Fundador do “Movimento Cultural Alma Livre – Free Soul” (<http://www.almalivre.org>).
- Autor do Livro “Ideário para a Sobrevivência Social Humana”. Disponível em <http://www.almalivre.org>.
- Voluntário independente, dedicado a apresentar palestras sobre Meio Ambiente para estudantes de escolas públicas.

Motociclista com experiência de 30 anos atua, ainda, como:

- Consultor Independente em motociclismo, mercado de motocicletas, e história motociclística.
- Autor do ensaio “História da Motocicleta”. Disponível em <http://www.almalivre.org>.
- Membro do Grupo Internacional de Motociclistas do Rotary Internacional: “International Fellowship of Motorcycling Rotarians/IFMR”.
- Membro do Harley Owners Group/HOG, Nacional e Internacional..
- Membro do PHD-BR.
- Membro do BMW Rio Motoclube.
- Membro do Grupo de Motociclismo do “Movimento Cultural Alma Livre – Free Soul”.

Apoio



